

da **Q**ualidade

Relatório Anual de Atividades 2015



da Qualidade

Relatório Anual de Atividades 2015



Ficha técnica

Relatório Anual de Atividades

Edição
2016

Instituto Português da Qualidade | Ministério da Economia
CAPARICA

Rua António Gião, 2
2829-513 CAPARICA Portugal

Tel + 351 212 948 100
Fax + 351 212 948 101
E-mail ipq@ipq.pt
www. [ipq.pt](http://www.ipq.pt)

ISSN 0871-1119

Índice

I - NOTA INTRODUTÓRIA.....	7
1.1 Breve análise conjuntural	8
1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo IPQ.....	9
1.3 Síntese da atividade.....	11
1.4 Publicidade institucional (R.C.M. n.º 47/2010)	13
II – AUTOAVALIAÇÃO	14
2.1 Análise dos resultados alcançados e dos desvios, positivos e negativos, verificados de acordo com o QUAR 2015.....	14
2.2 Apreciação por parte dos/as utilizadores/as, da quantidade e qualidade dos serviços prestados	17
2.3 Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)	20
2.4 Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes, no Plano de Atividades.....	24
2.5 Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	28
2.5.1 Análise SWOT	28
2.5.2 Balanced Scorecard	29
2.5.3 PROQUAL	30
2.5.4 Certificação NP EN ISO 9001	30
2.6 Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional.....	31
2.7 Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores/as na autoavaliação do IPQ.....	32
2.8 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades, com indicação dos resultados alcançados	35
2.8.1 Normalização.....	35
2.8.2 Metrologia	44
2.8.3 Assuntos Europeus e Sistema Português da Qualidade	57
2.8.4 Administração Geral.....	76
2.8.5 Atividade jurídica e produção legislativa nacional e comunitária	78
2.9 Afetação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros	79
III - BALANÇO SOCIAL	83
IV - AVALIAÇÃO FINAL	85
A) Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados	85
B) Menção proposta pelo/a dirigente máximo	85
C) Conclusões prospetivas.....	86
D) Medidas de Modernização Administrativa	89
ANEXOS.....	92
Mapa de execução do QUAR 2015	93
Legislação de referência no domínio da Qualidade publicada em 2015.....	95
Organismos europeus e internacionais com participação institucional do IPQ	96
Lista de atividades de divulgação técnico-científica da Metrologia.....	97
Balanço Social	103

Índice de tabelas

Tabela 1 - População, base de sondagem e entrevistas – 2015	18
Tabela 2 - Autoavaliação do IPQ sobre o SCI	20
Tabela 3 – Análise SWOT	28
Tabela 4 – Ações de formação/sensibilização sobre normalização	42
Tabela 5 - Normalização em números	43
Tabela 6 - Valores de vendas em 2015	44
Tabela 7: Comparação do tipo de trabalhos laboratoriais efetuados nos últimos anos.....	46
Tabela 8: Número de aprovações de modelo.....	50
Tabela 9: Evolução das receitas das entidades qualificadas (unidade: k€).....	51
Tabela 10 - Diretivas da “nova abordagem” acompanhadas pelo IPQ e legislação nacional aplicável	59
Tabela 11 - Organismos notificados (ON) pelo IPQ.....	60
Tabela 12 - Organismos de avaliação técnica designados pelo IPQ.....	61
Tabela 13 –Notificações/reações em 2015.....	62
Tabela 14 - Evolução do projeto por setor de atividade, empresas estudadas e empresas participantes (ECSI) ...	67
Tabela 15 -Evolução das receitas próprias (eur).....	80
Tabela 16 -Evolução das receitas totais – autofinanciamento (eur).....	80
Tabela 17 - Evolução e composição da aplicação de fundos (eur).....	80
Tabela 18 - Execução orçamental na ótica da despesa	81
Tabela 19 - Participações detidas em 2015-12-31	81
Tabela 20 - Grau de realização dos recursos humanos planeados	82
Tabela 21 - Grau de realização do QUAR.....	85
Tabela 22 – Avaliação final do serviço.....	85

Índice de figuras

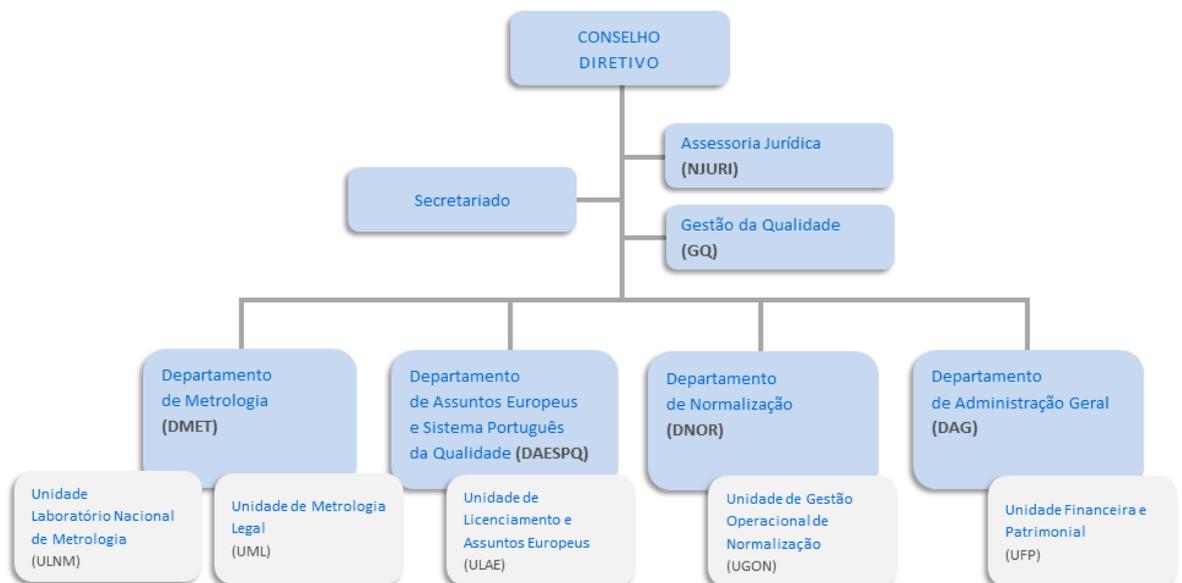
Figura 1 - Índices de satisfação 2013-2015	19
Figura 2: Número de operação metrológica por tipologia	47
Figura 3: Auditorias realizadas por tipologia	51
Figura 4: Distribuição de visitas ao museu de metrologia	53

I - NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto Português da Qualidade (IPQ), com sede na Caparica, Concelho de Almada, é um instituto público, na tutela do Ministério da Economia (ME), integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Regeu-se durante o ano de 2015 pelo Decreto-Lei n.º 71/2013, de 21 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2014, de 15 de maio e pela Portaria n.º 23/2013, de 24, de janeiro, com as atualizações introduzidas pela Portaria n.º 258/2014, de 12 de dezembro, que aprovaram, respetivamente, a sua orgânica e estatutos e que determinaram a sua organização interna, criando quatro unidades orgânicas nucleares e remetendo para regulamentação interna a criação de unidades flexíveis até ao número máximo de cinco.

A organização interna dos serviços foi alterada no ano de 2015, estruturando-se de acordo com o seguinte Organograma:

Organograma IPQ



1.1 Breve análise conjuntural

O ano de 2015 foi marcado por uma recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013, tendo-se registado um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 1,5 por cento, em termos reais, após um aumento de 0,9 por cento em 2014. Este crescimento foi caracterizado por um aumento da procura interna, em particular do consumo privado, e por uma ligeira desaceleração das exportações.

Analisando as componentes do PIB, do lado da procura interna, o consumo privado aumentou de 2,2 por cento em 2014 para 2,6 por cento em 2015, fruto da melhoria das condições no mercado de trabalho, com um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego, e do crescimento mais acentuado do crédito ao consumo. O consumo público aumentou 0,8 por cento em 2015, após uma redução de 0,5 por cento no ano anterior, refletindo nomeadamente a diminuição menos acentuada do número de funcionários públicos e o aumento das despesas em consumo intermédio.

Relativamente ao Investimento, a formação bruta de capital fixo (FBCF), aumentou de 2,8 por cento em 2014 para 3,7 por cento em 2015, o que traduz uma taxa de crescimento positiva da construção (representando uma interrupção da tendência descendente observada desde 2001) e, em menor grau, da FBCF em material de transporte, que mais do que compensou a grande diminuição da FBCF em máquinas e equipamento, consequência do aumento da incerteza interna e da interrupção do aumento da utilização da capacidade produtiva, quer na indústria transformadora, quer nos serviços.

Do lado das exportações, o aumento de 3,9 por cento em 2014 para 5,1 por cento em 2015 foi significativamente influenciado pelo forte dinamismo das exportações de bens energéticos. No entanto e, excluindo os bens energéticos, as exportações desaceleraram em 2015, o que refletiu, em grande parte, a evolução muito desfavorável das exportações para Angola e Brasil, cujas economias têm sido negativamente afetadas pela redução significativa do preço do petróleo e pelo menor dinamismo nos mercados internacionais das matérias-primas. São ainda de realçar as exportações de turismo que continuaram a apresentar um elevado crescimento que, embora inferior ao registado em 2014, situaram-se nos 8,0 por cento. As importações também aumentaram, mas ligeiramente, de 7,2 por cento em 2014 para 7,3 por cento em 2015.

Num quadro de depreciação do euro, de aumento dos preços de importação excluindo bens energéticos, da evolução moderada dos salários no setor privado e apesar da descida do preço do petróleo, o índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) registou um crescimento de 0,5 por cento em 2015, (0,3% em 2014), refletindo a aceleração dos preços dos serviços e dos bens alimentares. Para 2016 projeta-se um crescimento dos preços semelhante em 2015 e uma aceleração em 2017 e 2018, altura em que a inflação deverá situar-se num nível próximo, mas abaixo, de 2 por cento.

As projeções para o período 2015-2017, e em linha com o observado nos últimos anos, indicam que as exportações deverão apresentar um crescimento ao longo do tempo e a procura interna uma recuperação gradual, devendo o grau de abertura da economia portuguesa registar um aumento significativo. É de salientar que esta evolução resulta de um aumento similar do peso das exportações e das importações no PIB, em contraste com os últimos anos, em que o aumento do grau de abertura traduziu um forte dinamismo das exportações. A economia portuguesa continua a enfrentar um conjunto de desafios da maior importância. Por um lado, é crucial assegurar um aumento significativo da produtividade, bem como assegurar uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social. Estes objetivos exigem o reforço de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e a investimentos em capital humano e físico.

1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo IPQ

O IPQ tem como atribuições promover a qualidade em Portugal, assumindo-se como um agente privilegiado de mudança no país, ao nível da economia interna e da competitividade internacional; criar e disponibilizar a infraestrutura indispensável para potenciar a prática de melhores processos e métodos de gestão pela qualidade; gerir e coordenar o Sistema Português da Qualidade (SPQ); ser o Organismo Nacional de Normalização e a Instituição Nacional de Metrologia.

O Sistema Português da Qualidade engloba, de forma integrada, as entidades e organizações envolvidas na Qualidade e assegura a coordenação dos subsistemas da Normalização, da Metrologia e da Qualificação. Tem por objetivo a garantia e o desenvolvimento da Qualidade através das entidades e organizações que, voluntariamente ou por inerência de funções, congregam esforços para estabelecer princípios e meios, bem como para desenvolver ações que permitam de forma credível o alcance de padrões de qualidade adequados e a demonstração da sua obtenção efetiva, tendo em vista o universo das atividades, seus agentes e resultados nos vários setores da sociedade.

O seu funcionamento é credível e transparente, baseando-se em regras e métodos reconhecidos e aceites a nível nacional ou estabelecidos por consenso internacional. É um sistema horizontal e universal que pode abranger todos os setores da sociedade, bem como todos os tipos de atividades e seus agentes económicos. O SPQ é descentralizado, assentando na autonomia de atuação das entidades que o compõem e no respeito pela unidade de doutrina e ação do sistema no seu conjunto, cabendo a cada entidade a decisão de aderir voluntariamente. Com o SPQ podem coexistir outros sistemas setoriais ou entidades desde que demonstrem cumprir as exigências e regras estabelecidas, visando o seu funcionamento, contribuir para a igualdade de oportunidades e para o desenvolvimento sustentado.

Visão

Afirmar o SPQ como suporte ao desenvolvimento da Qualidade em todos os setores de atividade, em Portugal, contribuindo para o incremento da produtividade e da competitividade nacionais, para a melhoria da Qualidade de Vida dos/as cidadãos/ãs e para uma cultura da Qualidade.

Missão

Desenvolver políticas, disponibilizar infraestruturas e metodologias, facilitadoras da afirmação da especificidade e da competitividade do tecido socioeconómico nacional, num contexto de globalização, através dos subsistemas da Normalização, da Metrologia e da Qualificação e da participação integrada da sociedade no desenvolvimento harmonioso do SPQ.

Política da Qualidade

- Liderar o desenvolvimento da Qualidade através do aprofundamento do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de modo a contribuir para a competitividade da sociedade portuguesa, para a qualidade de vida dos/as cidadãos/ãs e satisfazer as necessidades e expectativas dos/as Clientes, bem como assegurar o cumprimento da legislação que lhe é aplicável, designadamente, os requisitos legais e regulamentares e as orientações transmitidas pela Tutela;
- Investir na qualificação dos/as trabalhadores/as, reforçando as suas competências, fomentando o espírito de equipa e a focalização na Qualidade e no/a Cliente;

I NOTA INTRODUTÓRIA

- Assegurar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres adotando mecanismos que possibilitem a prossecução de objetivos em matéria de igualdade de género e de conciliação entre a atividade profissional, familiar e pessoal;
- Inovar e modernizar de modo a melhorar continuamente os serviços prestados e incrementar a proximidade ao/à cliente, sendo um exemplo de boas práticas da qualidade;
- Medir, avaliar e melhorar a performance nos vários domínios da sua atividade;
- Melhorar, continuamente, a eficácia e eficiência do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), dando cumprimento aos requisitos da Norma NP EN ISO 9001:2008, bem como aos do Guia 20 – CEN-CENELEC, e ainda aos da Norma NP EN ISO/IEC 17025:2005 e dos Guias ISO 34:2009, ISO 30:1992/Amd 1/2008, ISO 31:2000 e ISO 35:2006 associados, no que se refere ao SGQ do Laboratório Nacional de Metrologia (LNM);
- Fomentar o desenvolvimento do SGQ do LNM, disponibilizando os meios e os recursos adequados, promovendo o acompanhamento e a execução das políticas conducentes ao desenvolvimento das atividades, assegurando que todo o pessoal relacionado com as atividades de ensaio e calibração dentro do laboratório esteja familiarizado com a documentação da qualidade e aplique as políticas e procedimentos no seu trabalho, considerando a qualidade dos ensaios e das calibrações disponibilizados aos seus clientes, de acordo com os métodos estabelecidos em procedimentos técnicos e com os requisitos dos clientes.

Objetivos Estratégicos

- OE 1** - Consolidar a elevada satisfação dos/as clientes e *stakeholders*;
- OE 2** - Assegurar a visibilidade e acessibilidade no uso das Normas pelos agentes económicos, particularmente nas PME, como fator de incremento da competitividade e da inovação;
- OE 3** - Garantir o rigor das medições da rede metrológica nacional para apoio à indústria, credibilidade das transações comerciais, defesa do/a consumidor/a, operações fiscais, segurança, saúde, energia, ambiente e das atividades económicas em geral;
- OE 4** - Assegurar sustentadamente o desenvolvimento do Sistema Português da Qualidade (SPQ) contribuindo para o aumento da competitividade, produtividade dos agentes económicos e qualidade de vida dos/as cidadãos/ãs.

Objetivos Operacionais para 2015

- O1** - Aumentar em 1% a produção de documentos normativos editados em português.
- O2** – Devido às restrições económicas atuais manter em 2015, a meta de faturação de 2014 da metrologia.
- O3** - Realizar e/ou intervir em eventos que tenham como objetivo a promoção da avaliação da conformidade, nomeadamente certificação, para consolidação e abrangência do SPQ.
- O4** – Manter o número de Certificados/Relatórios /Boletins de 2014 por FTE.
- O5** - Reduzir o tempo médio de edição dos documentos normativos em português melhorando a acessibilidade por parte dos agentes económicos nacionais, aos documentos normativos.
- O6** - Manter o nível global de satisfação dos/das clientes e entidades do SPQ, a medir por inquérito anual no âmbito do SGQ.

1.3 Síntese da atividade

O presente Relatório sintetiza a atividade deste Instituto no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015, tendo sido realizado com os contributos e a participação ativa de todas as Unidades Orgânicas. O IPQ continuou a ter o enorme desafio de ser o polo de desenvolvimento do processo de divulgação e de implementação da Qualidade e dos conceitos que lhe estão associados, sempre na procura crescente de consolidar uma cultura da “Qualidade” na sociedade portuguesa.

O Plano de Atividades para 2015 subordinou-se à prossecução da missão do IPQ *“Coordenação do Sistema Português da Qualidade e de outros sistemas de qualificação regulamentar que lhe forem conferidos por lei, a promoção e a coordenação de atividades que visem contribuir para demonstrar a credibilidade da ação dos agentes económicos, bem como o desenvolvimento das atividades inerentes às suas funções de Instituição Nacional de Metrologia e de Organismo Nacional de Normalização”*.

No âmbito do Ministério da Economia, o IPQ tem a incumbência de promover a qualidade em Portugal, assumindo-se como um agente privilegiado de mudança no país, ao nível da economia interna e da competitividade internacional competindo-lhe a responsabilidade de criar e disponibilizar a infraestrutura indispensável para potenciar a prática de melhores processos e métodos de gestão pela qualidade.

O IPQ, enquanto Organismo Nacional de Normalização (ONN), coordena o Subsistema da Normalização do SPQ, assegurando a gestão das funções de elaboração, adoção, edição e venda de normas e outros documentos de carácter normativo de âmbito nacional, europeu e internacional.

Relativamente à Metrologia, o IPQ é o organismo responsável pela coordenação da Metrologia nacional, abrangendo as vertentes científica (padrões nacionais das unidades de medida), aplicada (calibração dos padrões de referência dos laboratórios de calibração) e legal (controlo metrológico de instrumentos de medição).

O Subsistema da Qualificação enquadra as atividades da acreditação, da certificação e outras de reconhecimento de competências e de avaliação da conformidade, no âmbito do SPQ. Em 2015, estavam acreditados pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), no âmbito do SPQ, os seguintes Organismos de Certificação de Sistemas de Gestão (ISO/IEC 17021):

- Sistemas de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001): APCER, BVC, Certif, EIC, Lloyd’s Register EMEA - Portugal, SGS ICS e TUV;
- Sistemas de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001): APCER, BVC, Certif, EIC, Lloyd’s Register EMEA - Portugal, SGS ICS e TUV;
- Sistemas de Gestão Florestal Sustentável (PEFC) (NP 4406): APCER, CERTIS e SATIVA;
- Sistemas de gestão da segurança e da saúde no trabalho (OHSAS 18001/NP 4397): APCER, BVC, EIC, SGS ICS e TUV;
- Sistemas de Gestão da IDI (NP 4457): APCER, BVC, EIC, SGS ICS e TUV;
- Sistemas de Gestão da Segurança da Informação (ISO/IEC 27001): APCER, EIC e SGS ICS;
- Sistemas de Gestão da Formação Profissional, incluindo Aprendizagem Enriquecida por Tecnologia (NP 4512): CERTIF e EIC;
- Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar (NP EN ISO 22000): APCER, BVC, CERTIF, EIC, SGS ICS e SATIVA.

I NOTA INTRODUTÓRIA

A certificação de sistemas de gestão em Portugal em 2015, no âmbito do SPQ (fonte IPAC) atingiu um total de 7637 certificados emitidos, respetivamente, 5736 para sistemas de gestão da qualidade (NP EN ISO 9001), 1076 para sistemas de gestão ambiental (NP EN ISO 14001), 276 para sistemas de gestão da segurança alimentar (NP EN ISO 22000), 372 para sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001:2007/NP 4397), 164 para sistemas de gestão IDI (NP 4457), 0 para sistemas de gestão da segurança da informação (ISO/IEC 27001), 10 para sistemas de gestão florestal sustentável (NP 4406) e 3 para Sistemas de Gestão da Formação Profissional, incluindo Aprendizagem Enriquecida por Tecnologia.

Na sua missão de coordenação do Sistema Português da Qualidade (SPQ), o IPQ empenhou-se em criar motivação, no sentido do aumento generalizado da Qualidade em Portugal, para que esta, bem como os conceitos e metodologias que lhe estão associadas, sejam assimilados e intrínsecos à gestão de qualquer empresa, independentemente do setor em que atua, em Portugal.

O IPQ prosseguiu as suas atribuições enquanto organismo nacional responsável pela gestão dos procedimentos de notificação prévia de regulamentos técnicos e de normas no âmbito da Diretiva (UE) 2015/1535 (entrou em vigor em 7 de outubro de 2015 e revogou a Diretiva 98/34/CE) e OMC, bem como as atividades inerentes ao acompanhamento das Diretivas da sua responsabilidade, participando em reuniões de Grupos de Trabalho, em representação do Estado-Membro Portugal.

No ano de 2015, foi realizado pela nona vez consecutiva um estudo de avaliação da satisfação dos/as clientes do IPQ, abrangendo todas as suas atividades. O estudo voltou a ser efetuado por uma entidade independente, a NOVA IMS - *Information Management School* (Ex- Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação) tendo sido realizadas 1616 entrevistas. O resultado obtido para o índice global de satisfação foi de 7,7, o que numa escala de 1 a 10, coloca a satisfação do/a cliente do IPQ num nível elevado e mantendo-se o nível registado em 2014.

Em 2015 continuou a operacionalização do Projeto “PROQUAL - Pró Qualidade. Otimização de Serviço com Valor para o/a Cliente”, que entrou em exploração no último trimestre de 2011.

O PROQUAL visou a reorganização dos procedimentos existentes, particularmente com a desmaterialização dos que estão centrados no/a cliente, com incidência ao nível das competências fundamentais do IPQ, que constituem as suas principais áreas de negócio: a Metrologia e a Normalização, respetivamente, o Sistema de Gestão online da Rede de Controlo Metrológico Nacional e a Rede de Cooperação Normativa Nacional, sem descurar, também, os efeitos transversais mais significativos ao nível das restantes áreas relacionadas com a Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus e Administração Geral.

Após a renovação em 2014, realizou-se, em 2015, a primeira auditoria de acompanhamento da certificação do sistema de gestão da qualidade (SGQ) implementado segundo a NP EN ISO 9001, após a renovação em 2014, com resultados favoráveis.

Na edição do PEX-SPQ 2015 foi atribuído o Troféu Ouro, na Categoria Grandes Empresas, à Alliance Healthcare, S.A., numa cerimónia incluída na 2ª edição do SPQ EXPO – Fórum e Exposição de Normalização, Metrologia e Qualificação, ocasião em que foi também lançado o PEX-SPQ 2016.

O PEX-SPQ é uma distinção que promove o reconhecimento público das organizações instaladas em Portugal, que se destaquem pelos resultados obtidos através da aplicação dos métodos de Gestão pela Qualidade Total na Excelência Organizacional.

Na sequência do sucesso da 1ª edição, em setembro de 2013, realizou-se em novembro de 2015, a 2ª edição do SPQ EXPO, mantendo-se a organização conjunta Instituto Português da Qualidade, Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) e Associação Empresarial de Portugal/EXPONOR – Feira Internacional do Porto. Uma das

NOTA INTRODUTÓRIA

novidades em relação à edição de 2013 foi a inserção neste evento do 40º Colóquio da Qualidade, promovido pela APQ, em 2015 subordinado ao tema "Qualidade: Inspirar a Gestão, Melhorar o Desempenho".

Esta iniciativa pretende reunir no mesmo espaço e no mesmo momento, todas as entidades e profissionais que integram os três subsistemas que compõem o Sistema Português da Qualidade – Normalização, Metrologia e Qualificação - num ambiente que proporciona às pessoas e organizações contactar com os principais profissionais do setor e encontrar um público-alvo à procura de soluções e inovação.

O SPQ EXPO é já reconhecido como um acontecimento relevante para a promoção da excelência e da qualidade em Portugal, constituindo um ponto de encontro privilegiado para a partilha de conhecimentos e práticas, reflexão e debate em torno das questões da Qualidade.

No ano em análise o IPQ efetuou um diagnóstico exaustivo das necessidades formativas de modo a compatibilizar as carências pessoais de formação com as necessidades organizacionais, realizando ações de formação adaptadas à realidade dos/as seus/suas trabalhadores/as.

Na sequência da eleição dos representantes dos trabalhadores para a Segurança e Higiene do Trabalho, foi constituído o Grupo para a Segurança e Higiene do Trabalho do LNM (SHT-LNM), que, em conjunto com a área de recursos humanos organizaram as ações de formação em “Primeiros socorros” e “Combate a incêndios”, para uma parte dos trabalhadores/as do IPQ, estando previsto que em 2016 estas formações sejam extensíveis aos restantes trabalhadores/as.

No ano 2015 o IPQ distinguiu-se pela superação de três objetivos do QUAR e pelo cumprimento de 3, dos 6 objetivos a que se propôs.

1.4 Publicidade institucional (R.C.M. n.º 47/2010)

Em cumprimento do estipulado no n.º 10 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 8 de junho, publicada no D.R. 1.ª Série, n.º 122, de 25 de junho, informa-se que durante o ano de 2015 o IPQ não efetuou qualquer iniciativa de publicidade institucional.

II – AUTOAVALIAÇÃO

2.1 Análise dos resultados alcançados e dos desvios, positivos e negativos, verificados de acordo com o QUAR 2015

O desenvolvimento das atividades do IPQ estruturou-se em torno de 4 Objetivos Estratégicos (OE), os quais foram aprovados no QUAR 2015, pela tutela, e enquadram os Objetivos Operacionais (OO).

Decorrente destes Objetivos Estratégicos, foram definidos 6 Objetivos Operacionais, sendo 3 de Eficácia, 2 de Eficiência e 1 de Qualidade, com a respetiva identificação de indicadores de resultados, metas de verificação, valores críticos e taxas de realização.

II AUTOAVALIAÇÃO

a) Resultados alcançados 2015 (global)

Objetivos Operacionais											
Eficácia										Ponderação	50%
O1. Aumentar em 1% a produção de documentos normativos editados em português										Peso	35%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 1. Número de documentos normativos.	361	365	369	4	458	100%	4	371	100%	Atingiu	
O2. Devido às restrições económicas atuais manter em 2015, a meta de faturação de 2014 da metrologia										Peso	35%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 2. Faturação (k€)	3471	3488	3488	33	3540	100%	4	3612	160%	Superou	
O3. Realizar e/ou intervir em eventos que tenham como objetivo a promoção da avaliação da conformidade, nomeadamente certificação, para consolidação e abrangência do SPQ										Peso	30%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 3. Número de eventos seminários, workshops, congressos, encontros, ações de formação, etc.).	32	34	36	2	39	100%	4	39	125%	Superou	
Eficiência										Ponderação	30%
O4. Manter o número de Certificados/Relatórios /Boletins de 2014 por FTE										Peso	50%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 4. Número de Operações Metrologicas executadas por FTE.	150,5	151,5	151,5	1,5	154	100%	4	185,7	528%	Superou	
O5. Reduzir o tempo médio de edição dos documentos normativos em português melhorando a acessibilidade por parte dos agentes económicos nacionais, aos documentos normativos.										Peso	50%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 5. Tempo médio de edição desde que entrem pela primeira vez no ano e até 15 de outubro em dias úteis	44,5	44,0	43,0	1	41,5	100%	4	42,5	100%	Atingiu	
Qualidade										Ponderação	20%
O6. Manter o nível global de satisfação dos/as clientes e entidades do SPQ, a medir por inquérito anual no âmbito do SGQ.										Peso	100%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 6. Índice de satisfação dos/as clientes e entidades do SPQ (escala de 1 a 10)	7,6	7,6	7,6	0,1	7,8	100%	4	7,7	100%	Atingiu	

b) Análise dos resultados

Objetivo 1. Aumentar em 1% a produção de documentos normativos editados em português.

Neste objetivo a meta para 2015 era de 369 documentos normativos editados e o IPQ editou 371, pelo que, de acordo com o respetivo valor de tolerância (4), o objetivo foi atingido. A realização deste objetivo só foi possível devido ao empenho dos Organismos de Normalização Setorial (ONS) envolvidos e ao esforço dos/as trabalhadores/as do Departamento de Normalização.

Objetivo 2. Devido às restrições económicas atuais manter em 2015, a meta de faturação de 2014 da metrologia.

O objetivo consistia em “manter a meta de faturação de 2014 da metrologia”, ou seja, o valor de 3 488 k€. Apesar da contração da economia portuguesa, a faturação em 31 de dezembro de 2015 ascendeu a 3 612 k€, **superando** o objetivo estabelecido.

Objetivo 3. Realizar e/ou intervir em eventos que tenham como objetivo a promoção da avaliação da conformidade, nomeadamente certificação, para consolidação e abrangência do SPQ.

Tendo em conta o histórico associado aos eventos, em que se partiu de 28 eventos em 2011, e com uma evolução positiva anual, teve-se como referência os 35 eventos realizados em 2014. Assim, o objetivo consistia em realizar e/ou intervir em 36 eventos, no decorrer de 2015, tendo o IPQ terminado o ano com a realização/intervenção em 39 eventos, o que representou um esforço significativo face aos reduzidos recursos humanos disponíveis.

Objetivo 4. Manter o número de Certificados/Relatórios /Boletins de 2014 por FTE.

O objetivo é medido através do Número de Operações Metrológicas (PET) executadas durante o ano por FTE (*full time equivalent*), o que correspondia a atingir o valor de 151,5 PET/FTE. O objetivo foi **superado** uma vez que o valor realizado se situou nos 185,7 PET/FTE.

Objetivo 5. Reduzir o tempo médio de edição dos documentos normativos em português melhorando a acessibilidade por parte dos agentes económicos nacionais, aos documentos normativos.

Foi continuado o esforço para tornar cada vez mais eficiente e célere a disponibilização das Normas Portuguesas editadas pelo IPQ. O tempo médio de edição previsto para 2015 era de 43 dias, com uma tolerância de 1. No final do ano o tempo médio de edição de documentos normativos nacionais foi de 42,5 pelo que, tendo em conta o valor da respetiva tolerância, o objetivo foi **cumprido**. A realização deste objetivo só foi possível devido ao empenho dos Organismos de Normalização Setorial envolvidos e ao esforço dos/as trabalhadores/as do Departamento de Normalização.

Objetivo 6. Manter o nível global de satisfação dos/das clientes e entidades do SPQ, a medir por inquérito anual no âmbito do SGQ.

Considerando o histórico dos resultados alcançados em anos anteriores que foram de 7,6 em 2012 e 2013 e 7,7 em 2014, o objetivo consistia em manter o nível global de satisfação dos/as clientes e entidades do SPQ. O

II AUTOAVALIAÇÃO

mesmo foi cumprido tendo o IPQ alcançado o grau de satisfação de 7,7 (numa escala de 1 a 10) em relação à atividade desenvolvida em 2015.

2.2 Apreciação por parte dos/as utilizadores/as, da quantidade e qualidade dos serviços prestados

Em 2015, e pelo nono ano consecutivo, foi efetuado pela NOVA IMS - *Information Management School* (Ex-Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação) um estudo para a avaliação do nível de satisfação dos/as clientes e entidades com quem o IPQ interage. Este estudo permite designadamente:

- Avaliar a qualidade percebida pelos/as clientes do IPQ, nomeadamente no que diz respeito às seguintes áreas de atividade do IPQ: Metrologia; Normalização; Desenvolvimento e Informação (Sítio *Web*, *Newsletter* e Administração Geral);
- Fornecer uma análise dos/as clientes do IPQ no seu conjunto, permitindo igualmente uma análise independente e o *benchmarking* por segmentos relevantes de clientes e em particular pelos segmentos das diversas áreas;
- Permitir avaliar o impacto de ações realizadas pelo IPQ junto dos diversos segmentos dos/as seus/suas clientes, bem como a identificação de segmentos alvo para a realização de tais ações;
- Poder aconselhar o IPQ sobre os pontos fortes, constrangimentos e áreas prioritárias de atuação tendo em vista a satisfação do/a cliente;
- Possibilitar a sua futura adaptação, tendo em vista uma eventual integração com um modelo de satisfação do/a trabalhador/a.

Permitir a integração dos resultados do projeto ECSI Portugal - Índice Nacional de Satisfação do Cliente, assim como de outros indicadores de satisfação disponíveis e dos índices de satisfação do/a cliente, a nível Internacional.

A população alvo objeto do estudo foi constituída pelo conjunto dos/as clientes do IPQ considerados nas seguintes sete subpopulações: Clientes de Metrologia, Organismos de Verificação Metrológica (OVM), Organismos de Normalização Setorial/Organismos Gestores de Comissões Técnicas (ONS/OGCT), Compradores/as de Normas, Correspondentes IPQ, clientes do Serviço “Questionar” e subscritores/as da *Newsletter* “Espaço Q”.

Foram realizadas um total de 1616 entrevistas validadas.

Tabela 1 - População, base de sondagem e entrevistas – 2015

Subpopulação	Entrevistas	População	Base de sondagem ⁽³⁾	Taxa de resposta
Cientes de Metrologia ⁽¹⁾	166	458	394	42%
Cientes de Metrologia - Organismos de Verificação Metrológica ⁽¹⁾	43	66	66	65%
Cientes de Normalização - ONS/OGCT ⁽¹⁾	39	59	58	67%
Cientes de Normalização - Compradores de Normas ⁽²⁾	204	2.049	633	32%
Cientes de Normalização - Correspondentes ⁽¹⁾	243	471	426	57%
Cientes do "Questionar" ⁽¹⁾	203	651	621	33%
Subscritores do newsletter "Espaço Q" ⁽¹⁾	718	4.176	3.940	18%
Total	1.616	7.930	6.138	

⁽¹⁾ Foi realizado um estudo exaustivo da população (recenseamento), através de um inquérito *online*

⁽²⁾ Inquérito telefónico realizado através do método CATI (*computer assisted telephone interviewing*)

⁽³⁾ A base de sondagem são os/as clientes que efetivamente entram para o cálculo da taxa de resposta. A diferença entre a População e a Base de sondagem resulta de casos em que os/as clientes indicaram não saber responder ou não utilizaram o serviço, e ainda pelos/as clientes que não estavam contactáveis ou não foi possível contactar (p. ex. por telefone errado, por não atendimento ou, no caso do inquérito telefónico, por se ter atingido o número de entrevistas definido em proposta).

A recolha de dados foi realizada através de questionários *online* para as populações Clientes de Metrologia, Organismos de Verificação Metrológica, Organismos de Normalização Setorial/Organismos Gestores de Comissões Técnicas, Correspondentes, Clientes do "Questionar" e Subscritores/as da *newsletter* "Espaço Q". Por sua vez, na subpopulação Compradores/as de Normas utilizou-se o método CATI (*computer assisted telephone interviewing*), isto é, foram realizadas entrevistas telefónicas suportadas por um *software* informático específico para o efeito.

Com o intuito de proporcionar a comparabilidade com os resultados obtidos em anos anteriores, a metodologia utilizada pela NOVA IMS foi baseada na abordagem SEM (*Structural Equation Modelling*) ou Modelo de Equações Estruturais, pois esta distingue-se das metodologias tradicionais para o estudo da satisfação e da lealdade do/a cliente.

A sua característica fundamental consiste na conceção e estimação de um Modelo de Satisfação do/a Cliente, o qual é alimentado a partir da informação fornecida por inquéritos por amostragem conduzidos junto das populações alvo.

Esta metodologia caracteriza-se por ser estrutural, baseada num Modelo econométrico/probabilístico com um método de estimação simultânea das equações.

Para a estimação do Modelo, foi utilizada a metodologia PLS (*Partial Least Squares*), que produz não só os índices sintéticos para cada uma das dimensões analisadas (entre os quais se destacam os índices de satisfação), mas também os pesos das variáveis que entram no cálculo dos índices e os valores dos coeficientes de impacto, ou seja, das relações entre as diferentes variáveis do Modelo. O Modelo fornece igualmente margens de erro e outras medidas de qualidade das estimações.

Os resultados produzidos pelo Modelo permitem identificar e quantificar as relações de causalidade entre a satisfação do/a cliente, os seus determinantes (como as várias dimensões da qualidade de serviço, da imagem) e os seus consequentes (como a fidelização, a recomendação e outros indicadores do desempenho da organização).

II AUTOAVALIAÇÃO

Desta forma, é possível identificar os aspetos da qualidade de serviços mais importantes do ponto de vista da satisfação do/a cliente, avaliar os impactos de decisões de gestão sobre estas variáveis e consequentemente estabelecer a prioridade das ações a desenvolver em cada segmento tendo em vista a satisfação do/a Cliente.

O resultado obtido em 2015 para o “Índice Global de Satisfação dos Clientes do IPQ” teve, numa escala de 1 a 10, o valor 7,7, o que coloca a satisfação do/a cliente do IPQ num nível bastante elevado, mantendo-se o nível de 2014 e ligeiramente acima dos obtidos nos anos anteriores que foram de 7,6 em 2011, 2012 e 2013, 7,5 em 2010, 7,6 em 2009, e 7,4 em 2007 e 2008.

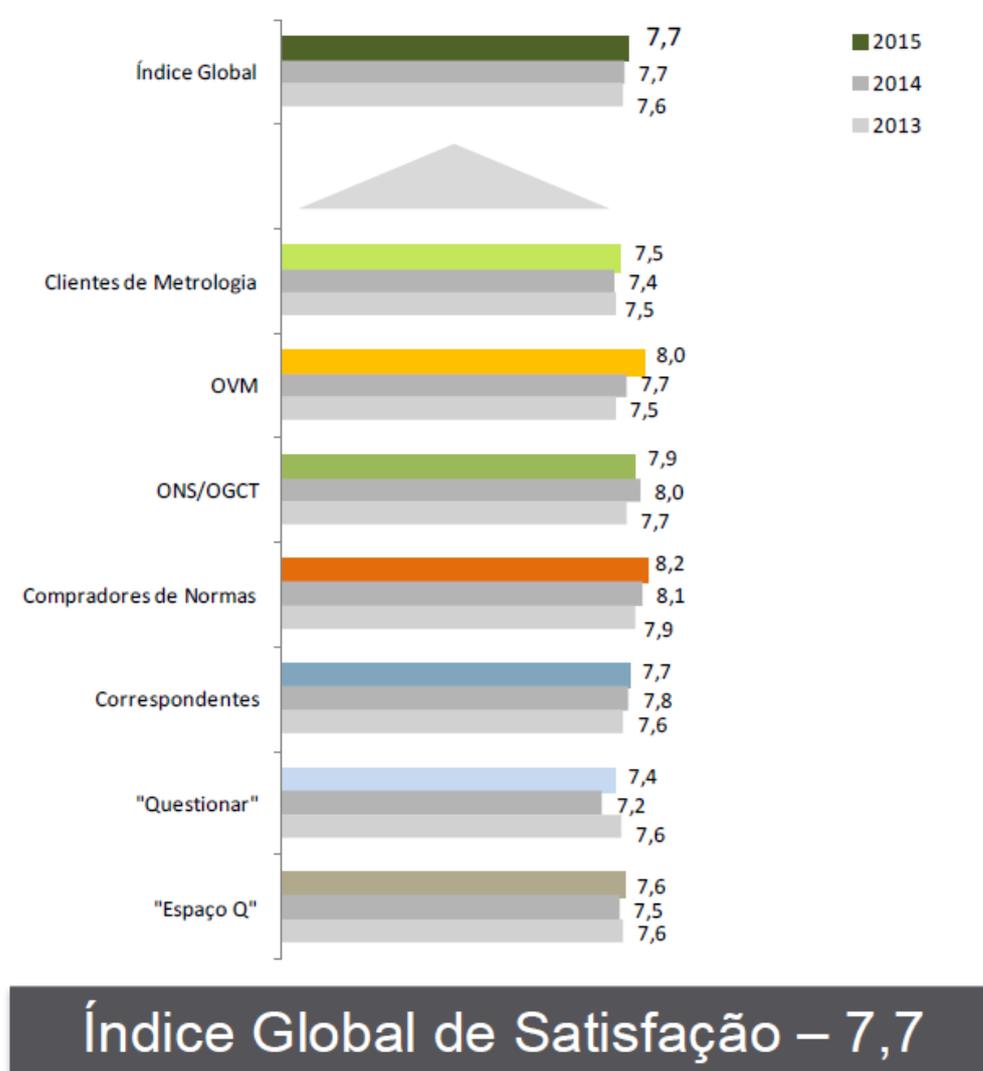


Figura 1 - Índices de satisfação 2013-2015

II AUTOAVALIAÇÃO

2.3 Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)

Tabela 2 - Autoavaliação do IPQ sobre o SCI

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Estão definidas nos procedimentos e instruções de trabalho auditados no âmbito do SGQ certificado de acordo com a Norma ISO 9001 para todas as áreas do Instituto.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			É efetuada uma verificação do enquadramento legal e regulamentar da atividade do Instituto.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Os auditores internos dos vários departamentos receberam formação adequada no âmbito do SGQ.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Estão definidos os princípios e valores do Sistema Português da Qualidade onde se inserem as atividades do Instituto incluindo a obrigação de respeitar os princípios e os valores das organizações internacionais em que o IPQ está integrado (CEN, CENELEC, ISO, IEC, EURAMET, OIML, BIPM, WTO, etc.). O IPQ tem implementado o Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			É elaborado um Plano de Formação Anual com base nas necessidades identificadas na avaliação de desempenho complementadas com formações pontuais de interesse para a atividade/projeto.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os/as dirigentes das unidades orgânicas?	X			Prática de reuniões regulares de despacho entre a Direção e os/as Dirigentes, reuniões regulares conjuntas com os/as Diretores/as de Departamento e de Unidade, em vários domínios.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Auditores externos - auditoria de renovação da certificação segundo a NP EN ISO 9001 pela APCER; Fiscal Único; e auditoria internacional segundo a NP EN ISO/IEC 17025 ao Laboratório Nacional de Metrologia (LNM), no âmbito do Acordo de Reconhecimento Mútuo do Comité Internacional dos Pesos e Medidas (CIPM-MRA), Projeto EURAMET n.º 1123 <i>On site peer review</i> ".
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional respeita integralmente a lei orgânica e os estatutos do IPQ, conforme descrito na Nota Introdutória do Relatório de Atividades.
2.2 Qual a percentagem de trabalhadores/as avaliados/as de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100% Foi efetuada monitorização da avaliação referente ao biénio 2015/2016. A avaliação será efetuada no final de 2016.
2.3 Qual a percentagem de trabalhadores/as que	X			Cerca de 58% dos/as 107 trabalhadores/as que

II AUTOAVALIAÇÃO

frequentaram pelo menos uma ação de formação?			exerceram funções no IPQ durante todo o ano de 2015, frequentaram, pelo menos, uma ação de formação durante o ano.
2 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço			
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X		O IPQ tem o Regulamento de Pessoal e de Organização Interna de Serviços. Existe também um Regulamento para o Fundo de Maneio e procedimentos de <i>workflow</i> no âmbito da plataforma informática PROQUAL, o Regulamento de Inventário e Cadastro, o Regulamento de Ajudas de Custo e despesas com deslocações em serviço e o Regulamento do uso de Viaturas. Por outro lado, todos os procedimentos estão consubstanciados no Manual da Qualidade integrado no SGQ certificado, alguns dos quais sujeitos a <i>peer-evaluation</i> internacional (LNM).
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X		Está definida e formalizada através de Despachos do Presidente do IPQ.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X		Para as compras centralizadas papel, economato, consumíveis e produtos de higiene é elaborado um Plano Anual de Compras. São ainda elaboradas anualmente as previsões de outras compras, investimentos e planos de missões ao estrangeiro, devidamente aprovados.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores/as?	X		Sempre que há sobrecarga de trabalho ou necessidade de competências específicas adicionais os/as trabalhadores/as podem rodar de funções, reforçando as unidades ou integrando grupos de trabalho.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X		As responsabilidades funcionais das unidades orgânicas estão definidas nos Estatutos e em Ordens de Serviço. Para cada um dos postos de trabalho existe um descritivo de funções documentado (monografias), que servem de suporte para os procedimentos concursais de admissão. Para cada Departamento estão definidas matrizes de competências.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X		Encontram-se definidos nos procedimentos do SGQ, na plataforma colaborativa PROQUAL e no <i>Balanced ScoreCard</i> .
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X		Estão estabelecidos nos procedimentos atrás referidos, existindo nomeadamente na plataforma PROQUAL circuitos em que os documentos são automaticamente atribuídos para “filas de tarefas” com responsável individualmente fixado no circuito e com passagem automática para o responsável seguinte no processo.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X		O Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, elaborado em 2009, está disponível na área pública da <i>Intranet</i> do IPQ e devidamente validado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção. Neste momento esta versão encontra-se em fase de revisão, prevendo-se a sua conclusão no 2º trimestre de 2016.

II AUTOAVALIAÇÃO

3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X		O Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas foi monitorizado no ano 2014 relativamente aos anos anteriores, através de questionário. O Relatório de Execução do Plano, referente ao período de 2010-2014, foi enviado para o Tribunal de Contas. Encontra-se em fase de conclusão o relatório de execução relativamente ao ano de 2015.
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação			
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X		O IPQ dispõe de uma aplicação informática de ERP (SINGAP) que assegura a gestão integrada da Contabilidade, Assiduidade de Pessoal, Processamento de vencimentos, Tesouraria, Faturação, <i>Balanced ScoreCard</i> , gestão de expediente e gestão documental. Dispõe ainda da plataforma PROQUAL que gere documentalmente os procedimentos operacionais e bases de dados em CRM e <i>Share Point</i> .
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X		As aplicações de execução de trabalho dos laboratórios, de gestão de recursos humanos e assiduidade, de faturação e controlo de cobranças articulam-se no âmbito das interfaces do ERP (ele próprio um sistema integrado) com o PROQUAL.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X		As auditorias internas e externas validam periodicamente a fiabilidade dos outputs.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X		Toda a informação extraída é base dos processos de decisão seja na área da despesa, da gestão das dívidas ou do desenvolvimento das atividades. No âmbito da implementação do SGQ é efetuada a Revisão pela Gestão suportada pelos outputs de informação.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X		O acesso individual aos postos de trabalho é controlado por palavras de acesso protegidas e o acesso é condicionado, quer aos servidores internos, quer ao <i>Data Center</i> gerido em regime de <i>outsourcing</i> .
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X		Está instituído um processo rigoroso de <i>backups</i> com frequências variáveis de acordo com o grau de risco e prioridade com ciclos diários e semanais, conservados no gestor do <i>Data Center</i> em condições de segurança física e de intrusão.
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?	X		São efetuadas auditorias regulares ao sistema de informação segundo a Norma ISO 27001 e 27002.

Em 2015, o IPQ manteve o Fiscal Único nomeado através do Despacho n.º 12973/2013 dos Ministérios das Finanças e da Economia, de 30 de setembro, o qual remeteu à gestão relatórios trimestrais de acompanhamento, considerando que a execução orçamental apresentada pelo Conselho Diretivo reflete os fluxos financeiros ocorridos e contabilizados. O Relatório Final referente a 2015 encontra-se em elaboração e será apresentado com a prestação de contas de gerência.

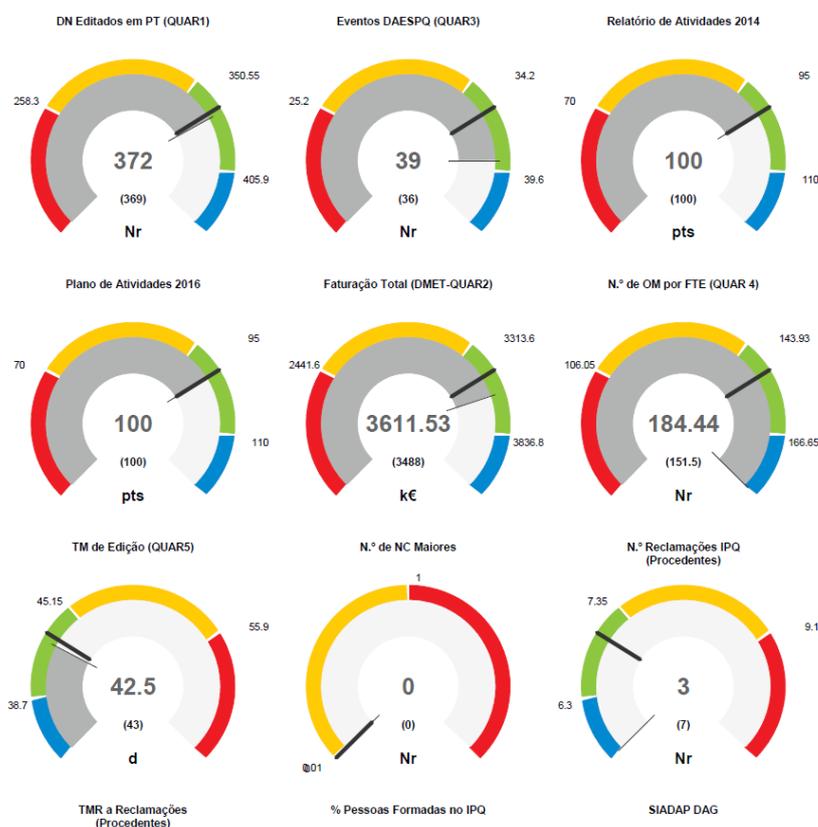
II AUTOAVALIAÇÃO

O IPQ dispõe também de um Técnico Oficial de Contas, que acompanha as contas no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e respetiva prestação de contas.

Relativamente à atividade corrente é ainda produzido, trimestralmente, um mapa de indicadores, designado por “**IPQ em síntese**”, disponível em permanência na *intranet*, que reúne um conjunto de informação relevante de cada departamento a fim de permitir a implementação atempada de medidas corretivas, sempre que se justifique.

De forma a operacionalizar a estratégia do IPQ, permitindo o acompanhamento e avaliação contínua da atividade departamental e institucional é utilizada a ferramenta de gestão *Balanced ScoreCard* (BSC), descrita mais em detalhe no ponto 2.5.2 deste Relatório, que permite efetuar a monitorização, gestão e controlo da atuação de cada unidade orgânica, possibilitando, a qualquer momento, identificar o efetivo grau de execução dos seus objetivos, tomar decisões, e implementar medidas corretivas oportunas tendo em vista a satisfação integral das metas estabelecidas em sede de planeamento.

II AUTOAVALIAÇÃO



2.4 Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes, no Plano de Atividades

N.º	Atividades/Ações	Indicador	Meta 2015	Resultado 2015
1.2 1.5 1.7	Assegurar a resposta atempada às perguntas do Serviço Questionar e nível de satisfação a medir por entidade independente por inquérito anual	Prazo médio de resposta às perguntas e nível de 7,6 de satisfação dos/as clientes numa escala de 1 a 10, a medir por inquérito anual	3 dias e nível de satisfação de 7,6	3 dias e nível de satisfação 7,4

A meta para 2015 foi definida com base no nível de satisfação alcançado em 2013 (7,6) e antes de se conhecer o resultado relativamente a 2014. Procurou-se manter o nível de 2013, desconhecendo-se que em 2014 o nível de satisfação desceria para 7,2. Assim, embora em 2015 o resultado seja inferior à meta, foi superior ao resultado no ano anterior, tendo aumentado 0,2 pontos percentuais.

II AUTOAVALIAÇÃO

N.º	Atividades/Ações	Indicador	Meta 2015	Resultado 2015
2.3	Apesar da contração do mercado, aumentar em 1% o valor de faturação global (Venda de Normas + Publicações + Correspondentes)	k€	939	766

No caso específico da faturação concluiu-se que o valor proposto era demasiado ambicioso, uma vez que nos propusemos aumentar 1% sobre o valor realizado em 2013 (930k€) e não o que tínhamos realizado em 2014 (721k€) e que refletia a realidade económica nacional. Apesar do incumprimento, é de referir o aumento significativo de cerca de 26%, relativamente a 2014, consequência, em parte, da elaboração de ações promocionais e divulgação junto dos agentes económicos nacionais.

N.º	Atividades/Ações	Indicador	Meta 2015	Resultado 2015
2.4	Reestruturação da Rede Descentralizada de Consulta de Normas – Novo modelo de consulta <i>on-line</i>	Pontos de Consulta Nacional	8	0

Relativamente à Rede Descentralizada de Consulta de Normas e apesar de considerarmos uma extraordinária ferramenta de ajuda às PME, aos agentes económicos em geral e aos alunos, pois possibilita a consulta dos documentos normativos nacionais e europeus, noutros locais a nível nacional que não apenas na Biblioteca do IPQ, mais uma vez este ano não foi possível concretizar pela impossibilidade de implementação da Loja Eletrónica do IPQ.

N.º	Atividades/Ações	Indicador	Meta 2015	Resultado 2015
3.5	Garantir as auditorias aos OVM e outras entidades	Número de auditorias	750	589

O objetivo consistia em “Garantir as auditorias aos OVM e outras entidades” com atividade no âmbito de controlo metrológico legal, nomeadamente, a realização de 180 auditorias a Organismos de Verificação Metrológica (OVM) e 570 auditorias a Instaladores e Reparadores (I&R). Considerando que não foi possível efetuar, em tempo útil, o necessário reforço de recursos humanos para a realização desta atividade, anteriormente assegurada pelas Direções Regionais de Economia (DRE), foram, no entanto, efetuadas 413 auditorias a I&R e 176 a OVM. O grau de cumprimento global deste objetivo foi assim de 79 %.

II AUTOAVALIAÇÃO

N.º	Atividades/Ações	Indicador	Meta 2015	Resultado 2015
4.5	Licenciar equipamentos sob pressão, promover e participar na elaboração do enquadramento legislativo e regulamentar sobre estas matérias (Dar resposta aos pedidos de licenciamento de ESP: Registo, Autorizações prévias, autorização e renovação de funcionamento de ESP. Vistorias às instalações de ESP e acompanhamento dos OI nas inspeções)	Cumprimento das datas-limite/prazos aplicáveis (face aos tipos de pedido/produto)	Prazos de resposta: - Registos: 15 dias; - Autorizações prévias: 45 dias; - Autorizações de funcionamento: 45 dias; - Renovações da autorização funcionamento: 45 dias; - 2.ªs vias docs./ placas: 8 dias; - Efetuar 10 vistorias/mês; - Acompanhar 2 inspeções ESP/mês	Sem dados

Em 2015, na sequência da transferência de competências das Direções Regionais de Economia para o IPQ, o licenciamento de equipamentos sob pressão (ESP) e cisternas, a nível nacional, foi integrado no Departamento de Assuntos Europeus e Sistema Português da Qualidade (DAESPQ) na Unidade de Licenciamento e Assuntos Europeus (ULAE),

Para o desenvolvimento desta atividade foi identificada a necessidade de recrutamento de recursos humanos, designadamente Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos, bem como um sistema de informação que possibilite a gestão eficaz e eficiente dos processos por forma a dar resposta aos pedidos de licenciamento e, simultaneamente, gerir o cumprimento dos prazos legais aplicáveis ao regime de licenciamento de equipamento sob pressão e cisternas.

No que diz respeito aos recursos humanos, foram lançadas duas ofertas de emprego público que ficaram desertas e, em consequência, foi encetado um concurso para 4 postos de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior (Aviso n.º 1098/2016, publicado em Diário da República, 2ª Série - N.º 21 - 1 de fevereiro de 2016).

No que concerne aos recursos informáticos, foram identificadas as necessidades face à especificidade da atividade de licenciamento e tendo em vista a desmaterialização dos respetivos processos no curto prazo. A solução informática deverá ser desenvolvida à medida e ser integrável no sistema de informação do IPQ, implicando custos que carecem de adequado enquadramento no orçamento do IPQ.

N.º	Atividades/Ações	Indicador	Meta 2015	Resultado 2015
5.2	Realização com sucesso das atividades de suporte aos/às utilizadores/as internos/as da assessoria jurídica (NJURI)	Nível de satisfação (escala de 1 a 10)	[8,7;9,1]	8,6

A meta para 2015 foi definida com base no nível de satisfação alcançado em 2013 (8,7) e antes de se conhecer o resultado relativamente a 2014 (8,5). Procurou-se manter o nível de 2013, desconhecendo-se que em 2014 o nível de satisfação desceria, eventualmente devido à redução da equipa do NJURI por motivos de

II AUTOAVALIAÇÃO

licença de maternidade durante praticamente todo o ano de 2014. Assim, embora em 2015 o resultado seja inferior à meta, foi superior ao resultado no ano anterior, tendo aumentado de 8,5 para 8,6.

N.º	Atividades/Ações	Indicador	Meta 2015	Resultado 2015
5-4	Realização com sucesso das atividades de suporte aos/às utilizadores/as internos/as da Área de Logística (ALOG)	Nível de satisfação (escala de 1 a 10)	[7,7;8]	7,6
N.º	Atividades/Ações	Indicador	Meta 2015	Resultado 2015
5-7	Realização com sucesso das atividades de suporte aos/às utilizadores/as internos/as do DAESPQ	Nível de satisfação (escala de 1 a 10)	[8,2;8,5]	8,0

Aquando da análise dos resultados aos inquéritos de satisfação dos/as clientes internos/as, verificou-se que o número de pessoas que responderam é muito superior ao que efetivamente usufruiu de serviços prestados por estas áreas. Assim, para além da revisão que terá de ser feita aos textos dos questionários, na próxima avaliação a realizar no início de 2017, serão prestados esclarecimentos quanto ao preenchimento dos questionários, de modo a que os resultados reflitam efetivamente a realidade e não contenham valores que possam distorcer a tendência que se vinha a verificar nos últimos anos e que levou o IPQ a estabelecer metas cada vez mais ambiciosas, numa perspetiva de melhoria contínua.

II AUTOAVALIAÇÃO

2.5 Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

2.5.1 Análise SWOT

Com o objetivo de fazer um diagnóstico dos seus pontos fortes e fracos, e de avaliar os fatores externos que têm influência nas suas atividades, o IPQ elaborou a análise SWOT que a seguir se apresenta.

Tabela 3 – Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Existência de um Sistema de Gestão da Qualidade certificado por entidade independente e uma forte cultura de gestão por objetivos. Equipas dinâmicas, motivadas e altamente competentes, com elevado nível de tecnicidade e conhecimento. Infraestruturas ao mais alto nível de instalações e equipamentos laboratoriais. Moderna Plataforma de tecnologias de informação e comunicação promovendo a desmaterialização dos processos de negócio e interface com os stakeholders Elevado e consistente nível de satisfação dos clientes e demais stakeholders, medido por entidade independente. Fortes parcerias implementadas, com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com elevado nível de reconhecimento. Orçamento de funcionamento suportado exclusivamente por receitas próprias. 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade em renovar ou manter equipamentos laboratoriais para manter o nível e rigor da atividade metrológica, por restrições do Sistema Orçamental, apesar de viver exclusivamente de receitas próprias. Restrições elevadas à participação em missões para trabalhos europeus e internacionais devido a condicionamentos orçamentais, com efeitos na atualização de conhecimentos técnicos e científicos. Dificuldade na renovação de quadros técnicos especializados, por insuficiência de profissionais com perfil técnico adequado na Administração Pública.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Existência de programas europeus com financiamento disponível nos âmbitos da normalização e da metrologia. Aumento de mercado de controlo metrológico por via regulamentar, em especial em áreas sensíveis como saúde, ambiente e energia. Cooperação com as Universidades e Centros de Saber. Integração do ensino sobre normalização e metrologia nos currículos do ensino secundário e superior. Política favorável à articulação entre Qualidade e Inovação. Política legislativa Europeia do Mercado Interno remetendo para requisitos de normas técnicas harmonizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Crise económica e financeira, causando diminuição dos pedidos de produtos, serviços e assistência técnica por parte dos agentes económicos com conseqüente diminuição das receitas. Certificações atribuídas fora do âmbito do SPQ. Insuficiente capacidade de mobilização e financiamento de stakeholders para participação ativa nos trabalhos normativos europeus e internacionais. Escassez de técnicos especializados em metrologia e normalização na Administração Pública para preenchimento dos postos de trabalho vagos. Sistema Orçamental do Estado desajustado para as instituições que vivem exclusivamente de receitas próprias, não permitindo o uso dos saldos.

II AUTOAVALIAÇÃO

Este mapa permite identificar os elementos chave para a gestão estratégica do IPQ, os riscos a ter em conta e as oportunidades a explorar. Desta forma tem sido possível estabelecer prioridades de atuação e trabalhar para a melhoria contínua do desempenho.

2.5.2 Balanced Scorecard

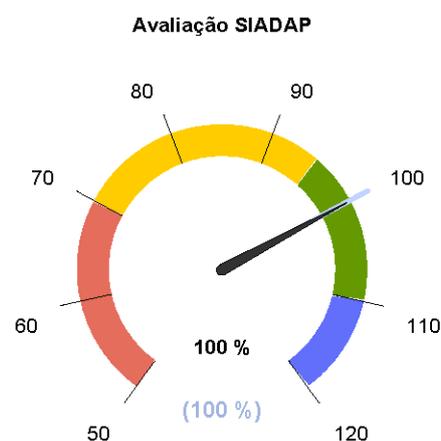
De modo a garantir a eficácia do planeamento e do controlo da estratégia organizacional, o IPQ continuou a monitorizar e a avaliar o seu desempenho utilizando a metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC), com mapas estratégicos por Departamento, permitindo e assegurando o desenvolvimento da sua estratégia organizacional, assente na visão e missão, considerando as perspetivas/dimensões dos *stakeholders*, financeira, de inovação e aprendizagem, de processos e de recursos.

O BSC constitui um sistema de informação de apoio à gestão estratégica, que, através de uma ferramenta informática, concentra numa única base informativa todos os elementos relevantes referentes aos indicadores de desempenho, permitindo visualizar rapidamente, e em qualquer momento, os resultados alcançados face aos objetivos traçados, bem como monitorizar e avaliar continuamente a *performance* da organização.

Em 2015, os responsáveis pela coordenação do BSC por Departamento, continuaram a gerir a aplicação, assegurando a permanente atualização do mapeamento estratégico e promovendo as iniciativas e ações corretivas necessárias para o seu bom desempenho.

Numa perspetiva de melhoria contínua e avaliação em termos de eficácia e de eficiência, foram criadas metas intercalares com métricas associadas, que permitiram monitorizar o desempenho de cada indicador ao longo do ano, face ao objetivo definido.

Este exercício, estritamente ligado com a implementação e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade, envolvendo simultaneamente os responsáveis pela gestão da qualidade de cada departamento e os responsáveis pelo BSC, permitiu controlar o desempenho dos objetivos, estabelecendo as medidas e ações necessárias para a correção dos desvios verificados, afetar os recursos mais adequados, reduzir custos e cumprir as metas estabelecidas, mesmo com a escassez de recursos humanos e a extensão de atividades que o IPQ desenvolve.



II AUTOAVALIAÇÃO

2.5.3 PROQUAL



Foi dada continuidade à implementação de algumas melhorias e otimização da plataforma informática “PROQUAL - Pró Qualidade”, extensamente utilizado pelos serviços do IPQ.

O PROQUAL, cujo objetivo foi a reorganização de toda a atividade do IPQ com particular enfoque nos processos diretamente centrados no/a cliente, com incidência ao nível das suas competências fundamentais de Metrologia e Normalização, sem negligenciar as restantes áreas relacionadas com a promoção da Qualidade e com os Assuntos Europeus, permitiu construir uma solução integrada de otimização dos processos a gerir em rede com os agentes públicos e privados que conosco interagem, envolvendo os *stakeholders* do IPQ.

Fazendo uso das mais recentes tecnologias de informação e de comunicação, foram desencadeadas ações destinadas a:

- ✓ Melhorar significativamente os processos chave, numa ótica de redução de custos, de racionalização de recursos, de aumento da qualidade e de diminuição do tempo de resposta;
- ✓ Desenvolver um portal colaborativo para gestão do relacionamento com as entidades externas;
- ✓ Implementar uma solução de gestão documental (*workflow*);
- ✓ Criar indicadores para avaliar o desempenho interno e externo.

No domínio do controlo metrológico, esta plataforma contribuiu de forma significativa para melhorar a prestação de serviços de calibração aos laboratórios nacionais, assim como, proporcionou uma ferramenta de trabalho às entidades que exercem a função de verificação do controlo metrológico obrigatório de instrumentos de medição, utilizados nos diversos setores de atividade económica, abrangendo um universo de milhares de empresas e os/as cidadãos/ãs em geral, beneficiários, no seu conjunto, dos serviços prestados por aqueles.

No domínio da atividade normativa os efeitos são igualmente significativos, sendo de sublinhar a inclusão de uma plataforma colaborativa que suporta todo o fluxo de informação trocada entre os milhares de intervenientes nacionais no processo normativo. Também é de salientar a criação de uma biblioteca digital associada a um sistema de controlo de acessos remotos destinado a disponibilizar um serviço automático de informação normativa, por perfil de destinatário.

2.5.4 Certificação NP EN ISO 9001

Em março de 2015 realizou-se a auditoria de 1º acompanhamento da certificação do sistema de gestão da qualidade do IPQ, após a renovação em 2014, de acordo com a NP EN ISO 9001, com resultados muito positivos, dos quais se destacam os seguintes pontos fortes:

- competência, sentido de rigor, sensibilidade e disponibilidade de todos os auditados;
- sensibilização e focalização de todos os auditados relativamente ao imperativo de satisfação do cliente pela qualidade do serviço prestado;



II AUTOAVALIAÇÃO

- o empenhamento da Gestão de Topo através de um compromisso de Gestão, planeamento estratégico e definição de objetivos e metas;
- o trabalho desenvolvido visando a análise da implementação do Guia 20 CEN/CENELEC e a conceção de medidas que permitam o seu cabal cumprimento;
- o compromisso posto em prática de cumprimento rigoroso da Regulamentação nacional e europeia;
- a alteração da metodologia relativa às Auditorias que são realizadas por uma Bolsa de Auditores Internos;
- a manutenção de um elevado nível de satisfação dos Clientes relativamente ao desempenho do IPQ;
- o grau de cumprimento dos Objetivos e Metas anuais preconizados;
- Integração dos objetivos (BSC) no sistema de avaliação de desempenho do SIADAP.

Em 2015 realizou-se também o 2º ciclo de auditorias internas realizadas pela Bolsa de Auditores Internos do IPQ, criada para o efeito.

Após a obtenção da certificação em março de 2011, o IPQ tem vindo a melhorar continuamente o SGQ e a implementar ações de melhoria, quer decorrentes de necessidades identificadas no dia-a-dia, quer decorrentes de oportunidades de melhoria identificadas nas auditorias internas e externas e nos próprios inquéritos da avaliação de satisfação realizados ao/à cliente interno/a e externo/a.

O IPQ demonstrou assim que promove, não apenas o desenvolvimento da qualidade pela cultura de melhoria contínua assente no ciclo PDCA, mas também ele próprio dá o exemplo “fazendo o que diz que quer que os outros façam”, assumindo um papel dinamizador da economia e potenciador da competitividade das organizações e a sua aproximação contínua ao mercado.

2.6 Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional

Apesar de não existirem organismos nacionais nem internacionais com a mesma natureza integrada na administração pública e com autonomia administrativa e financeira, com a abrangência das atribuições do IPQ, são efetuadas comparações formais setoriais com as atividades de diversas estruturas, principalmente europeias, em que o IPQ está integrado. Procedeu-se a permanentes avaliações do que é feito no IPQ nas áreas de metrologia, normalização e qualificação, o que permitiu assegurar um nível de reconhecimento e desempenho de boas práticas no contexto internacional.

De salientar que a continuidade de participação do IPQ nesses organismos exige o rigoroso cumprimento de procedimentos obrigatórios para os seus membros consubstanciados em documentos-guia formais sob pena de pôr em causa o reconhecimento oficial da atividade nacional nessas áreas.

Em 2015, o DNOR deu continuidade e concluiu o processo de integração do “GUIA 20 do CEN-CENELEC” no Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do IPQ. A Auditoria Externa, realizada em março de 2015, confirmou que todos os requisitos obrigatórios do “GUIA 20” foram integrados nos procedimentos do DNOR, que por sua

II AUTOAVALIAÇÃO

vez fazem parte do SGQ. Desta Auditoria resultou um Plano de Ações para implementar as Recomendações de Melhoria identificadas como necessárias para que o DNOR pudesse cumprir, igualmente, com os requisitos recomendados e opcionais do “GUIA 20”.

O Relatório da Auditoria foi enviado ao CEN-CENELEC, acompanhado, quer das evidências do cumprimento de todos os requisitos (obrigatórios, recomendados e opcionais), quer do Plano de Ações. Estas auditorias, feitas por entidade independente, permitem ao CEN-CENELEC saber com rigor o grau de cumprimento, por parte de todos os Organismos Nacionais de Normalização, dos requisitos constantes do “GUIA 20”.

Em novembro de 2015, o DNOR recebeu do CEN-CENELEC o resultado da avaliação do Relatório da Auditoria tendo o IPQ obtido a classificação de “Excelente/Muito Bom” o que significou uma melhoria no cumprimento dos requisitos do “GUIA 20” face à classificação obtida em 2014 - “Bom”.

O IPQ continuou o processo de participação em diversos exercícios de comparação para demonstrar a equivalência internacional dos seus padrões. Estes projetos, no âmbito da EURAMET, estão relacionados com o Acordo de Reconhecimento Mútuo do CIPM. No decorrer de 2015, o LNM participou num total de 10 projetos de comparação internacional e em 9 projetos de I&D no âmbito EMRP, EMPIR e 7.º Programa Quadro.

Ainda no âmbito do CIPM-MRA é de realçar o projeto EURAMET 1123 *On site peer review*, atualmente coordenado pelo CEM, em parceria com o *Istituto Nazionale di Ricerca Metrologica - INRIM* (Itália). Este projeto de avaliações conjuntas de SGQ, com uma periodicidade anual, teve início em outubro de 2009 e visa proporcionar um maior reconhecimento internacional, estabelecendo e reforçando a confiança no cumprimento dos requisitos do Acordo de Reconhecimento Mútuo, assinado em 1999 pelos Signatários da Convenção do Metro. Em 2015, realizou-se a 10 e 11 de novembro uma *Peer Visit* ao Laboratório Nacional de Metrologia do IPQ, de acordo com os referenciais normativos EN ISO/IEC 17025 e ISO Guide 34, nomeadamente ao SGQ do LNM e às áreas técnicas da Pressão e de Eletricidade. A equipa auditora foi constituída por elementos do INRIM e do CEM. É de realçar o facto de ter sido mantida a conformidade do LNM com o CIPM-MRA.

Registe-se ainda que o IPQ participa ativamente no *Committee on Standards* no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1025/2012, de 25 de outubro de 2012 relativo à normalização europeia, que veio reforçar o papel da normalização como contributo essencial para a inovação e desenvolvimento da competitividade, facilitando o acesso aos mercados ou permitindo a interoperabilidade entre produtos e serviços novos ou já existentes.

Participa ainda no *Internal Market for Product (IMP) Working Group on Accreditation and Conformity Assessment* onde são partilhadas, e realizado o correspondente *benchmarking*, as práticas dos vários Estados Membros nas áreas da acreditação e da avaliação da conformidade com impacto no Mercado Interno.

2.7 Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores/as na autoavaliação do IPQ

A documentação institucional como o Plano de Atividades, o Relatório de Atividades e a Autoavaliação do IPQ foram elaborados com o total envolvimento dos/as dirigentes intermédios, que redigiram com o apoio dos/as seus/suas trabalhadores/as, as propostas de textos dos seus Departamentos, integradas neste documento.

I AUTOAVALIAÇÃO**- Satisfação dos/as trabalhadores/as**

Reportando-se à atividade de 2015, no início do ano, realizou-se uma auscultação formal aos/as trabalhadores/as através de inquérito, cujos resultados atingiram o valor de 7,3, numa escala de 1 a 10. O inquérito decorreu entre 6 e 12 de janeiro de 2016 e foi enviado para o *e-mail* de todos/as os/as trabalhadores/as do IPQ o respetivo questionário que, depois de preenchido, foi colocado em suporte de papel num recetáculo próprio, situado na sala do Secretariado do Conselho Diretivo, de forma a garantir a total preservação do anonimato dos/as trabalhadores/as.

O questionário incluiu 26 itens avaliados através de uma escala numérica de 1 a 10 em que 1 = muito insatisfeito e 10 = muito satisfeito, e uma questão aberta sobre a identificação de outros aspetos não considerados nos itens avaliados anteriormente.

Para cada item foi calculada a *média*, a *moda*, o *desvio padrão* e os *valores máximo e mínimo*, tendo sido recebidas 63,5% de respostas válidas, de um universo de 96 trabalhadores/as.

Dos 26 itens avaliados, o que obteve uma avaliação mais elevada foi o que se refere à “Facilidade de comunicação via e-mail”, com uma média de 8,7.

Em 2015, o item que obteve a avaliação mais baixa, com uma média de 5,9, foi o “Reconhecimento pelo Conselho Diretivo do trabalho que desempenha”.

Este inquérito foi realizado pelo sexto ano consecutivo, tendo-se verificado um aumento progressivo do grau de satisfação dos/as trabalhadores/as, com o resultado de 7 em 2010, 7,1 em 2011, 7,4 em 2012 e 7,7 em 2013 e 2014, e 7,3 em 2015, procurando o IPQ dar sempre resposta às necessidades identificadas pelos/as seus/suas trabalhadores/as. Constituindo um indicador importante para a medição do desempenho do IPQ, a avaliação da satisfação dos/as trabalhadores/as em relação às suas condições de trabalho e à forma como sentem o seu enquadramento na organização, continuará a ser realizada com uma periodicidade anual.

- Satisfação dos/as clientes internos/as

Anualmente o IPQ avalia também o grau de satisfação dos/as clientes internos/as através da realização de um inquérito abrangendo as áreas que prestam serviços aos/as trabalhadores/as – *Unidade Financeira e Patrimonial, Equipa de Tecnologias de Informação, Recursos Humanos, Logística, Assessoria Jurídica e Departamento de Assuntos Europeus e Sistema Português da Qualidade (na área da organização dos eventos e conceção de suportes gráficos)*. O questionário inclui perguntas fechadas, com respostas obtidas através de uma escala numérica de 1 a 10, e um espaço destinado a sugestões/comentários.

Para cada indicador é calculada a *média*, a *moda*, o *desvio padrão* e os *valores máximo e mínimo*, bem como é analisada a sua evolução histórica. As respostas são tratadas de forma anónima.

O inquérito referente ao ano 2015 decorreu entre 6 e 12 de janeiro de 2016. O universo abrangido foram os 96 trabalhadores/as, tendo os questionários sido distribuídos por email e após preenchimento, colocados em suporte de papel num recetáculo próprio, situado na sala do Secretariado do Conselho Diretivo, de forma a garantir a total preservação do anonimato dos/as trabalhadores/as.

II AUTOAVALIAÇÃO

O total de respostas válidas variou consoante a área em avaliação. Em 2015 os resultados obtidos foram muito positivos, situando-se entre os 7,4 e os 8,8 numa escala de 1 a 10.

Relativamente à *Área de Logística*, foi rececionado um total de 59 respostas válidas. O grau de satisfação obtido em 2015 foi de 7,6, face a 8,1, em 2014 e 2013. Dos 9 itens avaliados o que obteve pontuação mais baixa foi o relativo à “Condições gerais das viaturas” com 6,3, e os que obtiveram a classificação mais elevada, com 8,0, foram “Expediente – Distribuição de correspondência”, “Atendimento e encaminhamento das chamadas (receção)” e “Execução dos pedidos de apoio da manutenção”.

A *Área de Recursos Humanos* obteve um grau de satisfação de 8,8 em 2015, o mesmo que em 2014 e superior aos 8,6 de 2013. Dos 16 parâmetros analisados o que obteve a *média* mais baixa (7,3) foi a “Adequação da formação sugerida” relativamente ao Plano Anual de Formação, sendo que os que obtiveram a pontuação mais elevada (8,9) foram os relativos a “Qualidade do atendimento presencial” e “Qualidade do atendimento telefónico”.

Em relação à *Área de Informática - Equipa de Tecnologias de Informação*, onde se rececionaram 49 respostas válidas, o grau de satisfação foi de 7,4, tendo-se registado uma descida relativamente aos dois anos anteriores (7,8 e 7,5). O parâmetro com classificação inferior (6,9) foi o relativo ao “Grau de aceitação de críticas e sugestões para uma melhoria do serviço prestado” e o melhor classificado com uma *média* de 7,6 o “Atendimento de questões”, o que é bastante positivo face à dimensão desta equipa.

No que diz respeito à *Unidade Financeira e Patrimonial*, obteve-se em 2015 o grau de satisfação de 8,1, inferior a 2014 com 8,5 e a 2013 com 8,3. A *média* mais baixa foi de 7,6 associada ao “Grau de aceitação de críticas e sugestões para uma melhoria do serviço prestado”. Os parâmetros em relação aos quais os/as clientes internos/as se encontram mais satisfeitos prendem-se com “A facilidade de contacto e disponibilidade para atendimento informal”, “Qualidade das respostas”, “Satisfação relativamente à solicitação de informação para a elaboração/envio de propostas” e “Satisfação relativamente a pagamento a fornecedores e trabalhadores/as”. Ainda com o “Nível de satisfação relativo a recebimento de clientes”, com 8,2.

Quanto ao *Departamento de Assuntos Europeus e Sistema Português da Qualidade*, a *média* obtida em 2015 (8,0) diminuiu face aos dois anos anteriores em que as médias de satisfação global de tinham situado nos 8,6 e 8,4. O “Cumprimento dos prazos” foi o parâmetro com mais baixa avaliação (7,7) e os itens melhor avaliados pelos/as clientes internos/as foram “Qualidade do trabalho realizado”, “Facilidade de contacto” e “Grau de aceitação de críticas e sugestões para uma melhoria do serviço prestado”, com 8,1.

Os/As clientes internos/as da *Assessoria Jurídica* classificaram o serviço prestado com uma *média* global de 8,6, tendo melhorado face a 2014 (8,5). Todos os parâmetros tiveram uma classificação superior a 8 pontos, sendo o referente ao “Tempo de resposta” o que obteve a classificação mais baixa com 8,3, sendo que o “Empenho, Profissionalismo e Responsabilidade”, a “Cortesia e igualdade de tratamento” e o “Atendimento informal”, os que obtiveram a pontuação mais elevada com 8,6.

Todas as oportunidades de melhoria identificadas nos inquéritos de avaliação de satisfação realizados aos/às trabalhadores/as, enquanto trabalhadores/as do IPQ, e enquanto clientes internos/as, são analisadas em sede de revisão pela gestão, no âmbito do sistema de gestão da qualidade, e objeto de implementação de ações corretivas e preventivas, nos respetivos Planos de Ações de Melhoria de cada departamento. O tratamento e seguimento dado às ações implementadas é objeto de avaliação *à posteriori*.

II AUTOAVALIAÇÃO

De salientar ainda haver a prática de reuniões semanais de despacho com a Direção de cada Departamento, de reuniões mensais do Conselho Diretivo com os/as Diretores/as de Departamento que são alargadas periodicamente aos/às Diretores/as de Unidade, o que permite um acompanhamento muito próximo, por toda a estrutura dirigente, da atividade e das questões relacionadas com todos/as os/as trabalhadores/as, e de reuniões trimestrais de monitorização do desempenho dos indicadores de gestão do IPQ.

2.8 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades, com indicação dos resultados alcançados

Neste ponto são apresentados os resultados alcançados pelo IPQ face às atividades previstas e não previstas para 2015. Dos 49 objetivos estabelecidos no Plano de Atividades para o ano 2015, 39 atingiram ou superaram a meta, o que se traduz numa **taxa de execução de 80%**.

2.8.1 Normalização

O IPQ, enquanto Organismo Nacional de Normalização (ONN), gere e coordena o Subsistema da Normalização, no âmbito do Sistema Português da Qualidade. No desenvolvimento desta atribuição, o IPQ tem a responsabilidade de preparar, atualizar e divulgar o Plano de Normalização (disponível no *sítio Web* do IPQ), construído a partir das intenções de elaboração de documentos normativos provenientes dos Organismos de Normalização Setorial (ONS), dos Organismos Gestores de Comissão Técnica (OGCT) e das Comissões Técnicas (CT). Este Programa, que decorre do Regulamento (UE) n.º 1025/2012, de 25 de outubro, sobre Normalização, é um documento importante, sobretudo para as PME, onde constam as normas que se encontram em preparação a nível nacional podendo, a partir daí, solicitar a sua integração nas Comissões Técnicas que as estão a elaborar.

Ainda no âmbito da coordenação do Subsistema da Normalização o IPQ assegura e promove a participação nacional na normalização europeia e internacional; acompanha e coordena os ONS, os OGCT e as próprias CT que dele dependem diretamente. Gere ainda os processos de votação dos documentos normativos europeus e internacionais, a adoção dos documentos normativos europeus, a edição dos documentos normativos portugueses e a venda de todos os documentos normativos europeus e internacionais, uma vez que é o representante nacional a nível do Comité Europeu de Normalização (CEN), do Comité Europeu de Normalização Eletrotécnica (CENELEC), do Organismo Internacional de Normalização (ISO) e da Comissão Eletrotécnica Internacional (IEC).

Na qualidade de Organismo Nacional de Normalização, o IPQ participa no trabalho de diversos organismos europeus e internacionais de Normalização (ver Anexo A3), suportando quotizações anuais de cerca de €325 000, esforço considerado indispensável à obtenção de informação estratégica para os agentes económicos e sociais nacionais.

No domínio da normalização, o IPQ orienta a sua atuação pelos seguintes princípios:

- descentralização de atividades setoriais de normalização em ONS e em OGCT e no apoio ao funcionamento das Comissões Técnicas que dele dependem diretamente, aproximando as atividades normativas

II AUTOAVALIAÇÃO

dos seus mais diretos interessados, estimulando a definição de prioridades setoriais de normalização por parte dos agentes económicos e sociais nacionais;

- prioridade ao acompanhamento da normalização europeia, face à relevância do seu papel no funcionamento do Mercado Interno Europeu;
- incentivo à utilização dos projetos financeiros plurianuais da Comissão Europeia - *Framework Partnership Agreement*;
- demonstração do relevo, da importância e responsabilidade da ação dos/as Presidentes e Secretários/as das CT, e respetiva coordenação dos ONS e OGCT para o sucesso dos trabalhos normativos.

Foi continuado o esforço para tornar cada vez mais eficiente e célere a disponibilização dos documentos normativos, enviados pelas Comissões Técnicas de Normalização e que, depois de uma verificação técnica normativa, são preparados e editados pelo IPQ. Este esforço torna-se evidente tendo em conta que um dos objetivos QUAR do IPQ em 2015 (e continuará a ser em 2016) era referente ao “Tempo médio de edição” em dias dos documentos normativos (meta de 43 dias) e que, em final de 2015, se situou em 42,54 dias.

Processo de integração do GUIA 20 do CEN-CENELEC “Guide on membership criteria of CEN and CENELEC” no Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do IPQ

Em 2015, o DNOR deu continuidade e concluiu o processo de integração do “GUIA 20 do CEN-CENELEC” no Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do IPQ. A Auditoria Externa, realizada em março de 2015, confirmou que todos os requisitos obrigatórios do “GUIA 20” foram integrados nos procedimentos do DNOR, que por sua vez fazem parte do SGQ. Desta Auditoria resultou um Plano de Ações para implementar as Recomendações de Melhoria identificadas como necessárias para que o DNOR pudesse cumprir, igualmente, com os requisitos recomendados e opcionais do “GUIA 20”.

O Relatório da Auditoria foi enviado ao CEN-CENELEC, acompanhado, quer das evidências do cumprimento de todos os requisitos (obrigatórios, recomendados e opcionais), quer do Plano de Ações. Estas auditorias, feitas por entidade independente, permitem ao CEN-CENELEC saber com rigor o grau de cumprimento, por parte de todos os Organismos Nacionais de Normalização, dos requisitos constantes do “GUIA 20”.

Em novembro de 2015, o DNOR recebeu do CEN-CENELEC o resultado da avaliação do Relatório da Auditoria tendo o IPQ obtido a classificação de “Excelente/Muito Bom” o que significou uma melhoria no cumprimento dos requisitos do “GUIA 20” face à classificação obtida em 2014 - “Bom”.

O Plano de Ações para o cumprimento dos requisitos recomendados e opcionais foi executado durante o ano 2015 e será concluído no início de 2016.

O DNOR continuará a fazer anualmente Auditorias Internas aos requisitos do “GUIA 20” e Auditorias Externas com vista a obter o Relatório a submeter à avaliação do CEN-CENELEC, de 4 em 4 anos, conforme o calendário das avaliações definido por aquelas organizações europeias.

II AUTOAVALIAÇÃO

Informação e Divulgação

Em 2015, por forma a garantir uma adequada informação de carácter normativo aos agentes económicos e sociais nacionais, responderam-se a centenas de perguntas sobre Normalização que chegaram ao IPQ pelo Serviço “Questionar” a maior parte das quais provenientes de PME.

Com o objetivo de aumentar o conhecimento da atividade de normalização, foi assegurada a intervenção do DNOR em diversos Encontros, Seminários, Conferências e Ações de Formação, organizados, quer pelo próprio IPQ, quer por outras entidades, nomeadamente:

- 2 Seminários de divulgação, em colaboração com a Direção Geral de Educação, sobre a NP 4510 – “Atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família”, no Auditório do IPQ e Auditório do Conservatório de Música do Porto;
- 2 Seminários de divulgação da NP EN 16636 – “Sistemas de gestão para serviços de pestes e pragas” 1 organizado pela ANCPU (Fátima) e outro pela GROQUIFAR (Parque das Nações);
- Encontro Ascensores Diretiva 2014/33/EU e Normas 81-20 e 81-50, realizado em colaboração com a CT 63 – Elevadores, escadas mecânicas e tapetes rolantes, no Auditório do IPQ;
- Conferência sobre Cidades Sustentáveis, organizado pela Direção Geral do Território, CCB;
- Conferência sobre Gestão de Projetos, organizado pela APOGEP, Lisboa;
- Seminário Medição dos Flúidos, organizado pela BUREAU VERITAS, Auditório do IPQ;
- Intervenção sobre a importância da Normalização na reunião da Assembleia Geral da APORMED, Lisboa;
- 2 Seminários de divulgação da NP 4543 – “Sistemas de gestão de respostas sociais. Requisitos” em colaboração com a CT 186 - Respostas Sociais e Cuidados Integrados, no Auditório do IPQ e Auditório do IEP no Porto;
- Intervenção no Seminário “Tecnologias de Informação na Saúde”, organizado em colaboração com a CT 199 – Sistemas de Informação para a Saúde, no Auditório do IPQ.

Dia Mundial da Normalização

Para celebrar o Dia Mundial da Normalização, que anualmente se comemora no dia 14 de outubro, o IPQ



organizou uma Conferência subordinada ao tema “Normas: A linguagem Comum do Mundo”. Este tema convidava as pessoas a imaginarem um mundo sem normas e quão difícil seria comunicarmos sem elas, demonstrando que as normas são essenciais para que os produtos consigam interoperar de forma harmoniosa e para que as pessoas comuniquem facilmente. Num mundo sem normas, atividades de rotina que tomamos por garantidas, como fazer uma chamada, navegar na internet ou usar o cartão de crédito, tornar-se-ia um desafio bem mais complexo, quiçá, impossível.

II AUTOAVALIAÇÃO

Para encerrar esta Conferência procedeu-se à entrega do “Prémio Normalização 2015” lançado há precisamente dois anos e que pretende homenagear e reconhecer o trabalho desenvolvido pelos peritos nas diferentes Comissões Técnicas, distinguindo a Comissão Técnica Portuguesa que se tenha destacado pelo empenho no desenvolvimento e na promoção da Normalização portuguesa, de acordo com as regras e procedimentos instituídos e cujo trabalho se tenha destacado pela relevância e impacto na economia nacional e na sociedade portuguesa.



Foram presentes a concurso 4 candidaturas e destas o Júri responsável pela seleção decidiu atribuir o “Prémio Normalização 2015”, à CT 16 – Cortiça, cuja coordenação é do ONS - APCOR. Esta CT tem um papel ativo e predominante junto das PME do setor. É extraordinariamente representativa pois tem mais de 260 associados que representam 80% da produção de cortiça nacional e mais de 85% das exportações nacionais. Aposta fortemente em campanhas de comunicação e divulgação junto dos associados, com o lema “Inovar para Crescer”, onde a normalização está sempre presente. Elaborou em 2015 uma brochura sobre “Normalização no setor da Cortiça” com a lista das normas utilizadas, construída de forma a facilmente ser atualizada sempre que necessário. Para além disso apoia o IPQ no secretariado do TC 87 – Cork, e ainda na realização das reuniões internacionais realizadas em Portugal, participando nas reuniões plenárias a nível europeu e internacional.

O IPQ continua a assegurar a inclusão dos termos em língua portuguesa na “Eletropédia”, base de dados internacional, da responsabilidade da *IEC - International Electrotechnical Commission*, que contém mais de 20 000 termos em diversas línguas, no âmbito do vocabulário eletrotécnico.

Novas áreas normativas

No ano em análise passaram a ser acompanhadas as seguidas novas áreas normativas:

- OGCT – ANETA, CT 193 – Trabalhos em Altura;
- CT 194 – Nanotecnologias - Coordenação IPQ
- CT 196 – E-fatura – Coordenação IPQ;
- CT 197 – Building Information Modelling – BIM, Coordenada pelo ONS IST;
- CT 198 – Pragas Urbanas – Coordenação IPQ;
- CT 199 – Sistemas de Informação na Saúde – Coordenação IPQ;
- CTA 33 – Comércio e Serviços - Coordenação IPQ;
- CTA 34 - Desenvolvimento Sustentável de Comunidades - Coordenação IPQ.

II AUTOAVALIAÇÃO

Portugal continuou a assegurar diversos secretariados internacionais e europeus, nomeadamente:

- ISO/TC 87 - Cork (IPQ);
- ISO/TC 87/WG 10 - Cork stoppers. Chemical test methods (ONS/APCOR);
- CEN/TC 190/WG 6 - Malleable cast iron (ONS/CATIM+APTA);
- CEN/TC 250/SC 8 - Earthquake resistance design of structures (ONS/LNEC);
- CEN/TC 256/SC 1 - Railway applications - Track (IPQ + ONS/APNCF);
- CEN/TC 256/SC 1/WG 21 – Railway applications - Track – Acceptance of trackwork after renewal and/or maintenance (ONS/APNCF);
- ISO/TC 269/AG 8 - Railway applications - Sleepers and fastenings.

Credenciaram-se, durante 2015, 93 peritos/asportugueses/as para participarem, de forma presencial, em diversas reuniões de comités técnicos de normalização europeus e internacionais.

Durante o ano de 2015, Portugal acolheu diversas reuniões de comités técnicos europeus e internacionais, a saber:

- CEN/TC 242 “*Safety requirements for passenger transportation by rope*”, promovida pelo ONS CATIM, no Porto, em 13 e 14 de fevereiro;
- CEN TC 203 WG 9, “*Cast iron pipes, fittings and their joints*”, IPQ, 10 dezembro de 2015;
- CEN/TC 286, “*Liquefied petroleum gas equipment and accessories*”, promovida pelo ONS CATIM, Porto, 14 e 15 de abril de 2015;
- ISO/TC 87/WG 10 “*Cork Stoppers - Chemical test methods*”, promovida pelo ONS APCOR, a 29 de setembro, em Santa Maria de Lamas;
- ISO/TC 87/WG14 “*Cork – Sensorial evaluation*”, promovida pelo ONS APCOR, a 30 de setembro, em Santa Maria de Lamas;
- CEN/TC 126 “*Acoustic properties of building elements and of buildings*”, promovida pelo ONS Sociedade Portuguesa de Acústica, em Lisboa, em 29 e 30 de janeiro;
- CEN/TC 250 “*Structural eurocodes*”, promovida pelo ONS LNEC, no LNEC em Lisboa, em 19 e 20 de novembro;
- CEN/TC 250/ SC 5 “*Design of timber structures*”, promovida pelo ONS LNEC, no LNEC em Lisboa, em 29 e 30 de outubro;
- CEN/TC 250/WG 3 “*Structural Glass*”, promovida pelo ONS LNEC, no LNEC em Lisboa, em 16 de março;

II AUTOAVALIAÇÃO

- CEN/TC 341/WG 6 “*Laboratory tests on soils*”, promovida pelo ONS LNEC, no LNEC em Lisboa, de 21 a 23 de outubro;
- ISO/TC 269/AHG 08 “*Railway applications / Sleepers and fasteners*” e TG “*Plastic sleepers*”, promovido pelo ONS APNCF no IPQ, Monte de Caparica, de 8 a 10 de julho;
- CEN/TC 256/SC 1 “*Railway applications / Infrastructure*” CRM prEN 16725 e prEN 16771, promovido pelo ONS APNCF no IPQ, Monte de Caparica, em 12 de outubro;
- ISO/TC 48 e CEN/TC332 “*Laboratory equipment*”, promovida pelo ONS APORMED, no IPQ, 9 a 13 março de 2015;
- CEN/TC 113/WG 10 “*Heat pumps for domestic hot water production and revision of EN 16147*”, promovida pelo ONS APIRAC, na FEUP, Porto, dias 28 e 29 de outubro de 2015;
- CEN/TC 309 e ISO/TC 216 ambos sobre “*Footwear*”, promovidas pelo ONS CTCP e pela APPICAPS, Porto, de 12 a 16 de outubro.

Coletâneas de Normas (DVD)

Dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento (EU) n.º 1025/2012, nomeadamente no que concerne à alínea f) do artigo 6.º, o IPQ durante o ano de 2015 editou 6 Coletâneas de Normas nas seguintes áreas:

- Eurocódigos – Edição revista e atualizada;
- Produtos de madeira – Edição exclusiva ensino universitário;
- Medição de Líquidos Combustíveis;
- Transportes de Passageiros;
- Logística e Mercadorias;
- Sistemas de Alarmes - Edição revista e atualizada;
- Segurança contra incêndio em edifícios equipamentos automáticos de deteção e alarme de incêndio – Edição revista e atualizada.

projeto Juventude



O IPQ, na sua qualidade de Organismo Nacional de Normalização, considera que a divulgação da normalização nas escolas é uma abordagem estruturante e estratégica na medida em que, ao sensibilizar os jovens para esta temática, permite um mais fácil reconhecimento futuro da sua importância na economia e dos seus múltiplos impactos na vida dos cidadãos. Assim, desde 2008 que, anualmente, tem vindo a contactar as Escolas Profissionais nacionais, disponibilizando-se a dar formação sobre normalização, complementando a ação com informação específica sobre a oferta formativa de cada escola.

Em 2015, o IPQ realizou 25 ações de formação, em 17 estabelecimentos de ensino secundário e profissional, para cerca de 1000 alunos e 30 professores.

II AUTOAVALIAÇÃO

Formação

Em 2015 o Departamento de Normalização deu continuidade ao seu **Projeto de Formação sobre Normalização para as Comissões Técnicas (CT) e Organismos de Normalização Sectorial (OGCT)**.

Neste âmbito, realizaram-se 16 ações de formação, num total de 31 horas, onde participaram 270 formandos. Estas ações de formação foram dinamizadas pelos Técnicos de Normalização do departamento.

O objetivo geral destas ações de formação é garantir que os profissionais que trabalham na normalização em Portugal (Elementos de Ligação ONS/OGCT e Vogais das CT) adquiram conhecimentos teóricos e práticos sólidos sobre os procedimentos da normalização, para que possam desenvolver, com maior eficácia e qualidade, as atividades normativas que lhe são cometidas. A finalidade do projeto é aumentar a eficácia do Sistema de Normalização e aumentar nível técnico das normas produzidas em Portugal.

Com base num Referencial de Formação sobre Normalização, criado e desenvolvido pelos técnicos do DNOR, cada ação de formação é preparada à medida dos destinatários e das suas reais necessidades de aprendizagem. O Referencial está estruturado em módulos flexíveis e independentes, cada um com objetivos de aprendizagem específicos e um conteúdo programático pré-definido. Consoante as necessidades dos formandos, cada módulo pode ser apresentado com um grau maior ou menor de especificidade, com maior ou menor carga horária ou numa modalidade mais expositiva ou prática.

Estrutura Modular do Referencial de Formação:

Módulo 1 – Normalização

Módulo 2 – A Normalização em Portugal: Estrutura, Organização e Funcionamento

Módulo 3 – As Entidades Nacionais de Normalização

Unidade 1 – O Organismo de Normalização Setorial (ONS)

Unidade 2 – O Organismo Gestor de Comissão técnica (OGCT)

Unidade 3 – A Comissão Técnica (CT)

Módulo 4 – O Processo de Normalização Nacional

Unidade 1 – Tipologia e desenvolvimento de Documentos Normativos Portugueses (DNP)

Unidade 2 – Produção de Documentos Normativos Portugueses (DNP)

a) Regras gerais de apresentação dos DNP

b) Instruções para a escrita de DNP

Módulo 5 – O Processo de Normalização Europeu

Unidade 1 – O Comité Europeu de Normalização (CEN)

Unidade 2 – O Comité Europeu para a Normalização Eletrotécnica (CENELEC)

Módulo 6 – O Processo de Normalização Internacional

Unidade 1 – A Organização Internacional de Normalização (ISO)

Unidade 2 – A Comissão Eletrotécnica Internacional (IEC)

II AUTOAVALIAÇÃO

Este Projeto inclui um Ciclo de Formação específico para os Elementos de Ligação dos ONS/OGCT, que terminará em 2016, com ações de formação realizadas nas instalações do IPQ e no Porto nas instalações do CATIM. No total das 3 ações de formação realizadas em 2015, contamos com a presença de 56 participantes.

Tabela 4 – Ações de Formação/Sensibilização sobre Normalização

	Ação de Formação (2015/2016)	Edição Almada/IPQ	Edição Porto
1	Normalização em Portugal: Constituição, reconhecimento e atribuições dos ONS e OGCT	2015-05-27 14:30 às 17:30 Realizada	2015-11-13 09:00 às 12:00 Realizada
2	O Processo de Normalização Europeu: CEN e CENELEC	2015-11-04 14:30 às 17:30 Realizada	2016-02-16 14:30 às 17:30
3	O Processo de Normalização Internacional: ISO e IEC	2016-03-15 14:30 às 17:30	2016-05-25 14:30 às 17:30
4	O Processo de Normalização Nacional	2016-04-06 14:30 às 17:30	2016-04-13 14:30 às 17:30
5	Qualificação dos ONS	2016-10-26 14:30 às 17:30	2016-11-09 14:30 às 17:30

Formação no âmbito da Cooperação com outros países

Em 2015 há que destacar o Programa de Formação que o DNOR preparou e para os dois técnicos do Organismo de Normalização Nacional de Cabo Verde.

A formação assegurada pelo DNOR teve a duração de 30 horas, foi desenvolvida durante 5 dias e incluiu sessões teóricas e práticas, visita a um Organismos de Normalização Setorial, observação presencial de uma reunião plenária de Comissão Técnica, trabalhos práticos e estudo de casos.

eLearning para as Pequenas e Médias Empresas (PME)



Esta ferramenta de formação sobre normalização para PME, foi elaborada pelo organismo de normalização holandês (NEN), cofinanciado pela Comissão Europeia, tendo ainda a participação dos organismos de normalização inglês (BSI), dinamarquês (DKE) e alemão (DIN).

II AUTOAVALIAÇÃO

Através de animações curtas e textos explicativos, a ação de formação vai mostrando quais os benefícios do uso de normas para as PME e como participar na atividade de normalização nacional e europeia.

Esta ferramenta consiste em 6 módulos com temas individuais. Cada módulo começa com uma revisão das metas de aprendizagem, seguido de uma animação que explica o tema com base numa situação concreta. Após a animação, pode ler-se mais sobre o assunto e, finalmente, testar o nosso conhecimento.

Esta ferramenta *online* está disponível em 23 línguas - incluindo o português.

Este curso responde a questões tais como:

- O que são normas e o que elas significam para a sua empresa?
- Por quem e como são as normas desenvolvidas?
- Por que é que as normas devem ser usadas?
- Quais as vantagens em participar no desenvolvimento das normas?
- Como pode influenciar o conteúdo de uma norma?

Esta ferramenta está disponível no site do IPQ através do link:

<http://www1.ipq.pt/pt/normalizacao/ferramentaspme/Pages/FerramentasPME.aspx>

O quadro seguinte resume em números a atividade da Normalização em 2015 e a sua comparação com os resultados alcançados em 2014.

Tabela 5 - Normalização em Números

	2014	2015
Organismos de Normalização Setorial (ONS)	54	53
Organismos Gestor de Comissão Técnica (OGCT)	5	6
Comissões Técnicas: - ativas	176	185
Acervo normativo português	26 727	28 773
Documentos Normativos Portugueses em vigor	21 123	22 747
- Documentos Normativos Portugueses sem versão em português	2 954	3 274
- Documentos Normativos Europeus com versão em português	310	361
Documentos Normativos Internacionais com versão em português	2 340	2 391
Documentos Normativos Portugueses (DNP + NP)		
% Normas Portuguesas harmonizadas com Normas Europeias e Internacionais	99 %	99%

Tabela 6 - Valores de Vendas em 2015

	2014	2015
Correspondentes IPQ	318 697,01	323 292,30
Venda de documentos normativos e publicações, nacionais e estrangeiras	402 129,74	526 238,43
TOTAL	720 826,75	849 530,73

2.8.2 Metrologia

Metrologia Científica

O IPQ possui no seu Laboratório Nacional de Metrologia (LNM), a totalidade dos padrões nacionais das unidades de medida das grandezas de base do Sistema Internacional (SI): comprimento (metro), massa (quilograma), tempo (segundo), temperatura termodinâmica (kelvin), corrente elétrica (ampere), intensidade luminosa (candela) e quantidade de matéria (mole) e de inúmeras grandezas derivadas do SI.

O LNM do IPQ e o Laboratório de Metrologia das Radiações Ionizantes (LMRI) do Instituto Superior Técnico (IST) asseguraram a realização dos padrões nacionais das unidades de medida necessárias à comunidade nacional. Ambos os Laboratórios atualizaram os respetivos Sistemas de Gestão da Qualidade, segundo a norma NP EN ISO/IEC 17 025:2005 e Guias ISO 34:2009, 30:1992 / Amd 1/2008, 31:2000 e 35:2006 associados, cumprindo os requisitos necessários à manutenção do seu reconhecimento, no seio do Acordo de Reconhecimento Mútuo dos Países da Convenção do Metro, o CIPM-MRA (CIPM - Comité Internacional de Pesos e Medidas), de forma a garantir a credibilidade externa das medições efetuadas no território nacional.

Os desenvolvimentos tecnológicos verificados na **metrologia científica** foram acompanhados, através da participação nos trabalhos internacionais europeus, de forma a assegurar, como laboratório nacional, a rastreabilidade das medições das grandezas sob a sua responsabilidade direta e indireta.

No âmbito do Acordo de Reconhecimento Mútuo (MRA do CIPM), estão registadas pelo IPQ 133 CMC (Capacidades de Medição e Calibração) e 6 matrizes (CMC para mais de 2 grandezas) na base de dados do *Bureau* Internacional de Pesos e Medidas (BIPM).

O total de CMC nacionais (IPQ + IST-LMRI) registadas na base de dados internacional do MRA-CIPM, em 31 de dezembro de 2015, é de 176 CMC e 6 matrizes.

No âmbito da participação e acompanhamento das atividades europeias e internacionais são de destacar a participação em programas financiados pelo 7.º Programa-quadro da Comissão Europeia, nomeadamente o EMRP (*European Metrology Research Program*), atual EMPIR (Programa Europeu para a Inovação e a Investigação em Metrologia) ao abrigo do artigo 185.º do TPFUE (Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia) e o NANoREG (*A common European approach to the regulatory testing of Nanomaterials*).

No âmbito do EMRP e do EMPIR o IPQ/DMET (Departamento de Metrologia) participou nos seguintes projetos de investigação e desenvolvimento:

II AUTOAVALIAÇÃO

- “*NOTED - Novel techniques for traceable temperature dissemination*” cujo objetivo é melhorar a rastreabilidade ao SI na área da temperatura (concluído em 2015);
- “*MeDD - Metrology for drug delivery*” projeto relacionado com a rastreabilidade dos equipamentos hospitalares (concluído em 2015);
- “*SURVEYING - Metrology for long distance surveying*” com o objetivo de desenvolver dispositivos óticos que possam medir distancias, até um kilometro, no ar e com valores de incerteza da ordem de 10⁻⁷;
- “*ANGLES - Angle Metrology*” projeto que pretende desenvolver e implementar protótipos para realizar o radiano, unidade SI do ângulo, para melhorar a rastreabilidade das medições na ciência e na indústria, nomeadamente em condições mais adversas;
- “*NNL - Sensor development and calibration method for inline detection of viscosity and solids content of non-Newtonian fluids*”;
- “*ACQ-Pro - Towards the propagation of ac quantum voltage standards*”, projeto que visa desenvolver a capacidade de investigação e medição Europeia, possibilitando aos LNM e Institutos Designados o acesso a referências quânticas de tensão alternada, contribuindo para disseminar esta capacidade a infraestruturas onde esta capacidade é atualmente limitada;
- “*Press2Vac - Industrial standards in the intermediate pressure-to-vacuum range*”, projeto que tem como objetivo principal tornar as medições em pressão absoluta, relativa positiva e negativa no intervalo de pressão de 1 Pa a 10⁴ Pa rastreáveis ao SI, o que é fundamental para diversas indústrias tais como a produção petroquímica e farmacêutica, armazenamento de resíduos tóxicos, *cleanroom technologies*, causando impacto na inovação e na eficiência da produção industrial e processos.

No âmbito do EMPIR, foram submetidas, em 2015, várias candidaturas a projetos de investigação e desenvolvimento, tendo-se conhecimento da respetiva aceitação formal, apenas, dos dois primeiros projetos:

- SIP-HLT07 Standards and e-learning to maximize the uptake of infusion best practices and calibration;
- SRT-h13 Innovative measurements for improved diagnosis and management of neurodegenerative diseases;
- JRP-h08 Key reactive molecules as exhaled breath biomarkers for disease diagnostics and monitoring;
- PRT- Evaluation of the effect of measurement uncertainty on patient safety with respect to radiation sterilization of medical device;
- PRT-Risk Assessment of Measurement Systems.

No âmbito do NANOREG, o DMET participa no consórcio nacional PToNANO, constituído pelo Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), o Instituto Português da Qualidade e a Direção Geral da Saúde (DGS) – entidades com valências multidisciplinares de natureza

II AUTOAVALIAÇÃO

científica, legislativa e industrial na área da Nanotecnologia, tendo sido desenvolvidas diversas atividades com os parceiros europeus.

Metrologia Aplicada

Verificou-se um acréscimo, relativamente a 2014, do número de trabalhos laboratoriais efetuados em 2015, num total de 3 790 (de acordo com o apresentado na tabela seguinte), em especial no que se refere à calibração (externa e interna), nomeadamente de massas padrão e recipientes graduados de volume, meios estes que na sua maioria se destinaram ao aluguer a entidades qualificadas pelo IPQ, para o exercício delegado da atividade no âmbito do controlo metrológico legal.

Tabela 7: Comparação do tipo de trabalhos laboratoriais efetuados nos últimos anos

Trabalhos efetuados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Calibrações	1 825	1 720	2 094	2 056	1 959	1 444	1 186	1 646	2 040
Materiais de Referência Certificados	92	195	236	314	236	222	94	103	158
Verificações de controlo metrológico	737	535	572	1 036	800	958	971	1 251	1 211
Outros trabalhos	0	288	205	60	118	167	417	288	381
Total de trabalhos executados	2 654	2 738	3 107	3 466	3 113	2 791	2 668	3 288	3 790

A figura seguinte apresenta uma distribuição do número e tipo de operações metrológicas efetuadas no decorrer de 2015.

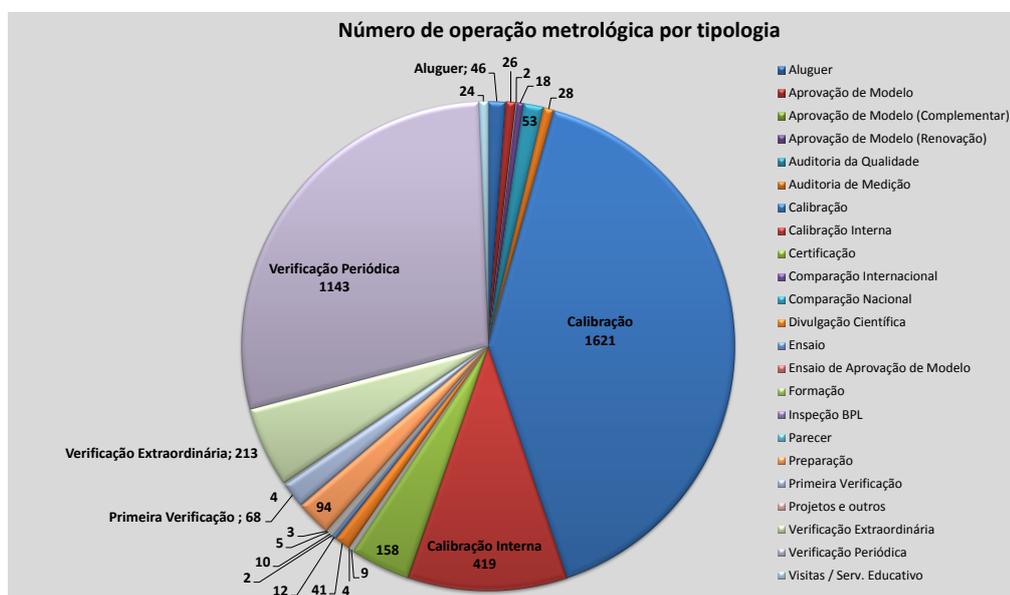


Figura 2: Número de operação metrológica por tipologia

As operações de controlo metrológico de instrumentos de medição são realizadas maioritariamente nas áreas que o IPQ não descentralizou em entidades qualificadas pela Metrologia Legal, nomeadamente os cinemómetros radar, os alcoolímetros e as medidas materializadas de comprimento e sondas, devido, especialmente nos dois primeiros casos, à sensibilidade política e jurídica da atividade de fiscalização do Código da Estrada realizada pelas polícias e forças militarizadas. No entanto, e de acordo com a figura 1, verifica-se também um aumento desta atividade relativamente ao Controlo Metrológico Legal efetuado pelo LNM.

Verificou-se um incremento significativo da atividade respeitante à emissão de pareceres, no âmbito de processos judiciais, relacionados com os alcoolímetros e os cinemómetros radar, tendo sido emitidos mais de 100 pareceres técnicos.

Como corolário do esforço conjunto dos recursos humanos do Departamento de Metrologia, foi possível uma melhoria continuada dos trabalhos desenvolvidos, o que possibilitou a superação dos objetivos do QUAR.

No âmbito nacional, manteve-se o acompanhamento do Protocolo existente entre o IPQ e o IST-LMRI, que atua como Laboratório Designado no âmbito do CIPM-MRA, para o domínio das Radiações Ionizantes.

Foi dada continuidade aos Protocolos de cooperação e à colaboração existentes entre o IPQ e as entidades a seguir referidas, nos seguintes âmbitos e atividades:

- Protocolo IPQ/FCUL: atividade em diversos domínios metrológicos, em particular colaboração no âmbito de I&D&I, realização de seminários no âmbito do Mestrado em Física e a realização de visitas técnicas.
- Protocolo IPQ/LNEC: foram efetuadas diversas atividades no âmbito da calibração, auditorias da qualidade, estudos de avaliação de infraestruturas (presença de amianto nas instalações do IPQ, avaliação da segurança da laje do piso 1 do Edifício C do IPQ/DMET), apoio de serviços de manutenção de equipamento laboratorial, ações de formação e calibração de equipamento.

II AUTOAVALIAÇÃO

- Protocolo IPQ/FCT-UNL: ao abrigo deste Protocolo foram desenvolvidas diversas atividades, nomeadamente o apoio e a colaboração no 1.º e 2.º ciclo do ensino, através da realização de Seminários e de 5 teses de Mestrado no LNM, e a colaboração conjunta em Projetos de I&D no âmbito EMPIR, designadamente o projeto ACQ-PRO *Towards the Propagation of ac Quantum Voltage Standards* e o projeto Press-2vac *Traceable Calibration of Dynamic Weighing Instruments*.
- Protocolo IPQ/ISEP: assinado em maio de 2015, tem como objetivos, entre outros, o apoio e a colaboração no 1.º e 2.º ciclo do ensino, através da realização de Seminários, Estágios, Mestrados e Doutoramentos.
- Colaboração IPQ/IPAC: participação na realização de 29 auditorias técnicas e da qualidade, no âmbito do referencial NP EN ISO/IEC 17025, 22 auditorias de medição e participação em Comissões Técnicas (GTLabT5 - Calibração; CTaL - Acreditação de Laboratórios).
- Colaboração IPQ/HGO (Hospital Garcia de Horta): o LNM tem colaborado com o Hospital Garcia de Orta no âmbito do projeto EMRP MeDD.

Em colaboração com a RELACRE, o IPQ/DMET coordenou tecnicamente a realização de 7 ECI (Ensaio de Comparação Interlaboratorial) com os laboratórios nacionais acreditados, compreendendo a caracterização técnica dos padrões circulantes, a elaboração dos protocolos, a determinação dos valores de referência (no início e fim da circulação), elaboração do relatório, organização da reunião final e proposta de eventuais medidas corretivas.

O IPQ/DMET participou ainda em *Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho da RELACRE*, designadamente:

- CTRo4 (Metrologia) – GT1 (Mecânica);
- CTRo4 (Metrologia) – GT2 (Elétrica);
- CTRo4 (Metrologia) – GT4 (Massa);
- CTRo4 (Metrologia) – GT5 (Química);
- CTRo4 (Metrologia) – GT7 (Volume);
- CTRo4 (Metrologia) – GT8 (Dimensional);
- CTRo4 (Metrologia) – GT9 (Temperatura e Humidade);
- CTRo4 (Metrologia) – GT10 (Contadores de fluidos, Ensaio de repetibilidade de contadores de água).

Participação em *Comissões Técnicas de Normalização*:

- CT 12 da ISO – Grandezas e Unidades;
- CT 28/SC4 – Acústica Vibrações e Choque;
- CT 48 da ISO – Equipamento de Laboratório;
- CT 48/SC6 ISO – *Glass and plastic ware including volumetric instruments*;
- CT 71/SC3 – Qualidade do Ar fora dos locais de trabalho;
- CT 106 – Contadores de Gás;
- CT 116 – Contadores de Água;
- CT 123/SC2 – Termómetros;

II AUTOAVALIAÇÃO

- CT 124 – Combustíveis;
- CT 147 – Critérios de Avaliação de Entidades;
- CT 168 – Metrologia Linear e Angular;
- CT 174 – Fotografia;
- CT 194 – Nanotecnologias;
- CEN TC 264 – WG12 *Reference methods for determination of SO₂ / NO₂ / O₃ / CO in ambient Air*;
- ISO TC 158 – Air Quality;
- ISO TC 146 – Gas Analysis.

No âmbito Internacional e Europeu, o IPQ participou e representou Portugal nas organizações especializadas, nomeadamente no BIPM e na EURAMET e.V. (Associação dos Laboratórios Nacionais de Metrologia Europeus). Participou nos trabalhos da EURAMET como *Contact Person*, nos comités da metrologia interdisciplinar e da qualidade, e nos comités técnicos da acústica, caudal, comprimento, eletricidade e magnetismo, fotometria e radiometria, massa e grandezas derivadas, metrologia em química, termometria, tempo e frequência. Participou, ainda, no BIPM, nos comités consultivos para a acústica, vibrações e ultrassons e metrologia em química e nos grupos de trabalho destes domínios metrológicos.

O DMET participou também em diversos projetos de comparação para demonstrar a equivalência internacional dos seus padrões. Estes projetos, no âmbito da EURAMET, estão relacionados com o Acordo de Reconhecimento Mútuo do CIPM. No decorrer de 2015, o LNM participou num total de 10 projetos de comparação internacional e em 9 projetos de I&D no âmbito EMRP, EMPIR e 7.º Programa Quadro.

Ainda no âmbito do CIPM-MRA é de realçar o projeto EURAMET 1123 *On site peer review*, atualmente coordenado pelo CEM, em parceria com o *Istituto Nazionale di Ricerca Metrologica - INRIM* (Itália). Este projeto de avaliações conjuntas de SGQ, com uma periodicidade anual, teve início em outubro de 2009 e visa proporcionar um maior reconhecimento internacional, estabelecendo e reforçando a confiança no cumprimento dos requisitos do Acordo de Reconhecimento Mútuo, assinado em 1999 pelos Signatários da Convenção do Metro. Em 2015, realizou-se a 10 e 11 de novembro uma *Peer Visit* ao Laboratório Nacional de Metrologia do IPQ, de acordo com os referenciais normativos EN ISO/IEC 17025 e ISO Guide 34, nomeadamente ao SGQ do LNM e às áreas técnicas da Pressão e de Eletricidade. A equipa auditora foi constituída por elementos do INRIM e do CEM. É de realçar o facto de ter sido mantida a conformidade do LNM com o CIPM-MRA.

Metrologia Legal

Compete à **Metrologia Legal** assegurar e gerir o sistema de controlo metrológico legal dos instrumentos de medição, reconhecer entidades competentes para o exercício delegado desse controlo, sempre que tal se revele necessário para garantir a efetiva cobertura a nível nacional, coordenar a rede constituída por aquelas entidades e efetuar a aprovação de modelos de instrumentos de medição, tendo sido realizadas, em 2015, 23 aprovações de modelo.

Tabela 8: Número de aprovações de modelo

Ano	Aprovações de modelo
2007	19
2008	21
2009	23
2010	25
2011	31
2012	28
2013	28
2014	21
2015	23

Considerando que a Lei Orgânica do Ministério da Economia, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, determinou a extinção por fusão das Direções Regionais de Economia (DRE) e as suas atribuições, nos domínios da qualidade e metrologia, integradas no IPQ, a continuidade da atividade que vinha sendo realizada por aquelas DRE, foi assegurada, através da qualificação de novas entidades para o controlo metrológico de Manómetros, Vacuómetros e Manovacuómetros, de Sistemas de Medição Distribuidores de Combustível (SMDC) e Manómetros para Pneumáticos e de Instrumentos de Pesagem de Funcionamento não Automático (IPFnA). Em 2015 existiam para este tipo de instrumentos/sistemas de medição, 6 Organismos de Verificação Metrológica na região Norte, 5 em Lisboa de Vale do Tejo, 4 no Algarve, 4 no Centro e 4 no Alentejo.

Neste âmbito, foi efetuado pelo IPQ, durante o ano de 2015, um acompanhamento próximo a estas entidades, tendo-se assegurado a totalidade do controlo metrológico do universo de instrumentos de medição existente.

A garantia do rigor das medições nacionais prosseguiu no esforço de descentralização da atividade de verificação metrológica, que atualmente abrange 962 entidades, sendo de realçar a renovação da qualificação de 24 entidades, para além de 10 extensões da qualificação no que se refere aos Serviços Municipais de Metrologia (SMM) e de 2 renovações de Serviços Concelhios de Metrologia (SCM).

O número de Serviços Municipais de Metrologia (SMM) reconhecidos é de 93 SMM que abrangem 172 concelhos. O número de Organismos de Verificação Metrológica (OVM) é de 72 entidades e o de Serviços Concelhios de Metrologia privados é de 13 entidades, que abrangem 156 concelhos. O número de Instaladores e Reparadores (I/R) é de 784 entidades, dos quais 460 são de Tacógrafos, sendo 129 no domínio dos tacógrafos digitais, distribuídos por todo o país.

A evolução das receitas provenientes das entidades qualificadas foi a seguinte:

Tabela 9: Evolução das receitas das entidades qualificadas (Unidade: k€)

Entidades qualificadas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Direções Regionais da Economia	852	865	948	966	920	970	1 051	946	75
Serviços Municipais de Metrologia	234	298	306	338	361	382	372	445	442
Organismos de Verificação Metrológica	626	796	659	692	834	773	844	1 158	1 934
Reparadores/Instaladores	854	894	808	833	1 028	848	941	775	798
Total	2 566	2 853	2 721	2 829	3 145	2 973	3 222	3 324	3 249

A fim de assegurar que as **entidades qualificadas** pelo IPQ para o exercício de funções de controlo metrológico continuem a preencher os requisitos inerentes a tal qualificação, o IPQ realizou, em 2015, auditorias aos OVM e I&R. Apesar dos escassos recursos humanos existentes e da sobrecarga de trabalho decorrente da extinção das DRE, foram efetuadas 589 auditorias, de acordo com a seguinte distribuição por tipo de entidade:

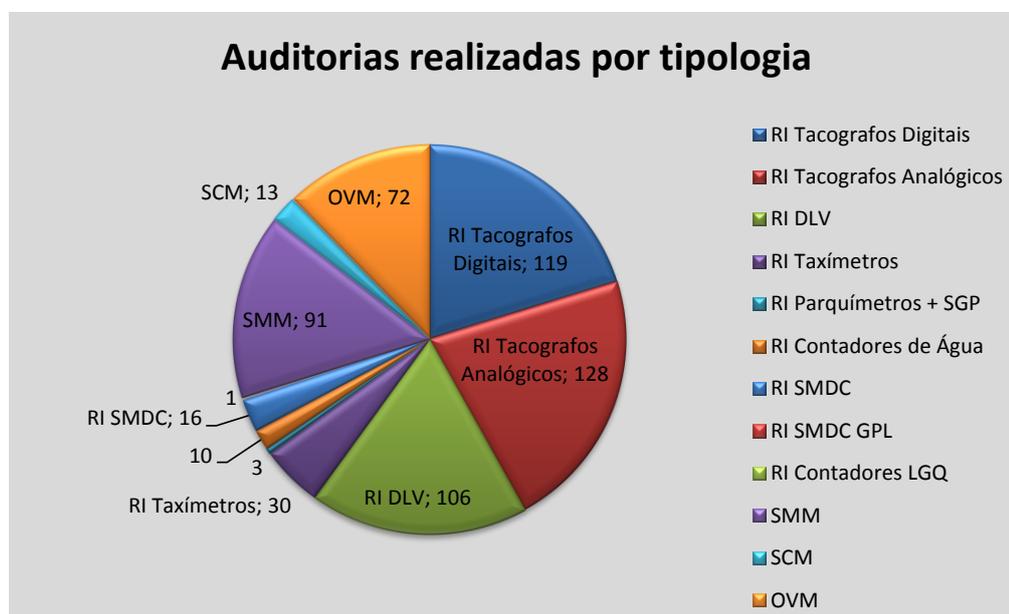


Figura 3: Auditorias realizadas por tipologia

O DMET desenvolveu as tarefas inerentes à transposição das Diretivas MID e IPFnA, tendo também iniciado os trabalhos preparatórios para a revisão da moldura legal da atividade de controlo metrológico.

II AUTOAVALIAÇÃO

Na área da saúde, manteve-se a participação na correspondente Comissão Setorial (CS/09), tendo sido dada continuidade à avaliação da situação da metrologia neste setor, onde se prevê reforçar a área do controlo metrológico legal, em particular, ao nível dos instrumentos de medição em serviço, com a publicação de 3 novos regulamentos de controlo metrológico e a revisão do regulamento de instrumentos de medição no domínio das radiações ionizantes.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade foram revistos os procedimentos e instruções de trabalho que consubstanciam o processo de certificação do IPQ segundo a norma NP EN ISO 9001:2008.

Foi assegurada a representação **internacional** nas reuniões da Comissão Europeia sobre a Metrologia Legal, no comité da Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML) e nas reuniões do *European Cooperation in Legal Metrology* (WELMEC), através da participação nos seguintes grupos de trabalho:

- WGMI da CE (IPFnA e MID)
- OIML TC17/SC7 – *Ethylomètres et éthylo-tests*
- WELMEC WG2 - AWI e NAWI
- WELMEC WG 6: *Pre-packaged*
- WELMEC WG 7: *Software*
- WELMEC WG 10: *Measuring Equipment for liquids other than water*
- WELMEC WG 11: *Utility Meters.*

Os conhecimentos especializados e a experiência em alguns domínios de intervenção têm sido utilizados para a participação em seminários, congressos, bem como para a dinamização de ações de formação, ministrada por técnicos do DMET, nomeadamente, no Curso de Experimentadores Metrologistas, tendo-se realizado:

- 1.^a edição: de 29 de junho a 10 de julho de 2015;
- 2.^a edição: de 23 de novembro a 04 de dezembro de 2015.

BPL – Boas Práticas Laboratoriais

O DMET coordena o processo de reconhecimento segundo os princípios OCDE das Boas Práticas de Laboratório (BPL), no âmbito das Diretivas 2004/9/CE e 2004/10/CE e dos Decretos-Lei n.º 95/2000 e n.º 99/2000, processo da competência do IPQ, enquanto Autoridade Nacional de Monitorização e como estabelecido no Programa Nacional de Acompanhamento BPL. Durante o ano de 2015, foi renovado o reconhecimento a 4 Instalações de Ensaio de produtos químicos industriais que realizam estudos dentro do âmbito de aplicação destes princípios e cujos resultados se destinam a ser submetidos às Autoridades Regulamentares. O IPQ participou neste âmbito na reunião do grupo de trabalho de Boas Práticas de Laboratório da União Europeia. Estas reuniões visam a uniformização de critérios a nível internacional bem como a promoção de uma melhor interação com as entidades regulamentares.

II AUTOAVALIAÇÃO

Museu de Metrologia

O Museu de Metrologia manteve o programa dirigido ao Ensino Básico, utilizando a Exposição Permanente de Pesos e Medidas e o espaço lúdico com o fim de sensibilizar para a metrologia e a sua importância no comércio, na saúde e na segurança. Em 2015, o Museu de Metrologia foi visitado por 2 115 pessoas, entre alunos de escolas de diferentes graus de ensino não universitário (cerca de 83%), visitantes oriundos de universidades e grupos de profissionais na área da Metrologia, Qualidade e Normalização, de acordo com a distribuição apresentada na figura 4.

Em 2015 foi iniciada a reinventariação do espólio metrológico à guarda do Museu de Metrologia, através da aplicação Matriz 3.0, entretanto adquirida e instalada no IPQ. Esta reinventariação vai permitir uma reclassificação de todo o património na categoria “Ciência e Técnica”, entretanto criada e que passou a fazer parte das normas de inventário publicadas pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), e inventariar todo o património ainda em falta, incluindo o que integrou o espólio mais recentemente. A inventariação, iniciada em 2015, permitirá a disponibilização *online* do inventário do espólio do Museu de Metrologia, tornando-o acessível de forma livre e universal a qualquer cidadão, particular ou investigador.

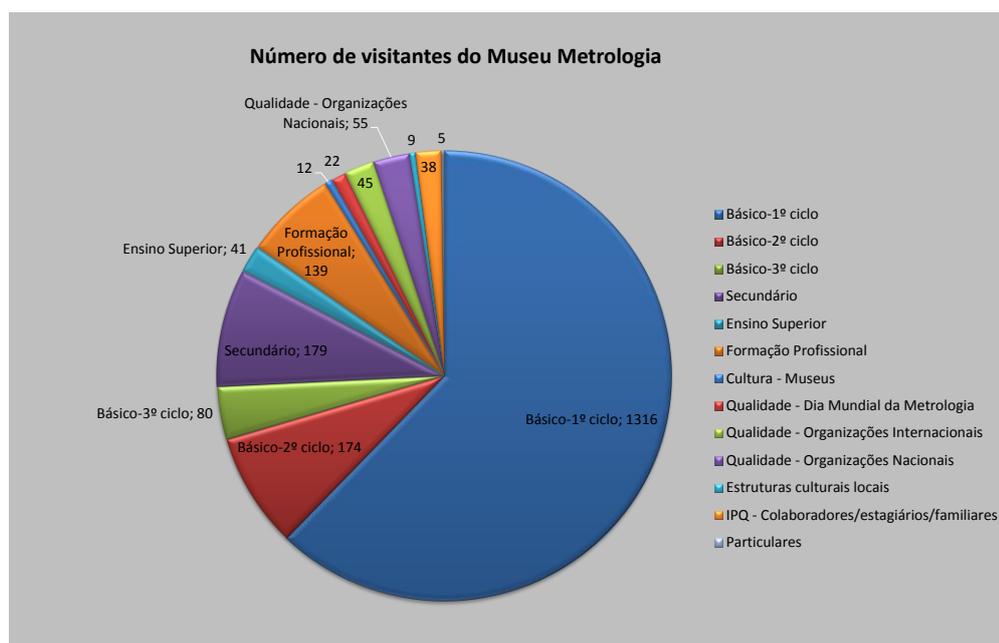


Figura 4: Distribuição de visitas ao Museu de Metrologia

Segurança e Higiene do Trabalho

Na sequência da eleição dos representantes dos trabalhadores para a Segurança e Higiene do Trabalho, foi constituído o Grupo para a Segurança e Higiene do Trabalho do LNM (SHT-LNM), cujas funções e responsabilidades serão alargadas ao DMET. Relevam-se, deste modo, as suas principais atribuições:

II AUTOAVALIAÇÃO

- Reportar superiormente e a todos/as os/as trabalhadores/as sobre a existência de situações perigosas que requeiram uma intervenção imediata;
- Proceder à avaliação dos riscos profissionais, elaborando os respetivos relatórios;
- Planear e elaborar a prevenção de riscos profissionais, integrando a todos os níveis, para o conjunto das atividades, a avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção;
- Assegurar e/ou acompanhar a execução das medidas de prevenção, promovendo a sua eficiência e operacionalidade;
- Promover a elaboração do plano de emergência interno, incluindo os planos específicos de combate a incêndios, evacuação de instalações e primeiros socorros;
- Conceber e desenvolver o programa de formação para a promoção da segurança e higiene no trabalho;
- Apoiar as atividades de informação e consulta de todos/as os/as trabalhadores/as;
- Coordenar e realizar auditorias internas no âmbito da SHT.

Assim, foram propostas e realizadas, em 2015, ações de formação em “Primeiros socorros” e “Combate a incêndios” para todos os técnicos do DMET.

Outras atividades no âmbito da Metrologia

No âmbito do Sistema da Qualidade NP EN ISO/IEC 17025 e Guias ISO 34:2009, 30:1992/ Amd 1/2008, 31:2000 e 35:2006 associados, em colaboração com o Laboratório designado IST-LMRI, foi efetuada a coordenação dos relatórios anuais sobre os sistemas de gestão da qualidade implementados para apresentação ao TC *Quality* da EURAMET, condição obrigatória ao abrigo do estabelecido para a do reconhecimento manutenção no CIPM-MRA.

Foram efetuadas 14 Auditorias Internas (AI), por auditores externos e internos, cujo âmbito englobou todos os requisitos normativos acima referidos.

Os conhecimentos especializados e a experiência em alguns domínios de intervenção têm sido utilizados para a dinamização de ações de formação ministrada por técnicos do LNM, tais como:

- Estágio de Formação no LNM, ao Gabinete de Gestão da Qualidade do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, (Dra. Carla Rodrigues), de acordo com os seguintes módulos:
 - “Sistema de Gestão da Qualidade do LNM e Domínio do Tempo e Frequência”, IPQ: Fernanda Saraiva e Carlos Pires, 22 de setembro de 2015;
 - “Metrologia no domínio da Massa”, IPQ: Pedro Conceição, 23 de setembro de 2015;
 - “Metrologia da Temperatura”, IPQ: Isabel Lóio e Liliana Eusébio, 24 de setembro de 2015;
 - “Volume e Caudal”, IPQ: Elsa Batista, 25 de setembro de 2015;
 - “Propriedades de Líquidos”, IPQ: Andreia Furtado, 28 de outubro de 2015.
- “Calibração, utilização e manutenção de equipamentos volumétricos, RELACRE/IPQ: Elsa Batista, 28-29 de outubro de 2015;
- *TrainMic* “Utilização de materiais de referência”, FCUL: Florbela Dias, 23 e 24 de novembro de 2015;
- “Calibração de recipientes volumétricos”, IPQ: 1-3 de dezembro de 2015.

II AUTOAVALIAÇÃO

No âmbito das suas competências e conhecimentos especializados do DMET e considerando o desenvolvimento das atividades do laboratório no âmbito da metrologia científica e aplicada foram realizados trabalhos no âmbito de estágios, dissertação de mestrado e de teses de doutoramento, de acordo com os seguintes temas:

- “Conceção e Validação de uma Mesa de Vibração para a Calibração de Acelerómetros” Aluno: João Braz, Mestrado Integrado em Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), Orientação: L. Ribeiro
- “Calibração e Cálculo Estatístico na Área da Termometria” Aluna: Ana Lacerda, Mestrado Integrado em Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), Orientação: I. Lóio e S. Gentil
- “Error-separating shearing techniques” Aluno: Miguel Castro, Mestrado Integrado em Matemática Aplicada da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), Orientação: F. Saraiva
- “Caraterização de Contadores de Micro Caudal”, Aluno: David Pinto, Mestrado Integrado em Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), Orientação: Elsa Batista;
- “Conceção de projeto para medição de caudal de gás até 12L/min”, Aluno: João Martins; Mestrado Integrado em Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), Orientação: Elsa Batista
- “Metodologia *Lean* aplicada à Metrologia”, Aluno: Dione Guimarães; Mestrado Integrado em Engenharia Industrial da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), Orientação: M. Ferreira;
- “Inovação Sistemática aplicada à Metrologia na Saúde”, Aluno: Ana Cláudia Pádua; Mestrado Integrado em Engenharia Industrial da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), Orientação: M. Ferreira.

Estágios PEJENE:

- Laboratórios de Densimetria de tubo vibrante e Laboratório de Viscometria e Reometria – Adriana Matias, Orientação: A. Furtado;
- Controlo Metrológico Legal de Medidas Materializadas de Comprimento - Aluna: Bruna Rosado, Orientação: F. Saraiva;
- Optimização de um Sistema de Medição da Radiação de Antenas - João P. B. Vilas, Orientação: C. Pires.

Estágios Programa de Introdução à Prática Profissional (PIPP):

II AUTOAVALIAÇÃO

- Orientação de dois estágios a duas alunas do 3.º ano do curso de Engenharia Industrial, na vertente da metrologia legal e no âmbito do Programa de Introdução à Prática Profissional da FCT/UNL; 19 de janeiro a 20 de fevereiro de 2015, Orientação: M. Ferreira.

Para promover as capacidades metrológicas da Metrologia Fundamental, Aplicada e Legal do IPQ/DMET, tal como previsto no Plano de Atividades, foram publicados e/ou apresentados diversos artigos/publicações/comunicações/posters em seminários e encontros nacionais e internacionais, detalhados no Anexo A5 - Lista de Atividades de Divulgação Técnico-Científica da Metrologia.

Procurando a promoção e sensibilização para a Metrologia, o LNM recebeu, durante o ano de 2015, diversas visitas, das quais se destacam:

- Curso profissional de Técnico de Análise Laboratorial, 2015-01-14
- Escola de Águeda, 2015-01-19
- IEFP – Évora, 2015-01-27
- Escola Secundária Dr. José Afonso, 2015-01-28
- ES Poeta António Aleixo – Portimão, 2015-02-06
- Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, 2015-03-12
- Escola Secundária Dr. José Afonso, 2015-01-28
- Agrupamento de Escolas de Benavente, 2015-02-27
- Externato Frei Luis de Sousa, 2015-02-24
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2015-03-20
- EURAMET – TC-IM, 2015-03-06
- SISEP - Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal, 2015-07-15
- Ravi Fernandes - *Physikalisch Technische Bundesanstalt* (PTB), 2015-07-09
- Delegação do Montenegro - Direção-Geral do Consumidor, 2015-05-14
- FCT-UNL-Departamento de Física, 2015-06-03
- Visita ao LNM no âmbito do “Encontro de Professores de Física e Química na FCT, Universidade Nova”, 2015-09-08
- CTMetro / Laboratório de Metrologia Mecânica, 2015-09-08
- Visita de uma Delegação da Bulgária, 2015-09-10
- Escola secundária Leal da Câmara de Rio do Mouro, 2015-12-15
- Metrologia Industrial no CEFP- Setúbal, 2015-10-12
- Centro de Formação Profissional de Évora, 2015-10-28
- Centro de formação profissional IEFP do Seixal, 2015-12-02
- Visita ao LNM no âmbito do Curso Experimentadores Metrologistas (CEM), 2015-11-24
- Escola Secundária Leal da Câmara Rio do Mouro, 2015-12-15.

II AUTOAVALIAÇÃO

2.8.3 Assuntos Europeus e Sistema Português da Qualidade

O IPQ enquanto organismo nacional responsável pela coordenação do SPQ tem como atribuições a gestão e o desenvolvimento do SPQ, numa perspetiva da integração de todas as componentes relevantes para a melhoria da qualidade de produtos, de serviços e de sistemas da qualidade e da qualificação de pessoas.

Assuntos Europeus

No quadro das suas responsabilidades em matéria de assuntos europeus, o IPQ assegura o cumprimento do procedimento de notificação no âmbito das Diretivas Nova Abordagem, mantendo a Comissão Europeia e os Estados membros informados de forma permanente sobre os Organismos Notificados (ON) a nível nacional no âmbito de cada Diretiva.

Realiza, ainda, os procedimentos necessários à gestão do sistema de notificação prévia de regras técnicas e de normas, no âmbito da União Europeia (UE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito da Diretiva (UE) 2015/1535 do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 de setembro, bem como as ações de coordenação da rede dos pontos de contacto de produto (PCP) dos diferentes Ministérios e PCP do Ministério da Economia, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2009, de 7 de maio, que estabelece as medidas necessárias à implementação do Regulamento (CE) n.º 764/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Julho, que estabelece procedimentos para a aplicação de certas regras técnicas nacionais a produtos legalmente comercializados noutro Estado membro, e ainda as ações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2679/98 que diz respeito ao funcionamento do mercado interno em relação à livre circulação de mercadorias entre os Estados-membros.

No âmbito dos assuntos europeus são ainda asseguradas as competências relacionadas com a análise de projetos de investimento no domínio de especialização no âmbito do QREN/COMPETE.

Licenciamento de equipamentos sob pressão e cisternas

A Lei Orgânica do Ministério da Economia, veio consagrar a extinção por fusão das 5 Direções Regionais da Economia (DRE), sendo as suas atribuições no domínio da qualidade e metrologia integradas no Instituto Português da Qualidade, I.P.

Em resultado da transferência de competências das DRE para o IPQ, a área de licenciamento de equipamentos sob pressão (ESP) e Cisternas, a nível nacional, foram integradas no Departamento de Assuntos Europeus e Sistema Português da Qualidade (DAESPQ) na Unidade de Licenciamento e Assuntos Europeus (ULAE).

O licenciamento de ESP decorre da disponibilização no mercado pelos operadores económicos desses equipamentos, cuja construção e conceção é regulamentada pelas Diretivas 97/23/CEE relativa a equipamentos sob pressão, e pela Diretiva 2009/105/CE relativa a recipientes sob pressão simples, cabendo ao DAESPQ/ULAE, a responsabilidade de assegurar o acompanhamento dessas Diretivas.

As condições para a colocação em serviço dos equipamentos sob pressão estão definidas no Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2010 de 22 de julho.

II AUTOAVALIAÇÃO

O licenciamento de Cisternas passou a ser assegurado pelo IPQ, sendo a legislação aplicável o Decreto-Lei n.º 246-A/2015 de 21 de outubro, que transpôs para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 2014/103/UE, da Comissão, de 21 de novembro de 2014, que adapta pela terceira vez ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva n.º 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, e procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 206-A/2012, de 31 de agosto, e 19-A/2014, de 7 de fevereiro que alterou o Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril.

Em 2015, entre março e dezembro, apesar das naturais dificuldades inerentes ao processo de transferência de atividades e sua reestruturação, foi possível, com recursos escassos, assegurar a resposta às solicitações dos operadores económicos que se traduziu na emissão de 2124 certificados de ESP, a que correspondeu uma receita de 336 740,47€, e, e emissão de 664 certificados, no que respeita a Cisternas a que correspondeu uma receita de 103 050€ de um valor total de faturação 522 983,42€, correspondente a um período de 9 meses.

Acompanhamento de Diretivas Comunitárias, Organismos Notificados e Legislação Nacional

No quadro das suas responsabilidades a nível europeu, designadamente, no âmbito do *NLF – New Legislative Framework* (Regulamento (CE) n.º 764/2008, Regulamento (CE) n.º 765/2008 e Decisão (CE) n.º 768/2008 - que regulam a livre circulação de produtos no mercado interno - o IPQ prosseguiu o desenvolvimento das atividades inerentes, que incluíram a participação em reuniões e grupos de trabalho neste âmbito, bem como o acompanhamento das seguintes Diretivas:

II AUTOAVALIAÇÃO

Tabela 10 - Diretivas da “Nova Abordagem” acompanhadas pelo IPQ e legislação nacional aplicável

Legislação Europeia	Domínio	Legislação nacional
Diretiva 2009/142/CE	Aparelhos a gás	D.L. n.º 25/2011, de 14 de fevereiro
Diretiva 2006/95/CE	Equipamento elétrico de baixa tensão	D.L. n.º 6/2008, de 10 de janeiro
Diretiva 89/686/CE	Equipamentos de proteção individual	D.L. n.º 128/93, de 22 de abril alterado pelos D.L. n.º 139/95, de 14 de junho, D.L. n.º 374/98, de 24 de novembro e Portaria 1131/93, de 4 de novembro, alterada pelas Portaria 109/96, de 10 de abril e Portaria 695/97 de 19 de agosto
Diretiva 97/23/CE	Equipamentos sob pressão	D.L. n.º 211/99, de 14 de junho D.L. n.º 90/2010, de 22 de julho Portaria 1210/2001, de 20 de outubro Despacho n.º 22 332/2001 (2.ª série), de 30 de outubro Despacho n.º 22 333/2001 (2.ª série), de 30 de outubro Despacho n.º 1859/2003 (2.ª série), de 30 de janeiro Despacho n.º 11 551/2007 (2.ª série), de 12 de junho Despacho n.º 24 260/2007 (2.ª série), de 23 de outubro Despacho n.º 24 261/2007 (2.ª série), de 23 de outubro
Diretiva 2004/22/CE	Instrumentos de medição (MID)	D.L. n.º 192/2006, de 26 de setembro D.L. n.º 71/2011, de 16 de junho Portaria n.º 3/2007, de 2 de janeiro Portaria n.º 12/2007, de 4 de janeiro Portaria n.º 18/2007, de 5 de janeiro Portaria n.º 19/2007, de 5 de janeiro Portaria n.º 20/2007, de 5 de janeiro Portaria n.º 21/2007, de 5 de janeiro Portaria n.º 22/2007, de 5 de janeiro Portaria n.º 33/2007, de 8 de janeiro Portaria n.º 34/2007, de 8 de janeiro Portaria n.º 57/2007, de 10 de janeiro Portaria n.º 87/2007, de 15 de janeiro
Diretiva 2009/23/CE	Instrumentos de pesagem de funcionamento não-automático	D.L. n.º 383/93, de 18 de novembro alterado pelos Decretos-Lei n.º 139/95, de 14 de junho e n.º 374/98, de 1 de março
Reg. (UE) n.º 305/2011	Produtos de construção	D.L. n.º 130/2013, de 10 de setembro
Diretiva 2009/105/CE	Recipientes sob pressão simples	D.L. n.º 26/2011, de 14 de fevereiro D.L. n.º 90/2010, de 22 de julho Portaria n.º 1210/2001, de 20 de outubro Despacho n.º 1859/2003 (2.ª série), de 30 de janeiro;

II AUTOAVALIAÇÃO

O processo de notificação de Organismos à Comissão e aos outros Estados-Membros é efetuado através da base NANDO – INPUT (*New Approach Notified and Designated Organisations Information System*) - um instrumento de notificação eletrónico desenvolvido e monitorizado pela Comissão Europeia. A NANDO constitui também o repositório da informação relativo às diretivas comunitárias, nomeadamente, as Autoridades Notificadoras de cada Estado-Membro e os Organismos Notificados (ON) por Diretiva, para cada módulo de avaliação da conformidade em função da família de produtos para a utilização prevista; a norma harmonizada ou especificação técnica europeia e o tipo de tarefa do organismo notificado.

Para garantir um nível coerente de qualidade no desempenho da avaliação da conformidade, o IPQ, enquanto autoridade notificadora e no âmbito do SPQ, procede à notificação de organismos, com base no procedimento específico “Metodologia de Notificação”, para o efeito desenvolvido, e assegura ainda a monitorização da atividade exercida por estes organismos.

Em 2015 foram notificadas 2 extensões de notificação, no âmbito do Regulamento (UE) n.º 305/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 de Março de 2011, que estabeleceu condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção no espaço da União Europeia e ainda 1 extensão de notificação no âmbito da Diretiva 2009/23/CE, relativa a Instrumentos de pesagem de funcionamento não automático.

O número total de Organismos Notificados (ON) em Portugal foi de 27, podendo algumas destas entidades estar notificadas para mais que uma diretiva comunitária. No quadro seguinte constam os ON notificados para as Diretivas comunitárias cujo acompanhamento é da responsabilidade do IPQ.

Tabela 11 - Organismos notificados (ON) pelo IPQ

Legislação Europeia	Domínio	Organismos Notificados
2009/142/CE	Aparelhos a Gás	CATIM
2006/95/CE	Equipamentos de Baixa Tensão	ISQ, IEP, LIQ, CATIM e CERTIF
89/686/CEE (Mod: diretivas 93/68/CEE, 93/95/CEE e 96/58/CE)	Equipamentos de Proteção Individual	CITEVE, CTCP e CERTIF
97/23/CE	Equipamentos sob Pressão	Qualend, CATIM, ITG, ISQ, Bureau Veritas Rinave ACE, RELACRE, EQS SGS-PORTUGAL
2004/22/CE (Alt: Diretiva 2009/137/CE)	Instrumentos de Medição	APCER, ISQ, DRELVT, DREC, DREAL e DREA
2009/23/CE	Instrumentos de Pesagem Não - automáticos	ISQ
2009/105/CE	Recipientes sob Pressão Simples	ISQ e SGS-PORTUGAL
Regulamento (UE) n.º 305/2011	Produtos de Construção	CERTIF, ITECONS, APCER, CATIM, SGS-ICS, EIC, CTCV, LNEC, BVC, EIC, ABIMOTA
2009/105/CE	Recipientes sob pressão simples	ISQ e SGS

II AUTOAVALIAÇÃO

Encontram-se designados 2 Organismos de Avaliação Técnica (OAT), no âmbito do Regulamento (UE) n.º 305/2011, cuja monitorização e avaliação é da responsabilidade do IPQ, encontram-se indicados no quadro seguinte:

Tabela 12 - Organismos de Avaliação Técnica designados pelo IPQ

Legislação Europeia	Domínio	Organismos Designados
Regulamento (UE) n.º 305/2011	Produtos de Construção	ITECONS
Regulamento (UE) n.º 305/2011	Produtos de Construção	LNEC

O IPQ continuou a assegurar a publicitação regular no seu sítio *web* e em todas as edições da *Newsletter* “Espaço Q” da lista das normas harmonizadas cujas referências são objeto de publicação no JOUE.

A marcação “CE”

A marcação “CE” é uma evidência - chave da conformidade de um produto com a legislação da UE e é indispensável à sua livre circulação no mercado europeu.

Através da aposição da “Marcação CE” num produto, o fabricante declara, sob sua exclusiva responsabilidade, que cumpre a legislação aplicável e, nomeadamente, a conformidade do produto com as normas europeias harmonizadas ao título da respetiva diretiva, o que lhe permite comercializar o produto em todo o Espaço Económico Europeu (EEE). Estas regras e esta metodologia são igualmente aplicáveis aos produtos fabricados em países terceiros, vendidos no EEE.

A credibilidade da “Marcação CE” e o seu papel no desenvolvimento do mercado interno, têm vindo a ser reforçados, sendo também de registar os importantes impactos na livre circulação de mercadorias, decorrentes da entrada em vigor dos Regulamentos (CE) n.º 764/2008 e 765/2008 e da Decisão (CE) n.º 768/2008, que proporcionaram uma maior harmonização dos processos, reforçando a importância do papel das atividades de acreditação, da certificação e da inspeção, tendo em vista o reconhecimento mútuo dos resultados dessas atividades, facilitando as relações entre os Estados-membros no espaço económico europeu e no contexto mundial.

Por outro lado, o recurso à acreditação enquanto ferramenta privilegiada na implementação da legislação comunitária, confere uma fiabilidade acrescida ao processo de notificação e, conseqüentemente, aos produtos e bens que circulam no espaço europeu, com claro benefício para a economia e para a Sociedade em geral.

Reconhecimento das marcas de garantia de toque

Em 2015 ocorreu uma importante alteração legislativa do regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias, concretizada com a publicação de um novo diploma, a Lei n.º 98/2015, de 18 de agosto, que confere ao IPQ

II AUTOAVALIAÇÃO

responsabilidades específicas no domínio do reconhecimento das marcas de garantia de toque aplicadas por contrastarias estrangeiras em artefactos de metais preciosos, observado o parecer prévio do diretor das contrastarias.

De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º daquele diploma, compete ao IPQ:

- Reconhecer que o conteúdo informativo das marcas de garantia de toque, marca de contrastaria e marca de toque, é equivalente ao das marcas de garantia de toque estabelecidas no RJOC;
- Reconhecer que o conteúdo informativo das marcas de garantia de toque, marca de contrastaria e marca de toque, não é suscetível de induzir em erro o consumidor;
- Reconhecer que as condições de marcação das marcas de garantia de toque, tenham sido aplicadas por um Organismo de ensaio e marcação independente no país que efetuou o controlo e a garantia de qualidade, e que são equivalentes às estabelecidas no RJOC.

Atualmente, e desde 1999, encontram-se reconhecidas pelo IPQ, em Portugal, um total de 14 contrastarias estrangeiras, das quais 3 são do Reino Unido, 9 de Espanha e 2 da Holanda. Em 2015 foram objeto de renovação do reconhecimento 3 contrastarias espanholas.

Processo comunitário de notificação prévia (UE/EFTA e OMC)

O IPQ é o organismo português responsável pela gestão dos procedimentos de notificação prévia de Regulamentos Técnicos e de Normas, no âmbito da União Europeia (UE)/Associação de Comércio Livre Europeu (EFTA) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em 2015 registaram-se as seguintes notificações/reações:

Tabela 13 – Notificações/reações em 2015

Notificações/reações	Número
Notificações dos EM no âmbito da Diretiva (UE) 2015/1535	760
Notificações portuguesas no âmbito da Diretiva (UE) 2015/1535	22
Reações portuguesas às notificações de outros EM	6 (notificações da França -2, Lituânia - 1, Hungria - 1, Irlanda - 1, Noruega -1)
Notificações dos Membros da OMC	1271
Notificações portuguesas no âmbito da OMC	0 (zero)
Reações portuguesas no âmbito da OMC	2 (notificações do Quênia e do Kuwait)

Mensalmente é publicada no Sítio Web do IPQ e na *newsletter* “Espaço Q”, a Lista Mensal de Notificações, que tem como objetivo divulgar e tornar públicas as notificações efetuadas e ainda em período de inquérito público, sendo igualmente efetuada a divulgação dirigida através de mensagem eletrónica junto das entidades reguladoras e operadores económicos que poderão reagir criticamente aos projetos de regras técnicas em vias de

II AUTOAVALIAÇÃO

adoção por outro Estado-membro da UE/EFTA ou por um país terceiro, que segundo a sua perspetiva possam vir a causar entraves à livre circulação de bens ou serviços.

O IPQ, em novembro de 2015 realizou uma reunião sobre o tema da “*Diretiva (UE) n.º 2015/1535 e o Regulamento (CE) n.º 764/2008*”, dirigida a representantes de autoridades competentes e operadores económicos nacionais. A realização deste evento teve como objetivo principal divulgar a nova Diretiva (UE) n.º 2015/1535 que entrou em vigor em 7 de outubro de 2015, referente ao procedimento de informação no domínio das regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação e revogou a Diretiva 98/34/CE.

Através desta iniciativa procurou-se realçar a importância da nova Diretiva, enquanto instrumento de política industrial e mecanismo eficaz de diálogo entre os diversos Estados-Membros e a Comissão, prevenindo e evitando a colocação de barreiras técnicas ao comércio, proporcionando a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento do Mercado Único, enquanto espaço sem fronteiras internas no qual se encontra garantida a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais.

É um facto incontornável e importa reconhecer que os Estados-Membros, em geral, e também Portugal de modo particular, têm vindo a efetuar um esforço considerável em matéria de notificação, verificando-se em 2015 um aumento significativo do número de notificações (22). No entanto, considera-se que são necessárias medidas e iniciativas adicionais mais eficazes que incentivem o aumento das notificações ao abrigo da referida Diretiva. Nesta matéria, o IPQ tem vindo a desenvolver um esforço significativo e pedagógico de esclarecimento e cooperação junto das entidades competentes, quer por iniciativa própria, quer por solicitação dessas entidades.

No ano 2015, o IPQ, no âmbito das suas competências e atribuições, assegurou a análise a 22 projetos e emitiu 63 pareceres sobre projetos de diplomas nacionais que se encontravam em preparação pelas entidades regulamentadoras nacionais, seja para dar cumprimento a atos comunitários vinculativos - - como sejam Diretivas ou Regulamentos comunitários - ou para fazer observar os compromissos decorrentes de um acordo internacional para a adoção de especificações técnicas ou de regras relativas aos serviços e que sejam comuns aos vários Estados-membros.

O IPQ teve como missão verificar a eventual necessidade de notificação prévia dos projetos de diploma que contêm regras técnicas, nos termos da *Diretiva (UE) n.º 2015/1535*, nos seguintes domínios: batata para consumo humano; transposição da Diretiva Produtos Tabaco; Licenciamento Único Ambiental (LUA); Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagem (SIGRE); transposição Diretiva Eficiência Energética; Matérias Fertilizantes; Nemátodo; Regime de Contratarias; transposição Diretiva dos Produtos Pirotécnicos; Comércio, serviços e restauração (RJACSR); Autoconsumo (DGEG); Espaços de Jogo e Recreio; transposição da Diretiva Segurança em Brinquedos; Qualificação e Certificação de Produções Artesanais Tradicionais; Prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas; Radiações ionizantes; transposição da Diretiva Metrologia; transposição da Diretiva Embarcações de recreio; Promoção das Artes e Ofícios; Portarias SIR, Reg. DL 390/2015 - Transpõe os artigos 2.º e 3.º da Diretiva n.º 2011/17/EU, relativa à metrologia; Regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.

II AUTOAVALIAÇÃO

Regulamentos (CE) n.º 764/2008 e 765/2008 e a Decisão 768/CE

O Regulamento (CE) n.º 764/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho, determinou os procedimentos que as autoridades de cada Estado-Membro (EM), devem seguir na aplicação das regras técnicas nacionais, definindo as obrigações perante os operadores económicos, sempre que se pretenda impedir a comercialização num EM de produtos já legalmente comercializados noutra EM. Prevê, ainda, a necessidade de estabelecimento de “Pontos de Contacto de Produto” em cada país, que disponibilizem informação aos agentes económicos sobre as regras técnicas aplicáveis, em cada caso, e sobre os princípios que regem a livre circulação de mercadorias, traduzido no **Princípio do Reconhecimento Mútuo**.

Nos termos da R.C.M. n.º 44/2009, de 7 de maio, publicada no D.R. n.º 104, I Série, de 29 de maio, o IPQ foi designado como Ponto de Contacto de Produto (PCP), no âmbito do Ministério da Economia, e coordenador nacional da rede de PCP dos Ministérios.

Em 2015 registaram-se 31 pedidos de informação no âmbito deste Regulamento, verificando-se um acréscimo comparativamente a 2014 (26 pedidos de informação), cabendo à Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE) efetuar o “Balanço nacional da aplicação do Regulamento (CE) n.º 764/2008”, através da elaboração do relatório anual previsto no n.º 12 do referido Regulamento (CE) n.º 764/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho, com base nos contributos fornecidos pelas autoridades competentes previstas no referido regulamento.

Em novembro de 2015, o IPQ realizou uma reunião sobre o tema da “*Diretiva (UE) n.º 2015/1535 e o Regulamento (CE) n.º 764/2008*”, dirigida a representantes de autoridades nacionais competentes, Pontos de Contato de Produto (PCP) designados no âmbito do citado Regulamento e operadores económicos nacionais.

Regulamento (CE) n.º 2679/98 - do funcionamento do mercado interno e da livre circulação de mercadorias entre os Estados-membros

O Regulamento (CE) n.º 2679/98 do Conselho tem por finalidade assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), tendo em vista o bom funcionamento do mercado interno, determinando que os Estados-membros devem abster-se de adotar medidas ou ter comportamentos que possam constituir obstáculos ao comércio, impondo as medidas nacionais necessárias e proporcionadas para restabelecer o mais rapidamente possível a livre circulação de mercadorias no seu território.

Nos termos do Despacho n.º 21567/99 (2.ª série) publicado a 11 de novembro de 1999, o IPQ foi designado como ponto de notificação nacional para os fins previstos no referido Regulamento.

Tendo em vista melhorar e agilizar a aplicação em Portugal do Regulamento (CE) n.º 2679/98, nomeadamente a implementação de um Procedimento que assegure a adequada resposta face às exigências previstas no referido Regulamento, foi realizada uma reunião de trabalho, em dezembro, no IPQ, subordinada ao tema “*Aplicação, em Portugal, do Regulamento (CE) n.º 2679/98 de 7 de dezembro*”.

II AUTOAVALIAÇÃO

QREN/COMPETE

No âmbito do SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas, em 2015, não houve análise de projetos em fase de candidatura, para apoio a Organismos de Normalização Setorial (ONS) e para o qual não existia enquadramento direto ao abrigo do QREN/COMPETE. Nos termos acordados com o COMPETE, o IPQ pronuncia-se tecnicamente sobre os projetos em fase de encerramento sobre as normas incluídas pelos ONS na realização dos mesmos. Esta colaboração em 2015, traduziu-se na análise de seis projetos, correspondendo à conclusão de um e a cinco reapreciações finais, por alteração dos elementos enviados ao COMPETE.

A atividade da Normalização tem uma reconhecida importância pelo papel relevante que desempenha nos diferentes setores da atividade económica. Nessa medida e tendo em vista o apoio a esta atividade, têm vindo a ser disponibilizados importantes apoios, materializados em projetos propostos por entidades públicas e privadas, reconhecidas como ONS. Estes organismos, sob a coordenação do IPQ, têm a responsabilidade de participar em reuniões nacionais e internacionais onde, em parceria com outros agentes interessados, representam os interesses dos diferentes setores nacionais nos processos normativos, convergindo nos consensos necessários à aprovação de normas - documentos técnicos de natureza voluntária mas de crescente e indispensável utilização pelos agentes económicos que pretendem manter e afirmar a sua posição no mercado.

Promoção e Qualidade

Neste âmbito, foram concebidas e implementadas ações e iniciativas com vista ao desenvolvimento, dinamização, divulgação e promoção do SPQ, através da realização de 8 ações de formação, da organização e participação em 39 eventos, do desenvolvimento de ações de informação, entre as quais se destaca a publicação da Newsletter do IPQ, e através de cooperação aos níveis nacional e internacional.

Pela sua dimensão, importância e impacto, merece especial destaque a realização da 2ª edição do evento SPQ EXPO – Fórum e Exposição de Normalização, Metrologia e Qualificação, evento de referência incontornável no contexto da Qualidade em Portugal e que este ano integrou o 40º Colóquio da Qualidade.

Realizado na EXPONOR, no Porto, de 12 a 13 de novembro de 2015, numa organização conjunta do IPQ, da Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) e da EXPONOR, esta iniciativa constituiu um verdadeiro sucesso como foi possível inferir do balanço efetuado que considerou a opinião dos diversos intervenientes, nomeadamente, patrocinadores, parceiros, expositores e visitantes – tendo em conta os objetivos propostos para esta 2ª edição do SPQ Expo.

O objetivo primordial de criar, durante um dia e meio, um espaço de reflexão, debate e de aquisição de conhecimento e competências no âmbito da Qualidade, Normalização, Metrologia e Qualificação, foi largamente atingido. O SPQ EXPO 2015 dispôs de uma área expositiva de 334m², envolveu a participação de 35 empresas expositoras e os seus eventos registaram um número total de 1600 entradas no conjunto das sessões realizadas.

A perceção inicial de sucesso foi confirmada pelo Estudo de Satisfação que realçou, entre outros, os seguintes aspetos relevantes:

- Excelência dos conteúdos do Programa (Fórum SPQ Expo / 40º Colóquio da Qualidade);
- Aptidão para demonstrar novidades do setor;

II AUTOAVALIAÇÃO

- Capacidade de dar a conhecer diferentes empresas com diferentes soluções e serviços;
- Necessidade de prolongar o evento por mais tempo - facto que resultou do interesse suscitado de quem participou.

A parceria, em boa hora encetada entre o IPQ, a APQ e a EXPONOR e os importantes patrocínios disponibilizados pelos principais *players* da Qualidade em Portugal, criou as condições necessárias ao desenvolvimento de um verdadeiro e sustentado ambiente de networking, muito favorecido pela forte adesão de todos os parceiros. Tal facto veio aumentar a responsabilidade das Entidades Organizadoras para com as organizações e os profissionais com interesse no domínio da Qualidade, no sentido de procurar assegurar a continuidade deste projeto e, em conjunto com todos os *players*, melhorar e inovar continuando a afirmar o SPQ Expo Fórum como o evento de referência nacional para o universo da Qualidade em Portugal.

ECSI Portugal

De acordo com o previsto para o ano de 2015, foi dada continuidade ao projeto ECSI Portugal – Índice Nacional de Satisfação do Cliente, com a realização da 16.^a edição, que se encontra agora concluída, encerrando o projeto de 2014/2015. Nas realizações anteriores, o ECSI apenas permitia que os resultados apurados de cada edição fossem conhecidos no ano seguinte, situação que será alterada a partir de 2016, por forma a permitir que sejam conhecidos os resultados do próprio ano.

O ECSI Portugal, iniciado em 1999, tendo por base o *European Customer Satisfaction Index* (ECSI), vem sendo realizado ininterruptamente, desde então, no âmbito da parceria estabelecida entre o Instituto Português da Qualidade (IPQ), a Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) e a NOVA *Information Management School* da Universidade Nova de Lisboa (NOVA IMS), abrangendo vários setores da atividade económica nacional.

Trata-se de um sistema de medida da qualidade de bens e serviços disponíveis no mercado nacional, que proporciona às empresas e às organizações aderentes, informação estratégica relevante, ao integrar a satisfação do/a cliente como objetivo central da gestão, facultando importantes instrumentos de atuação para melhoria do desempenho e aumento da competitividade. O modelo de avaliação da satisfação ECSI Portugal integra as seguintes sete variáveis:

1. Imagem,
2. Expetativas,
3. Qualidade de Produtos e Serviços,
4. Valor Apercebido (relação qualidade/preço),
5. Satisfação,
6. Lealdade e
7. Reclamações.

II AUTOAVALIAÇÃO

A variável central é a Satisfação do/a Cliente, explicada pelas primeiras quatro variáveis (Imagem, Expectativas, Qualidade e Valor Apercebido), constituindo-se como variáveis consequentes, a Lealdade e as Reclamações.

A metodologia da realização dos estudos compreende abordagens aos setores baseadas em amostras de cerca de 250 clientes complementada com o estudo individual das principais instituições/marcas do setor de atividade, assegurando a cobertura de, pelo menos, 60% do respetivo volume de negócios. Sempre que as marcas estudadas não cubram a totalidade do volume de negócios do setor, é criado um grupo de “outras marcas”, que inclui todas as não estudadas individualmente.

Nesta 16.^a edição do ECSI Portugal, foram objeto de estudo a Banca, os Seguros, as Comunicações (Serviços Telefónicos Fixo e Móvel, Televisão por Subscrição e Serviços de acesso à *Internet* Fixo e Móvel), a Energia (Eletricidade, Combustíveis, Gás em Garrafa, Gás Natural e Dual), as Águas e os Transportes Públicos de Passageiros.

Tabela 14 – Evolução do Projeto por setor de atividade, empresas estudadas e empresas participantes (ECSI)

Setores	2010			2011			2012			2013			2014/15		
	Estudadas	Participantes	%												
Águas	12	11	91	9	8	89	7	3	43	6	3	50	8	5	63
Banca	7	3	43	6	3	50	7	4	57	7	3	43	7	4	57
Combustíveis	5	1	20	5	1	20	6	1	17	6	1	17	6	1	17
Comunicações	13	3	23	13	8	62	17	9	53	17	8	47	16	9	56
Gás em Garrafa	4	1	25	4	1	25	4	1	25	4	1	25	4	2	50
Gás Natural	10	9	10	4	1	25	11	9	82	14	10	71	14	10	71
Seguros	16	13	81	8	3	38	13	7	54	12	7	58	9	3	33
Transportes de Passageiros	7	2	29	6	1	17	2	-	-	2	-	-	2	-	-
Eletricidade				2	2	100	3	3	100	4	3	75	4	3	75
Dual										2	1	50	2	2	100
Totais	62	33	72	57	28	49	70	37	53	74	37	50	72	39	54

A edição anual do ECSI Portugal culminou com um evento de divulgação dos resultados obtidos pelos diferentes setores estudados que incluiu a entrega de troféus às empresas participantes que obtiveram os melhores resultados no Índice de Satisfação.

Faz-se notar que a metodologia preconizada pelo ECSI Portugal é partilhada por mais de uma dezena de países europeus, no âmbito do projeto ECSI-Europa e, tal como nos Estados Unidos da América, assume a designação

II AUTOAVALIAÇÃO

de EPSI Rating e que permite avaliar, com uma periodicidade anual, quais as empresas que melhor satisfazem as exigências dos/as Consumidores/as.

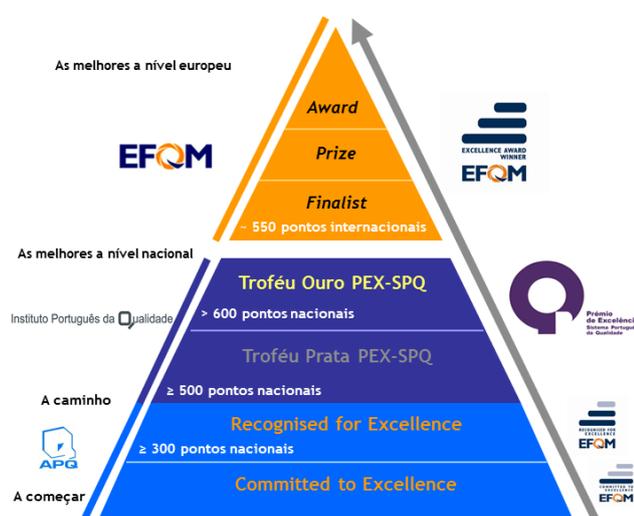
Prémio de Excelência – Sistema Português da Qualidade

Lançado em 13 de novembro de 2014 - Dia Mundial da Qualidade - no decorrer do 39.º Colóquio da APQ, o **Prémio de Excelência – Sistema Português da Qualidade (PEX-SPQ) 2015** logrou a sua conclusão em novembro de 2015, com a atribuição do Troféu Ouro, na categoria Grandes Empresas, à *Alliance Healthcare, S.A.*

Em agosto de 2015, o Júri presidido por António Saraiva, Presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal; pelo Presidente da APQ, António Ramos Pires; pelo Presidente do IPQ, Jorge Marques dos Santos; por Américo Fernandes, Diretor Geral da DHL Express Portugal e por Carlos Ribas, Administrador Técnico da *Bosch Car Multimédia Portugal* em representação de empresas anteriormente vencedoras deste prestigiado galardão, atribuiu o Troféu Ouro na Categoria Grandes Empresas à *Alliance Healthcare, S.A.*, premiando o trabalho, o empenho, a determinação e, sobretudo, o compromisso de uma organização e dos seus responsáveis para com a qualidade, a sua melhoria e a excelência organizacional.

Integrada na 2ª edição da SPQ-EXPO, decorreu a cerimónia de entrega do Troféu PEX-SPQ 2015 - expoente máximo do reconhecimento público das organizações que, em Portugal, se destacam pelo desempenho de Excelência e que este ano distinguiu a *Alliance Healthcare, S.A.*, com o Troféu Ouro na categoria Grandes Empresas ao ter atingindo a excelente pontuação total de 605 (entre 0 e 1000).

Desde 2006 o PEX - SPQ está alinhado com a Estratégia Nacional acordada entre o IPQ e a APQ, que preconiza um Sistema Nacional de Reconhecimento e de Atribuição de Prémios a organizações, através da articulação dos esquemas existentes, a nível nacional e europeu, geridos pela APQ enquanto *National Partner Organization da EFQM* em Portugal – Níveis de Excelência (*Committed to Excellence e Recognised for Excellence*), e pelo IPQ – Prémio Nacional (PEX_SPQ), culminando no Prémio atribuído pela EFQM (*EFQM Excellence Award – EEA*).



II AUTOAVALIAÇÃO

Esta estratégia tem como objetivo promover a excelência organizacional junto das organizações portuguesas, através de um sistema integrado de atribuição de distinções, fomentando a utilização por um maior número de organizações, da autoavaliação baseada no Modelo de Excelência da EFQM bem como a progressão sustentada dos sistemas de gestão por níveis de maturidade.



O Prémio de Excelência – Sistema Português da Qualidade (PEX-SPQ) é uma distinção que promove o reconhecimento público das organizações instaladas em Portugal, que se distingam pelo seu compromisso e se destaquem pelos resultados obtidos através da aplicação dos métodos de Gestão pela Qualidade Total no caminho para a Excelência organizacional.

Instituído pelo IPQ em 1992 e atribuído pela primeira vez em 1994, o prémio PEX-SPQ tem por base o Modelo de Excelência da *European Foundation for Quality Management* (EFQM), segue as metodologias do Prémio Europeu da Qualidade (EFQM *Excellence Award* – EEA) e é atribuído nas seguintes categorias:

- Grandes Empresas;
- Pequenas e Médias Empresas e Setor Público;
- Cooperativas, Associações e outras Entidades sem fins lucrativos.

Em cada uma das categorias do PEX-SPQ, podem ser atribuídos “Troféu Ouro”, à organização mais pontuada e “Troféus Prata”, às duas organizações seguintes.

Newsletter IPQ Espaço Q

Conforme planeado para 2015, foi assegurada a edição mensal da newsletter do IPQ, **Espaço Q**, com exceção do mês de agosto, tendo sido disponibilizada eletronicamente para cerca de 6386 entidades em que se incluem 4398 subscritores/as, de entre Entidades Qualificadas, Correspondentes IPQ, Organismos da Administração Pública, Câmaras Municipais e Associações empresariais.

10 anos após a edição do primeiro número da *newsletter* “**espaço Q**”, o IPQ editou em junho 2015 um novo formato desta publicação on-line (e-book). A renovada *newsletter*, passou a estar assente numa nova infraestrutura tecnológica que proporciona uma leitura mais simples em qualquer dispositivo - *smartphone*, *tablet* ou computador.

Suportada por um grafismo mais claro e atrativo, a nova “espaço Q” recorre a um interface gráfico adaptável a todos os ecrãs, com mais imagens e um conteúdo mais fácil de descobrir e explorar, proporcionando uma melhor leitura e, a breve prazo, a possibilidade de uma partilha mais ágil através das redes sociais.

A renovada “**espaço Q**” ousou transformar-se e inovar, na forma e no conteúdo, respondendo ao permanente desafio das tecnologias, procurando formas inovadoras de comunicar e interagir de mais expedita com a comunidade da Qualidade em Portugal e no mundo, oferecendo aos seus leitores um leque mais diversificado de temas e com atualidade entre os quais a qualificação, a normalização e a metrologia continuam a merecer destaque.

De modo a melhor responder aos interesses e às necessidades dos leitores/as, é assegurada a avaliada a sua satisfação através de inquérito anual, realizado por uma entidade independente. Em 2015, o grau de satisfação

II AUTOAVALIAÇÃO

dos/as leitores/as da Espaço Q foi de 7,6 numa escala de 1 a 10, o que equivale a um nível de satisfação positivo. Face à mudança conseguida através da disponibilização da **espaço Q** num novo formato, é expectável que a tendência verificada relativamente ao ano de 2014 possa traduzir-se numa apreciação ainda mais favorável em 2016.

Comunicação e Imagem

A estratégia de comunicação institucional do IPQ, tem como eixo fundamental a manutenção e a gestão da coerência da **Imagem** do IPQ, nomeadamente, a sua adequada utilização nos diferentes suportes gráficos concebidos.

Em 2015, no âmbito de divulgação dos serviços e iniciativas do IPQ, em geral, foram concebidos os necessários suportes gráficos de apoio à realização de 79 ações e apoio a reuniões e sessões de trabalho, nomeadamente, projetos, conferências, seminários e ações de formação, que incluíram a criação de logótipos, troféus, certificados, *posters*, folhetos, a criação de DVDs e sua divulgação, bem como a promoção de normas.

Publicações e eventos

Em 2015 foi assegurada a edição das seguintes publicações:

- Relatório de Atividades IPQ 2014;
- Balanço Social IPQ 2014;
- 8 Capas de DVD da Normalização;
- Logótipo de OVM;
- Cartão de Identificação OVM.

Com o objetivo de divulgar e promover a Qualidade junto das empresas e agentes económicos, em 2015 foram realizados pelo IPQ, e em parceria, um total de **39 eventos**, que envolveram um total de 3408 participantes, compreendendo Encontros, Seminários, *Workshops* e formação, das quais se destacam os seguintes:

- Apresentações técnicas sobre o Sistema Português da Qualidade em Cuba, Viseu e Viana do Castelo;
- Seminário de apresentação e divulgação da NP 4510:2015 – “Atividades de Enriquecimento Curricular e de Apoio à Família”;
- IV Fórum da Normalização da Segurança em Portugal;
- Metrologia em Serviços de Saúde;
- Encontro “Luz, Visão e Imagens – Medições e Inovação”;
- Encontro “Boas Práticas na Avaliação de Pessoas”;
- 9º Congresso International "*Symposium of Fluid Flow Measurements (ISFFM)*";
- Sessão técnica “Normalização e Eurocódigos Estruturais”;
- Encontro “A qualidade da água em piscinas e equipamentos afins – Efeitos na Saúde”;
- II Seminário Ibérico de Metrologia;

II AUTOAVALIAÇÃO

- *Workshop* "Desenvolvimento Responsável da Nanotecnologia";
- Dia Mundial da Metrologia - As medições e a Luz;
- *Metrology for Drug Delivery – MeDD*;
- Sessão técnica - Normalização para elementos de ligação dos ONS/OGCT;
- Simpósio de Metrologia 2015;
- Seminário "A Engenharia Mecânica e os Desafios da Medição";
- VI Encontro de Investigadores da Qualidade;
- Encontro "Ascensores - Diretiva 2014/33/EU e novas Normas EN 81-20 e EN 81-50";
- Seminário "Metrologia para Administração de Fármacos - Apresentação de Resultados do Projeto EMRP-MeDD";
- Encontro "Normas a Linguagem comum do Mundo" - Dia mundial da Normalização;
- Seminário "Medição de fluídos em condutas fechadas";
- ECSI - Entrega de Troféus;
- Encontro "Qualidade no Ensino Superior: Estratégias e Indicadores" - CS11;
- *Workshop* "Normalização: Uma Ponte para a Inovação";
- SPQ EXPO;
- Encontro "Sistemas de Gestão de Respostas Sociais" – Lisboa;
- Encontro "Sistemas de Gestão de Respostas Sociais" – Porto;
- Encontro "Sistemas de Informação para a Saúde".

Formação

A Formação constitui uma responsabilidade complementar da missão do IPQ e incide sobre áreas relacionadas, sobretudo com os domínios da normalização, da metrologia e da qualificação, procurando proporcionar o acesso a temas atuais e estruturantes, para profissionais, empresas e outras organizações.

Em matéria de ações de formação nestas áreas de competência, o IPQ organizou e realizou 8 ações de formação que contaram com a participação de um total de 128 formandos/as, e que foram, designadamente:

- "Sistemas de Gestão de Energia NP EN ISO 50001:2012", IPQ - participação de 17 formandos/as;
- "Auditorias Energéticas ISO 50002:2014", IPQ - participação de 17 formandos/as;
- " Calibração de Densímetros de tubo vibrante e hidrómetro e certificação da massa volúmica de líquidos ", IPQ - participação de 4 formandos/as;
- "Sistemas de Gestão de Energia NP EN ISO 50001:2012", Porto - participação de 15 formandos/as;
- "Auditorias Energéticas ISO 50002:2014", IPQ - participação de 15 formandos/as;
- "Experimentadores metrologistas" junho, participação de 22 formandos/as;
- "Auditorias Energéticas ISO 50002:2014", IPQ - participação de 16 formandos/as;
- "Experimentadores metrologistas" novembro, participação de 22 formandos/as.

II AUTOAVALIAÇÃO

Comissões Setoriais

As Comissões Setoriais, enquanto estruturas do SPQ, funcionam na dependência do IPQ e integram na sua composição entidades representativas dos agentes públicos e privados dos respetivos setores. Têm como objetivos gerais a análise, a promoção e a dinamização das várias componentes que influenciam a Qualidade ao nível dos produtos e serviços, com vista à preparação de recomendações para a sua melhoria.

No ano de 2015 o IPQ continuou a promover, dinamizar e coordenar as Comissões Setoriais (CS), acompanhando dos respetivos planos de atividades e assegurando a gestão do calendário das respetivas ações, encontros e reuniões.

Mantiveram atividade regular as Comissões Setoriais para as Tecnologias da Informação e Comunicações (CS/03), Água (CS/04), Saúde (CS/09) e Educação e Formação (CS/11), tendo realizado no seu conjunto 33 reuniões, 2 eventos (Encontros e Seminários) e 8 Sessões Temáticas, perfazendo um total de 43 iniciativas de entre as quais, pela sua relevância, se destacam as seguintes:

- **Comissão Setorial para a Água (CS/04)**
 - Visita técnica ao “Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (AHLGVFX)”;
 - Encontro “A qualidade da água em piscinas e equipamentos afins – Efeitos na Saúde” no qual estiveram presentes 200 pessoas que classificaram o evento em 8,1, numa escala de 1 a 10.

- **Comissão Setorial para a Saúde (CS/09)**
 - “IV *Workshop* de Qualidade em Saúde”, integrado no “V Encontro de Investigadores da Qualidade”, o realizado a 5 de junho no Campus Académico do Lumiar, em Lisboa, organizado pela Rede dos Investigadores da Qualidade (RIQUA) da Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ).

- **Comissão Setorial para a Educação e Formação (CS/11)**
 - Os sistemas internos de garantia de qualidade no ensino superior e a revisão dos ESG - *European Standards and Guidelines*” pela A3ES;
 - “Relação da Normalização, Metrologia e Acreditação com os pressupostos de qualificação do Ensino da Fotografia nos seus diferentes graus” pelo IPF;
 - “Responsabilidade social nas instituições de ensino e formação” pelo IPAM;
 - “A rede RSO PT e os trabalhos desenvolvidos pelo GT ISO26K”, dinamizada pela APEE;
 - “Estratégia EUROPA 2020: Reforço da I&D e da Inovação, Melhor e Mais Educação, Clima / Energia, Aumentar o Emprego, Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais”, pelo gestor do PO Inclusão Social e Emprego;
 - “A importância da educação pré-escolar para o sucesso” pela IGEC;
 - “Novas abordagens EQAVET: apresentação de 1 boa prática Europeia -Projeto EQAVET US”, pelo ISQ;
 - Realização do Encontro “Qualidade no Ensino Superior: Estratégias e Indicadores”.

II AUTOAVALIAÇÃO

Projetos SPQ

No quadro da sua missão e visando o apoio à dinamização e ao desenvolvimento do SPQ, o IPQ continuou a cooperar com entidades públicas e privadas, no desenvolvimento de Projetos, de que se destacam:

Galardão ECOXXI

A participação na Comissão Nacional do ECO XXI, galardão promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) que visa reconhecer as iniciativas/políticas em desenvolvimento nos concelhos, em prol do desenvolvimento sustentável, sensibilizando os municípios para uma maior integração das preocupações ambientais nas políticas municipais, contribuindo para a aferição de indicadores de desenvolvimento sustentável e reforçando o seu papel como parceiros e agentes do processo de educação para a sustentabilidade, no âmbito da Agenda 21 Local.

O Galardão ECOXXI é atribuído à entidade que obtiver a classificação mais elevada, do conjunto dos 21 Indicadores. Durante o ano de 2015 destacam-se as seguintes atividades:

- Alteração e lançamento do projeto ECOXXI 2015;
- Ação de formação com os Municípios;
- Reformulação do Projeto e do Guia para o ECOXXI 2015 (concretamente e no que diz respeito ao indicador 8 da responsabilidade do IPQ, tendo sido introduzidas alterações nas notas explicativas e nos documentos de referência);
- Análise e avaliação das 43 candidaturas ao Galardão ECOXXI 2015;
- Entrega dos galardões ECOXXI 2015, no dia 18 de setembro, no Cineteatro João Mota - Biblioteca Municipal, em Sesimbra, onde foram reconhecidos com a Bandeira Verde ECOXXI 2015, os 40 municípios que conseguiram pontuar acima dos 50% do valor máximo deste índice de sustentabilidade.

Rede RSO PT - Grupo de Trabalho ISO 26000

O IPQ continuou a integrar o Grupo de Trabalho ISO 26000 no âmbito da Rede RSO PT, da qual o IPQ também é membro. Este grupo de trabalho tem como finalidade acompanhar o desenvolvimento futuro da aplicação da ISO 26000 e, concretamente, a troca de experiências entre organizações que adotem ou planeiem adotar a ISO 26000 como Guia para a Responsabilidade Social, realizar ações de promoção da boa aplicação desta norma e apoiar o processo de constituição de redes de partes interessadas e o seu envolvimento.

Em 2015 o IPQ continuou a integrar o subgrupo “Governança Organizacional”. Depois da publicação do primeiro produto elaborado pelo Grupo de Trabalho, o “Glossário de Responsabilidade Social”, desenvolveram-se os trabalhos conducentes à elaboração e publicação dos produtos “Brochura de Responsabilidade Social” e “Recomendações da ISO 26000”.

Comissões Técnicas (CT) de Normalização

- A CT 80 - Gestão da Qualidade e Garantia da Qualidade funciona no ONS Associação Portuguesa da Qualidade (APQ) e tem elaborado as normas portuguesas de Gestão da Qualidade e Garantia da

II AUTOAVALIAÇÃO

Qualidade. O IPQ está representado nesta CT, enquanto vogal. Em 2015 foram publicadas as normas NP EN ISO 9000:2015 e NP EN ISO 9001:2015.

- A CT 179 – Organizações Familiarmente Responsáveis funciona no ONS Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE). No início de 2014 foi publicada a norma NP 4522 “Norma para Organizações Familiarmente Responsáveis”, que resultou do trabalho que tem vindo a ser efetuado por esta Comissão Técnica nos últimos anos. Ainda em 2014 a CT 179 retomou os trabalhos e iniciou a elaboração de uma nova norma de requisitos para um sistema de gestão da conciliação. No final de 2015 a CT deu por concluída a norma, cuja publicação está prevista para o primeiro semestre de 2016. O IPQ está representado nesta CT, enquanto vogal e participou nas reuniões do grupo de trabalho.

Cooperação

No quadro da sua missão e competências legais, enquanto organismo coordenador do Sistema Português da Qualidade, o IPQ vem promovendo, a título individual e em parceria com outras entidades nacionais e estrangeiras relevantes, atividades de cooperação e prestação de serviços de assistência técnica externa, e a nível nacional, no domínio da Qualidade com particular relevância para as áreas da Normalização e da Metrologia.

Neste contexto, o IPQ tem privilegiado a cooperação técnica com os países da CPLP, do Magreb e a países da Europa de Leste, em consórcio ou em parceria, com organismos congéneres de outros países europeus. Para o efeito e no âmbito das atividades realizadas, tem vindo a ser assegurada a necessária articulação com a rede de entidades nacionais relevantes, face aos âmbitos concretos de cooperação, nomeadamente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Direção-Geral das Atividades Económicas, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, o Instituto Português de Acreditação e a colaboração empenhada de outras entidades que integram o Sistema Português da Qualidade.

Cooperação com Cabo Verde

No âmbito do Protocolo de cooperação em vigor, entre o IPQ e Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual de Cabo Verde (IGQPI), foi desenhada e tem vindo a ser implementada uma estratégia de desenvolvimento e consolidação da infraestrutura institucional para a Qualidade em Cabo Verde.

As bases de cooperação identificadas e os mecanismos de cooperação acordados fazem-se suportar em Planos de Ação, que incluem a realização de visitas técnicas ou estágios de técnicos do IGQ, a identificação dos recursos necessários à consecução do Programa e a preparação dos respetivos orçamentos de suporte, tendo em vista facilitar a convergência técnica e normativa entre a Europa e Cabo Verde, com a intervenção e apoio do IPQ, e conta com o importante financiamento da União Europeia a Cabo Verde.

Este Plano, cuja execução tem vindo a decorrer com a concretização de diversas iniciativas, contempla um calendário preciso a desenvolver que inclui, nomeadamente, a adesão do IGQPI à Organização Internacional de Normalização (ISO), a implementação de normas europeias nos termos previstos pelo CEN-CENELEC, a realização de visitas técnicas e estágios de técnicos do IGQPI, no IPQ.

II AUTOAVALIAÇÃO

O ciclo de sessões de trabalho e iniciativas que vêm sendo concretizadas, introduz um novo enquadramento no relacionamento bilateral em matéria de cooperação no domínio da Qualidade, porquanto decorreu também sob os auspícios e com o apoio da Delegação da União Europeia em Cabo Verde, disponibilizado no quadro da Convenção de Financiamento FED/2012/023892 e em particular do Orçamento Programa FED/2014/339-053.

De realçar que, decorrente da cooperação recente do IPQ com Cabo Verde, foi possível desenhar e fazer aprovar a infraestrutura legal essencial à prossecução da missão do IGQPI em matéria da Qualidade, quer no âmbito nacional, quer no contexto mais alargado do seu relacionamento ao nível europeu e internacional.

Cooperação com a Tunísia

No quadro do Protocolo de Cooperação, entretanto renovado e em vigor, celebrado entre o IPQ e a Agência Nacional de Metrologia (ANM) da Tunísia concluiu-se em setembro de 2014, o projeto de “*Jumelage TU10-ENP-AP-TR-21 - Appui à l’administration tunisienne pour le renforcement du système national de métrologie*”, apoiado por fundos comunitários do “Europe Aid/130372/D/ACT/TN”, cuja parceria, para além do IPQ, integrou como o “*Nederlands Metrology Institute (VSL)*” e teve como beneficiário a ANM/Tunísia.

Face ao impacto e à visibilidade pública deste projeto, reconhecidos, ao mais alto nível, pela sua importância estruturante para a economia Tunisina, ao contribuir para a consolidação e o reconhecimento internacional do sistema nacional de metrologia tunisino e para a progressiva harmonização das práticas tunisinas com as europeias nos domínios específicos da metrologia e da qualidade, com vista a facilitação das trocas comerciais com a União Europeia e no âmbito internacional, ficou prevista a renovação do Acordo de Cooperação entre o IPQ e a ANM (Tunísia) aquando da cimeira Portugal-Tunísia a realizar em 2015, visando aprofundar a cooperação nas áreas da qualidade e da metrologia.

Esta expectativa logrou concretizar-se em maio de 2015, com a assinatura de um novo Programa de Cooperação Quinquenal (2015-2020), pelo Presidente do IPQ e, pela parte Tunisina, pela Senhora Diretora da *Direction Générale de la Coopération Économique et du Commerce*, estando a sua operacionalização atualmente dependente do indispensável suporte financeiro.

II AUTOAVALIAÇÃO

2.8.4 Administração Geral Sistemas de Informação

A Área de Informática garantiu as atividades de gestão da rede informática e de comunicações, dos sistemas e dos produtos informáticos utilizados pelo IPQ, bem como o desenvolvimento e administração de bases de dados existentes no âmbito da atividade do Instituto.

No desenvolvimento das atividades descritas foi assegurado o elevado nível de segurança, fiabilidade e operacionalidade, bem como a confidencialidade e integridade da informação, destacando-se a implementação de um plano de execução de cópias do Centro de Dados da Caparica, com a realização dos respetivos testes e entrada em produção.

A exploração do PROQUAL tem vindo a ser efetuada de acordo com as condicionantes próprias dos sistemas que entram de novo numa organização, com correções e melhorias funcionais que foram identificadas.

A prestação de serviços de *outsourcing* do *Data Center* da infraestrutura de sistemas foi acompanhada com base na avaliação de relatórios mensais que a empresa prestadora do serviço tem produzido.

Foi dada continuidade ao trabalho de integração dos sistemas de informação existentes nas Direções Regionais de Economia, na sequência do processo de fusão por extinção das mesmas, tendo este decorrido com os constrangimentos inerentes a este tipo de atividade.

A transferência de competências para o IPQ em sede do referido processo de fusão por extinção, e o necessário aumento de atividade com impacto em sede documental, levou à análise sobre a necessidade do desenvolvimento de um sistema de gestão documental que agregasse toda a atividade do IPQ, agora em fase de estabilização.

Assim, no decurso do ano de 2015, procedeu-se aos trabalhos preparatórios para o levantamento dos requisitos para a implementação do sistema de gestão documental, nomeadamente à definição da metodologia para o efeito.

Foi dada continuidade à participação na implementação do PGERRTIC- Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos nas TIC, na Administração Pública, com a produção de documentos e realização de reuniões técnicas com a Secretaria-Geral do Ministério da Economia, enquanto entidade coordenadora sectorial deste Plano.

Realizou-se um inquérito de satisfação aos/às clientes internos/as sobre a capacidade de resposta da Informática às solicitações dos/as utilizadores/as, tendo sido obtida uma média global de satisfação de 7,4, numa escala de 1 a 10, o que representa um decréscimo face ao ano anterior.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2015, o número global de efetivos do Instituto era de 99 trabalhadores/as, registando um acréscimo de cerca de 38,8% relativamente à mesma data de 2014, o que veio inverter a tendência decrescente registada no último ano, facto resultante principalmente do processo de extinção/fusão das Direções Regionais da Economia, que se traduziu na autorização de um novo Mapa de Postos de Trabalho para o IPQ com o

II AUTOAVALIAÇÃO

aumento do número de postos de trabalho para a integração de trabalhadores/as e atividades nas áreas da Qualidade e Metrologia daqueles Organismos.

Mantendo o IPQ, I. P. como uma das suas preocupações a formação dos/das seus/suas trabalhadores/as, com o fim de promover o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento de conhecimentos e competências técnicas, promoveu a execução dum Plano de Formação para 2015 que abrangeu cerca de 58% dos/as trabalhadores/as. As ações incidiram maioritariamente nas áreas de Gestão, Higiene e Segurança no Trabalho e Metrologia, num total de 2 345 horas.

No ano em análise, foi realizado um inquérito de satisfação dos/as clientes internos/as à Área de Recursos Humanos, com a finalidade de avaliar a qualidade dos serviços prestados, nomeadamente a qualidade e o tempo de resposta às solicitações feitas pelos/as diversos/as trabalhadores/as a este serviço, tendo-se mantido o valor de 8,8, numa escala de 1 a 10, registado no ano anterior.

O desenvolvimento dos recursos humanos, pormenorizadamente analisado, consta do Balanço Social de 2015, que foi elaborado como documento autónomo e corresponde ao Anexo 5.

Logística

No âmbito da Área da Logística foi assegurada a gestão do aprovisionamento, respondeu-se aos pedidos de agregação efetuados pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Economia, procedeu-se à aquisição de equipamentos e serviços diversos, no respeito integral pelo Código das Compras Públicas, tendo sido solicitados os pareceres prévios legalmente exigidos, e tendo sempre presente quer a constituição dos Júris, quer as de Grupos de Trabalho, mesmo quando tal não era obrigatório, a fim de dar cumprimento ao Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas (PPCIC), aquando da análise das propostas apresentadas.

Foi, igualmente, garantida a gestão e conservação do património e das instalações, através da celebração de contratos para o efeito, respeitando a disciplina imposta pelo Código dos Contratos Públicos.

No que respeita ao inventário, procedeu-se à integração dos bens afetos ao IPQ, na decorrência do processo de fusão por extinção das Direções Regionais de Economia, envolvendo não só as necessárias operações patrimoniais para o efeito, como a própria transferência física, destacando-se que estavam em causa bens de 5 laboratórios de metrologia, dispersos pelo território nacional (Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro).

Em sede de gestão do parque de veículos afetos ao IPQ, procedeu-se à sua manutenção e cumprimento das normas relativas à sua utilização, designadamente, quanto à autorização para condução dos mesmos, em virtude da inexistência de motoristas afetos ao mapa de pessoal do IPQ.

No ano em análise foi realizado um inquérito de satisfação dos/as clientes internos/as à Área da Logística, com a finalidade de avaliar a qualidade dos serviços prestados, nomeadamente apoio logístico e fornecimento e entrega de material solicitado, tendo-se atingido o valor de 7,6 numa escala de 1 a 10, o que corresponde a um desempenho dentro da métrica definida.

II AUTOAVALIAÇÃO

Atividade Financeira e Patrimonial

Foi realizado um inquérito de satisfação dos/as clientes internos/as dirigido a todos/as os/as trabalhadores/as do IPQ com a finalidade de avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Unidade Financeira e Patrimonial (UFP). O resultado deste inquérito foi de 8,1 o que, numa escala de 1 a 10, representa um bom desempenho.

Em relação ao prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP), o mesmo foi de quadro dias, tendo este objetivo sido cumprido, continuando o processo de melhoria iniciado em anos anteriores e que, face ao nível atingido, se considera suscetível apenas de consolidação para o futuro.

A identificação de movimentos bancários, este ano, teve dificuldades acrescidas com a incorporação das novas competências transferidas das extintas Direções Regionais de Economia, nomeadamente para o DAESPQ ao nível dos licenciamentos de cisternas e equipamentos sob pressão, uma vez que constitui uma atividade completamente nova no Instituto.

No âmbito do esforço de uniformização de procedimentos e informação, foi revisto em 2015, o Regulamento de Ajudas de Custo e Deslocações em Serviço, tendo sido consolidada a respetiva proposta de modificação.

2.8.5 Atividade jurídica e produção legislativa nacional e comunitária

No ano de 2015, a Assessoria Jurídica (NJURI) recebeu 309 pedidos de apoio jurídico, aos quais respondeu através de 450 documentos escritos e registados no Sistema de Gestão da Qualidade que tem implementado na sua estrutura de funcionamento.

Em 2015, o NJURI prestou a sua colaboração na elaboração ou na emissão de parecer sobre 29 projetos de diplomas oriundos de vários serviços, bem como de diversos Ministérios.

Prestou ainda colaboração no âmbito de obrigações decorrentes de acordos internacionais, nomeadamente, no âmbito da notificação à Comissão Europeia e ao Secretariado da Organização Mundial de Comércio (OMC) de projetos de diplomas legais contendo normas e regras técnicas.

Em 2015, o NJURI interveio na apreciação e/ou elaboração de contratos e protocolos em que o IPQ é parte, merecendo especial relevo a celebração do Protocolo para Promoção da Acreditação que, tendo como objetivo primordial a promoção daquela atividade no desenvolvimento da qualidade em Portugal, mantém as relações de cooperação entre o IPQ e o IPAC iniciadas em 2006.

Salienta-se, ainda, a ação desenvolvida pelo NJURI, durante o ano de 2015, para cobrança de dívidas ao IPQ com antiguidade superior a um ano, cujos ofícios de interpelação e envio de processos para cobrança coerciva foram abrangidos nas respostas acima referidas.

No decurso de 2015, o NJURI colaborou ativamente no processo de extinção, por fusão, das direções regionais de economia (DRE), tendo, nomeadamente, intervindo na elaboração e alteração ou revisão de legislação diversa, e no do desenvolvimento das ações que se revelaram necessárias à correta e eficaz integração das atividades e recursos que estavam afetos àquelas entidades, nomeadamente a qualificação de organismos que passaram a assegurar o controlo metrológico de instrumentos de medição nas áreas geográficas, até então, abrangidas pela atuação das DRE.

II AUTOAVALIAÇÃO

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade, o NJURI procedeu também à seleção e recolha da legislação de referência no domínio da Qualidade publicada no *Diário da República*, estando a mesma disponível na *intranet*. Para facilidade de consulta, a informação está organizada por anos, meses e semanas.

A legislação de referência no domínio da Qualidade publicada no *Diário da República* referente ao ano de 2015, está acessível na *intranet*, em “IPQ-Legislação/LegJuris 2015” e no *sítio Web* do IPQ, acessível através do endereço: <http://www1.ipq.pt/PT/Site/EspacoQ/historico/site/index.aspx>

2.9 Afetação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros

Análise aos recursos financeiros

A análise evolutiva dos últimos anos dá-nos a perceção de uma tendência para um aumento da receita, mais significativo do que o da despesa.

Através da integração das atividades das extintas Direções Regionais de Economia, verificou-se, já no ano de 2015, um acréscimo de receita.

A área da metrologia, no aluguer de equipamentos e na atividade relativa a auditorias contribuiu com a realização de 60k€ de receita.

A área de licenciamento de cisternas e equipamentos sob pressão realizou receita no montante de 441k€.

Verificou-se, igualmente, um aumento das despesas com pessoal.

A natureza do incremento desta despesa prende-se, essencialmente, com dois fatores, a saber: o aumento do número de postos de trabalho, na decorrência do aumento do mapa de postos de trabalho, conforme resultou do processo de fusão das Direções Regionais de Economia para o IPQ e o incremento de despesas de deslocação, relativo ao aumento da atividade, resultante, também, da transferência de competências no âmbito do mesmo processo.

Houve uma evolução em sede do Protocolo de Cooperação existente com o Instituto Português da Acreditação, I. P. (IPAC), atendendo ao contexto legal aplicável, tendo como resultado a outorga de um novo protocolo, autorizado pela Tutela, nos termos do qual se clarifica a assunção das competências na área administrativa pelo IPAC, cessando a prestação de serviços por parte do IPQ nesse âmbito, bem como em sede de sistemas de informação e a utilização do espaço propriedade do IPQ.

Esta alteração implicou que a receita proveniente do IPAC, neste item, tenha tido uma redução de 75% face à situação anteriormente existente.

Em sede do Protocolo para a Promoção da Acreditação, que estabelece as bases de cooperação entre o IPQ e o IPAC para promoção do SPQ, promoveu-se uma atualização do mesmo, estabelecendo a redução gradual no montante unitário dos certificados SPQ, até à sua extinção em 2018.

O mesmo Protocolo estabelece que a verba a transferir para o IPQ será apenas de 80% do total anual cobrado.

II AUTOAVALIAÇÃO

Tabela 15 - Evolução das Receitas Próprias (EUR)

Ano	Orçamento de Receita	Receitas Anuais	Saldo para a gerência seguinte
2011	16.170.363	15.983.965	9.756.310
2012	16.550.331	16.202.232	10.565.316
2013	16.834.641	16.963.679	11.468.770
2014	17.129.102	17.928.468	13.024.084
2015	20.200.583	20.659.882	15.303.583

Nota: A Receita de 2011 incluiu 8 241 440 de venda de património à “Estamo”.
Esta receita tem-se mantido em saldo desde 2011.

Tabela 16 - Evolução das Receitas Totais – Autofinanciamento (EUR)

Ano	OE PIDDAC	Orçamento de Receita	Receitas Próprias do ano	Auto-Financiamento
2011	210.578	16.170.363	15.773.387	99%
2012		16.550.331	16.202.232	100%
2013		16.834.641	16.963.679	100%
2014	75.000	17.129.102	17.853.468	100%
2015		20.200.583	20.659.882	100%

Tabela 17 - Evolução e Composição da Aplicação de Fundos (EUR)

Ano	Pessoal	Despesas Correntes	Despesas de Capital	TOTAL
2011	2.860.785	2.991.478	374.465	6.226.729
2012	2.263.453	2.653.563	719.844	5.636.860
2013	2.646.239	2.156.204	692.465	5.494.908
2014	2.657.436	1.739.179	507.770	4.904.385
2015	2.860.389	2.216.801	279.109	5.356.299

Em 2015, verificou-se, mais uma vez, a redução de despesas de acordo com as diretrizes do Governo, com a redução remuneratória aplicável aos vencimentos e às aquisições de serviços.

A necessidade de sujeição a diversos pareceres prévios para a aquisição de serviços e a respectiva tramitação destes pareceres, traduzida na morosidade do processo aquisitivo, e as cativações orçamentais no montante de 342.558,00€ tiveram um impacto negativo no planeamento e execução das atividades previstas pelo IPQ para o ano 2015.

Os resultados da execução orçamental, na ótica da despesa, foram os constantes do quadro seguinte:

II AUTOAVALIAÇÃO

Tabela 18 - Execução orçamental na ótica da despesa

Instituto Português da Qualidade	Orçamento Inicial	Orçamento disponível (*) A	Pagamentos (**) B	Execução (B/A*100)
Autofinanciamento	4.627.818	4.074.247	3.684.729	90%
Transf U.E.	231.124	196.044	196.041	100%
Transf IPAC	1.165.203	1.475.536	1.475.529	100%
Total	6.024.145	5.745.827	5.356.299	93%

(*) Orçamento inicial +/-alterações orçamentais-cativos+saldos do ano anterior

(**)Líquidos de reposições

Os investimentos financeiros titulados em unidades de participação em entidades não societárias, em 2015, devido à extinção do CPD, ascendem agora apenas ao montante de 54 374,98 €, tendo sido acionada a provisão dos anos anteriores no montante de 45 000€.

Tabela 19 - Participações detidas em 2015-12-31

Identificação da participação	Participação em 31 de Dezembro de 2015	
AGENEAL-Agência Municipal de Energia de Almada (*)	4.987,98	1,88%
CATIM-Centro de Apoio Técnico à Indústria Metalomecânica	4.987,98	0,92%
CEDINTEC-Centro para o Desenvolvimento e Iniv ação Tecnológicos	2.500,00	6,67%
CENTIMFE-Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramenta	5.985,57	0,80%
CEVALOR-Centro Tecnológico para aproveit e valorização de Rocha	2.493,99	0,29%
CITEVE-Centro Tecnológico da Indústria Textil e Vestuário de Portu	2.992,79	0,14%
CTCOR-Centro Tecnológico da Indústria da Cortiça	7.481,97	1,05%
CTCP-Centro Tecnológico do Calçado de Portugal	5.486,78	0,29%
CTCV-Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro	10.973,55	2,99%
CTIC-Centro Tecnológico da Indústria do Couro	5.486,78	1,77%
RELACRE-Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal	997,60	1,00%
Total	54.374,98	

Nota: Todas as participações são em organismos sem fins lucrativos e de utilidade pública

Análise aos Recursos Humanos

Foram planeados recursos humanos com pontuação 1191, para preenchimento completo do Mapa de Postos de Trabalho, tendo sido executados 989.

II AUTOAVALIAÇÃO

Tabela 20 - Grau de realização dos Recursos Humanos planeados

Categoria/cargo	Pontuação planeada	Pontuação Executada	Desvio (Exe-Plan.)	Grau de Realização (%)
Dirigentes – Direção Superior	60	48	-12	80
Dirigentes – Direção intermédia	144	99	-45	69
Técnico/a Superior (inclui informáticos)	732	577	-155	79
Coordenador/a Técnico/a	27	20	-7	74
Assistente Técnico/a	288	240	-48	83
Assistente Operacional	5	5	0	100,0
TOTAL	1 256	989	267	79

O desvio mais acentuado regista-se nos grupos dos/as Dirigentes, com a aposentação dum dirigente intermédio de 1º grau e os diversos procedimentos concursais para o preenchimento de cargos de direção intermédia de 2º grau a decorrer durante a maior parte do ano, no dos/as Técnicos Superiores (que inclui os Especialistas de Informática), e no dos/as Assistentes Técnicos na sequência de procedimentos concursais comuns a decorrer durante o ano para o preenchimento de postos de trabalho acrescentados ao Mapa de Pessoal do IPQ na sequência das novas atribuições adquiridas no processo de extinção/fusão das Direção Regionais da Economias e do número de dias de ausência dos/as trabalhadores/as por motivo de parentalidade e doença.

III - Balanço Social

Recursos Humanos

O desenvolvimento dos Recursos Humanos, pormenorizadamente analisado, consta do Balanço Social, elaborado como documento autónomo.

Em 31 de dezembro de 2015, o número total dos efetivos globais do Instituto era de 99 trabalhadores/as, o que representa um acréscimo de 11 trabalhadores/as relativamente ao ano 2014 (88 trabalhadores/as), facto resultante principalmente do processo de extinção/fusão das Direções Regionais da Economia (DRE's), que se traduziu na autorização de um novo Mapa de PT para o IPQ com o aumento do número de postos de trabalho para a integração de trabalhadores/as e atividades nas áreas da Qualidade e Metrologia daqueles Organismos.

Relativamente ao ano anterior, a **Taxa de Vínculo** (81,8%), registou um decréscimo de cerca de 1,2% o que se deveu essencialmente à entrada de 7 trabalhadores/as por mobilidade.

A **Taxa de Tecnicidade** verificada em 2015 (98,9%), manteve o valor igual ao do ano anterior.

A **Taxa de Formação Superior** a 31 de dezembro de 2015 foi de 63,6%, registando-se um acréscimo de cerca de 1% em relação ao ano anterior, motivado mais uma vez pela entrada de 5 técnicos superiores na sequência do processo de extinção/fusão das DRE's e mais 7 por mobilidade.

A **Taxa de Feminização** (4,4%) manteve um valor semelhante ao registado em 2014.

É contudo de referir que, do efetivo feminino, apenas 7 em 63 ocupam cargos de dirigente, opondo-se a este valor um número de 4 em 36 para um efetivo masculino.

O IPQ caracteriza-se por possuir uma população de idade mediana, considerando que cerca de 64% dos/as trabalhadores/as tem idade inferior a 55 anos, sendo o nível etário médio de 51,0 anos.

A **Taxa de Absentismo** (6,9%), registou um acréscimo de 2,2% em relação a 2014, tendo como principais causas deste valor a grande percentagem de faltas por “Junta Médica” com 32,3%, “Doença” com 24,9%, “Parentalidade” com 11,5% e “Acidente em Serviço” com 8,7%.

Formação Profissional

Durante todo o ano de 2015, foram alvo de formação profissional 62 dos/as trabalhadores/as, contabilizados/as ao longo do ano, o que se traduz num decréscimo de cerca de 29% em relação a 2014, tendo sido abrangidos todos grupos profissionais com exceção do grupo dos Assistentes Operacionais.

De salientar no entanto que, embora nem todos/as os/as trabalhadores/as tenham tido formação em 2015, 46,5% dos/as que se encontravam em exercício de funções no IPQ a 31 de dezembro, tiveram, pelo menos, 20 horas de formação.

O número total de horas de formação em 2015 foi de 2 345, o que faz uma média de cerca de 38 horas por trabalhador/a, o que se traduz num decréscimo, em média, de 40 horas por pessoa, relativamente ao ano anterior.

III BALANÇO SOCIAL

Os custos totais com a formação em 2015 foram de 14 848 €, o que se traduz num acréscimo de cerca de 51% em relação aos valores de 2014.

As ações de formação realizadas incidiram, na sua maior parte, na área de Gestão com 799 horas (89,8%), seguindo-se a área da Higiene e Segurança no Trabalho, com 714 horas (30,6%) e a área da Metrologia com 671 horas (28,8%).

IV - Avaliação Final

A) Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

A expressão qualitativa da avaliação final do desempenho do IPQ corresponde à menção de Desempenho Bom, tendo em conta que o IPQ atingiu 3 objetivos e superou os outros 3, tendo tido um valor global de desempenho do QUAR de 178%, conforme confirma o Mapa de Execução do QUAR em Anexo A1.

O quadro seguinte sintetiza o grau de realização dos objetivos e a avaliação dos resultados.

Tabela 21 - Grau de realização do QUAR

Parâmetros	Ponderação	Grau de realização
EFICÁCIA	50%	64%
EFICIÊNCIA	30%	94%
QUALIDADE	20%	20%

Tabela 22 – Avaliação final do Serviço

Avaliação final do serviço	
BOM	178%
SATISFATÓRIO	
INSUFICIENTE	

Os resultados de 2015, constantes no QUAR, quando comparados com os do ano anterior, revelam a continuidade de uma evolução muito positiva.

A execução global do Plano de Atividades de 2015 foi bastante elevada (80%), tendo em conta os resultados obtidos, medidos através dos respetivos indicadores e de que se foi dando conta ao longo deste relatório.

B) Menção proposta pelo/a dirigente máximo

De acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, como resultado da autoavaliação, proponho ao abrigo do n.º 3 do mesmo artigo, que seja atribuída ao IPQ a menção qualitativa de desempenho BOM.

Jorge Marques dos Santos
Presidente do Conselho Diretivo

A) Conclusões prospetivas

A prossecução da missão do IPQ, consubstanciada no cumprimento de objetivos estratégicos e operacionais apresentados no QUAR e no Plano de Atividades de 2015 enquadra-se na continuidade do esforço de modernização administrativa do Estado e de garantia da defesa dos/as consumidores/as e regulação dos mercados no sentido da promoção da competitividade da economia portuguesa.

Num contexto de forte contração económica, que se tem vivido nos últimos anos, o papel do IPQ, enquanto entidade responsável pela gestão e coordenação do SPQ, ganha particular relevância, na medida em que pode contribuir para o reforço da competitividade da economia nacional.

Nesse sentido, continua a constituir um objetivo prioritário do IPQ aproximar e colocar à disposição das empresas, das suas associações e dos agentes económicos em geral, as metodologias e a infraestrutura do SPQ, afirmando a Qualidade enquanto alavanca privilegiada da inovação e do desenvolvimento sustentável, dotando as empresas portuguesas, das ferramentas necessárias para enfrentarem a concorrência mundial nos mercados externos onde atuem.

O PROQUAL, enquanto plataforma informática que garante a ligação a diversas aplicações internas e externas, promoverá a interligação eletrónica com organizações nacionais e internacionais e continuará a potenciar a desmaterialização das atividades que o IPQ desenvolve. A exploração, em pleno desta plataforma, dos seus novos sistemas de informação e *sites* colaborativos, continuará a assegurar a consolidação das mudanças nos processos desmaterializados de trabalho, nos fluxos e bases de dados documentais e nos interfaces com as entidades externas, sendo por isso, uma ferramenta essencial quer para utilização interna, quer para o trabalho colaborativo *online* com as entidades que interagem com o IPQ nos subsistemas da Metrologia, Normalização e Qualificação.

No âmbito da **Normalização** ir-se-á, nomeadamente:

- Reforçar a eficácia e atualização da rede de Organismos de Normalização Setorial, de Organismos Gestores de Comissão Técnica e das CTA e CT próprias do IPQ;
- Incentivar todas as iniciativas de normalização nacional estimulando e sensibilizando as PME para uma participação mais ativa, dinâmica e empenhada no processo de normalização, acompanhando as iniciativas do Working Group do CEN para as PME no sentido de lhes criar condições para um maior envolvimento nas atividades de normalização;
- Acompanhar e participar nas iniciativas do Working Group do CEN sobre Education about Standardization, a partir da Comissão Técnica nacional (CT 187 – Aprendizagem formal, não formal e informal), a fim de elaborar materiais de apoio para destinatários específicos nomeadamente PME, educação e administração pública;
- No âmbito do Guia 20 do CEN-CENELEC “Guide on membership criteria of CEN and CENELEC” e do Regulamento (UE) n.º 1025/2012 sobre a Normalização Europeia, continuar o esforço de tornar a normalização mais acessível aos vários stakeholders, nomeadamente as PME, através da disponibilização gratuita das primeiras páginas das Normas, via consulta de catálogo online, disponibilização do Programa de Normalização anual, com a referência dos documentos normativos em edição;
- Continuar o esforço para modernizar o acervo Normativo Nacional disponibilizando um cada vez maior número de versões portuguesas de normas europeias, tirando partido dos apoios comunitários, nomeadamente do projeto plurianual Framework Partnership Agreement – FPA;

IV AVALIAÇÃO FINAL

- Melhorar a infraestrutura de suporte ao acesso e à aquisição das normas e de outros documentos normativos, tendo em vista o aumento da visibilidade e acessibilidade do uso das Normas pelos agentes económicos, em particular pelas PME, nomeadamente através da extensão da rede descentralizada de consulta ao acervo normativo eletrónico nacional – “Use Normas – Marque a Diferença”, por forma a cobrir a maioria do território nacional, assim como as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira;
- Desenvolver ou apoiar projetos que promovam a Normalização junto de públicos-alvo específicos, tais como: continuidade do Projeto Juventude abrangendo o ensino secundário e universitário público e privado; edição de coletâneas temáticas de normas em suporte DVD; realização de ações de formação/sensibilização, nomeadamente junto de associações profissionais e industriais.

Uma vez que a Metrologia está presente no dia-a-dia da economia, do comércio, da ciência e tecnologia e nos domínios ligados ao bem-estar do/a cidadão/ã como a saúde e o ambiente, cada vez é maior o rigor e confiança exigidos aos instrumentos de medição utilizados nesses domínios.

Neste âmbito, perspetivar-se-á um esforço redobrado de promoção e divulgação das capacidades do IPQ, bem como de sensibilização da indústria e dos/as cidadãos/ãs em geral para as atividades metrológicas de natureza obrigatória e voluntária, designadamente:

- Reforçar o reconhecimento externo da metrologia nacional e as capacidades metrológicas do IPQ (número de CMC aceites no âmbito do CIPM-MRA);
- Promover o desenvolvimento da metrologia nacional reforçando a participação europeia e internacional, nos projetos de investigação, inovação e desenvolvimento metrológico, EMPIR (*European Metrology Programme for Innovation and Research*) financiados no âmbito do programa-quadro Horizonte 2020 da Comissão Europeia e em comparações interlaboratoriais de padrões;
- Manter a política protocolar com instituições para a participação em projetos de I&D metrológico, a fim de garantir o desenvolvimento sustentado e harmonizado da metrologia;
- Aumentar a eficiência da atividade dos laboratórios metrológicos (Operações metrológicas por FTE);
- Consolidar a rede nacional de metrologia legal e aperfeiçoar o seu funcionamento, mantendo o acompanhamento próximo aos Organismos de Verificação Metrológica e restantes entidades qualificadas, designadamente, através:
 - da realização de reuniões periódicas com aquelas,
 - de auditorias anuais,
 - do acompanhamento *in situ do modus operandi* das verificações metrológicas realizadas,
 - da realização de visitas técnicas sem aviso prévio, entre outras;
- Desenvolver e continuar a reforçar o controlo metrológico a nível nacional, melhorando a qualidade dos serviços prestados e o acompanhamento das entidades intervenientes;
- Promover a metrologia na Saúde, no Ambiente, na Indústria, no Ensino nomeadamente nas áreas emergentes das nanotecnologias e da energia;
- Intensificar a estratégia de desenvolvimento e consolidação de sinergias potenciadoras de uma cooperação interdisciplinar, entre a comunidade científica e tecnológica e a sociedade, tendo como objetivo fundamental a promoção da atividade metrológica nacional.

IV AVALIAÇÃO FINAL

No âmbito da **promoção da qualidade, do licenciamento, e do desenvolvimento do SPQ** perspectivam-se as seguintes iniciativas e projetos:

- O DAESPQ/IPQ manterá o seu empenho na promoção, a nível nacional, sobre a notoriedade, a importância e as vantagens do Prémio de Excelência PEX-SPQ que se baseia no modelo da *European Foundation for Quality Management (EFQM)*, continuando a estimular e a apoiar as empresas e organizações que consideram nas suas estratégias de gestão e crescimento as metodologias de gestão pela qualidade total distinguindo as que evidenciem as melhores práticas;
- Será dada continuidade ao ECSI Portugal – Índice Nacional de Satisfação do Cliente, desenvolvendo ações que visem o reforço da sua visibilidade e contribuir para o aumento da perceção da Qualidade, através do conhecimento do nível de satisfação do serviço prestado pelas organizações aos/às consumidores/as, proporcionando um indicador geral da qualidade dos setores em que é utilizado;
- O desenvolvimento harmonioso do SPQ, pressupõe o fortalecimento da interação e uma estreita cooperação e proximidade do IPQ - enquanto gestor e coordenador deste sistema - às entidades acreditadas acreditados pelo organismo nacional de acreditação, o IPAC – Instituto Português de Acreditação, em particular aos Organismos de Certificação. Para a concretização deste objetivo será dada continuidade às atividades do FORUM da Certificação, estimulando a participação e o envolvimento dos *stakeholders* e *players* que atuam nesta importante área, aprofundando e concretizando as ações favorecedoras das políticas e das estratégias nacionais nestas matérias, visando o reforço do reconhecimento e o aumento da confiança das empresas, das organizações em geral nos resultados das atividades de avaliação da conformidade e na sua relevância para a economia, para as empresas e para a sociedade em geral;
- Será dada continuidade à políticas de cooperação, no âmbito do desenvolvimento e consolidação de sistemas e infraestruturas nacionais para a Qualidade noutros países, privilegiando os países da CPLP, através da participação do IPQ em parcerias e em projetos de cooperação; reforçando a intervenção e o reconhecimento internacional, fomentando a certificação de empresas e produtos e contribuindo para o aumento da formação em qualidade e contribuindo

Neste âmbito, mantêm-se as expectativas de prosseguir a estratégia de cooperação suportada nos protocolos em vigor, celebrados, respetivamente, com o Instituto Angolano de Normalização e Qualidade (IANORQ) e com o Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual de Cabo Verde (IGQPI), contribuindo para o fortalecimento do espaço de cooperação com estes Países e no quadro da posição estratégica Portugal no espaço da União Europeia;

- No âmbito das competências regulamentares que lhe estão atribuídas, o IPQ continuará a assegurar o cumprimento dos procedimentos das Diretivas Nova Abordagem, no que diz respeito à notificação, à designação e à qualificação de organismos, mantendo a Comissão Europeia e os Estados membros permanentemente informados dos Organismos Notificados (ON) no âmbito das diferentes Diretivas;
- No quadro das suas responsabilidades e enquanto autoridade competente, o IPQ irá assegurar a transposição para a ordem jurídica nacional das seguintes de Diretivas comunitárias:
 - Diretiva 2014/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-Membros respeitante à disponibilização de recipientes sob pressão simples no mercado;
 - Diretiva 2014/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-Membros respeitante à disponibilização de instrumentos de pesagem não automáticos no mercado;

IV AVALIAÇÃO FINAL

- Diretiva 2014/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-Membros respeitante à disponibilização no mercado de instrumentos de medição (reformulação);
 - Diretiva 2014/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-Membros respeitante à disponibilização no mercado de material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão;
 - Diretiva 2014/68/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-Membros respeitante à disponibilização de equipamentos sob pressão no mercado;
 - 2015/13/UE Diretiva Delegada de 31 de outubro de 2014, que altera o anexo III da Diretiva 2014/32/UE do PE e do Conselho, no que diz respeito à gama de caudais dos contadores de água;
 - 2015/1535/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de setembro de 2015, relativa a um procedimento de informação no domínio das regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação (codificação).
- Finalmente e tendo em conta as novas competências e responsabilidades que o IPQ acolheu na sua missão, em matéria de licenciamento de equipamentos sob pressão e de cisternas, em sequência à publicação do Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, que determinou a extinção por fusão das Direções Regionais de Economia, torna-se necessário concretizar a reestruturação e a estabilização desta atividade no DAESPQ/ULAE, criando condições para responder aos desafios de um novo enquadramento legal e às necessidades dos operadores económicos nacionais, otimizando processos, simplificando e agilizando procedimentos, tendo em vista responder de forma mais eficaz e eficiente às necessidades e às suas solicitações, numa área economicamente relevante e de grande impacto em matéria de segurança de pessoas e bens. Nesse sentido será de prever a desejável desmaterialização documental, em matéria de licenciamento de equipamentos sob pressão e cisternas – um desafio complexo que implica um esforço suplementar do IPQ que responda às expectativas dos operadores económicos e também às imposições legais, nomeadamente, as que decorrem do Sistema de Indústria Responsável (SIR).

B) Medidas de Modernização Administrativa

(art.º 40.º do D.L. n.º 73/2014 e n.º 1 do art.º 2.º do D.L. n.º 74/2014, ambos de 13 de maio)

No âmbito da prestação digital de serviços públicos, as medidas de modernização administrativa que o IPQ desenvolveu em 2015, nomeadamente relativas à *desburocratização, qualidade e inovação* foram as seguintes:

- Enriquecimento *dos serviços disponibilizados via sítio Web institucional*, designadamente a criação de páginas relativas ao Licenciamento de Equipamentos sob Pressão e Cisternas com templates de requerimentos, informação sobre as taxas, legislação aplicável e organismos de inspeção para cada área; disponibilização de informação sobre emails personalizados para a área dos Licenciamentos, criados especificamente para o efeito; melhoria da informação disponibilizada nas FAQ (*Frequently Asked Questions*) com a atualização de dados e inclusão de novos temas; melhoria da informação relativa às ações de formação com possibilidade de envio de email para cada uma das ações

IV AVALIAÇÃO FINAL

individualmente; criação e disponibilização de listas com os Organismos de Verificação Metrológica qualificados para a realização de operações de controlo metrológico, organizados por instrumento, região e distrito/concelho; criação e disponibilização de listas com as moradas, tipo de instrumento/sistema de medição e correspondente despacho de qualificação dos Serviços Municipais e Concelhos de Metrologia e dos OVM; atualização da informação relativa à aplicação do programa nacional de acompanhamento das Boas Práticas Laboratoriais no IPQ, bem como informação complementar relativa a guias, diretivas europeias e legislação nacional, e ainda os pedidos de execução de trabalho no domínio metrológico; melhorias introduzidas ao nível da consulta do catálogo de normas do IPQ e outra informação relativa à venda de publicações; informação referente aos Organismos de Normalização Setorial (ONS), Organismos Gestores de Comissão Técnica (OGCT) e Comissões Técnicas de Normalização; disponibilização do Regulamento (EU) n.º 1025/2012, do Plano de Normalização, atualização da informação relativa às Regras e Procedimentos da Normalização Portuguesa, informação sobre o Prémio da Normalização; subscrição de correspondentes e subscrição da *newsletter*; pedidos de visita ao Museu da Metrologia, entre outros. Para além do atendimento presencial, o IPQ continuou a prestar serviços de forma digital, através da sua progressiva disponibilização de informação na *Internet*.

- Foi conseguido tirar proveito, cada vez maior, do *PROQUAL* enquanto plataforma informática que suporta a atividade dos departamentos e as tarefas associadas aos processos de negócio, assegurando o relacionamento com os cidadãos, os parceiros e as entidades externas que interagem com o IPQ. Este sistema substituiu grande parte das soluções anteriormente existentes e alargou o suporte informático à operação nos vários domínios de atividade do IPQ, assegurando a evolução e facilitando a interação com os seus parceiros, promovendo paralelamente a interligação eletrónica com outras organizações nacionais e internacionais e garantindo desta forma uma otimização do serviço prestado.
- Continuação do desenvolvimento dos trabalhos para *implementação de Sites Colaborativos* autónomos mas integrados, que providenciam funcionalidades de criação e gestão de *sub-sites* setoriais, com administração delegada e com funcionalidades colaborativas que o IPQ pretende disponibilizar às entidades que consigo cooperam. É objetivo, por um lado, proporcionar a essas entidades ferramentas que as auxiliem no desempenho das suas funções e, por outro, contribuir para a homogeneidade das suas contribuições, para a manutenção de cadastros de informação comuns e para a integração nos processos em que participem. Tem-se em vista a implementação do conceito de “grupo de trabalho”, com calendários, gestão de tarefas, *chats*, *wikis*, repositórios e fluxos de tratamento documental comuns. No futuro os *sub-sites* colaborativos deverão prever dois tipos de utilizadores/as: Público em geral, para o qual o *site* constitui a presença *Web* da entidade e Membros aos quais o *site* proporciona ferramentas colaborativas. O sistema deverá aceder a mecanismos que permitam autenticar os/as utilizadores/as do *site* (uso de certificados digitais do Cartão do Cidadão).

* Na *Metrologia* a solução fornecerá ferramentas de colaboração adequadas ao desenvolvimento e gestão da atividade dos Organismos de Verificação Metrológica inclusive no seu contacto com o IPQ.

* Ao nível da *Normalização* a solução proporcionará sobretudo aos Organismos de Normalização Setorial e às Comissões Técnicas um suporte efetivo à sua atividade - agendamentos, gestão de tarefas, presença *online*, repositórios e partilha de informação, entre outros.

IV AVALIAÇÃO FINAL

* No *departamento de Assuntos Europeus e SPQ* o trabalho colaborativo será efetuado com as Comissões Setoriais, sendo que o sistema irá contribuir eficazmente para a manutenção dos cadastros e possibilitará ao IPQ a monitorização das atividades das mesmas.

- Continuação do desenvolvimento dos trabalhos para implementação e otimização da *Loja Eletrónica* destinada à aquisição de publicações do IPQ.

Relativamente ao ano 2015, a **avaliação da aplicação de parte das medidas anteriormente referidas**, foi efetuada através de *inquérito de avaliação da satisfação* junto dos/as utilizadores/as das novas funcionalidades, efetuado por uma entidade independente, e cujos resultados foram acompanhados no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade do IPQ.

A **previsão das poupanças associadas às medidas** identificadas deverá ser relevante ao longo dos próximos anos, essencialmente ao nível dos recursos materiais, temporais e financeiros.

Em relação a 2015, algumas das ações acima identificadas permitiram:

- reduzir os custos associados ao processamento e envio de documentação;
- reduzir o tempo despendido em tarefas de cariz administrativo e financeiro, beneficiando a produtividade e eficiência dos/as trabalhadores/as;
- melhorar a qualidade do serviço prestado e reduzir os tempos de espera e de atrasos, aumentando a satisfação dos parceiros, conforme comprovou a melhoria generalizada de resultados obtidos no inquérito de avaliação da satisfação;
- diminuir as hipóteses de extravio de documentos;
- otimizar a gestão e controlo dos processos, em especial em relação aos desenvolvidos por entidades externas, bem como facilitar a consulta de documentos.

A automatização e desburocratização dos processos diários, promoveu a produtividade e a eficiência global do serviço prestado pelo IPQ.

Em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, o IPQ tem vários mecanismos de controlo que quantificam as solicitações entradas e as respetivas respostas, sendo de destacar o sistema PROQUAL/CRM, no controlo do serviço Questionar, das Reclamações, dos pedidos de execução de trabalho, entre outros. O próprio BSC também permite a monitorização mensal do trabalho realizado, existindo ainda um outro conjunto de indicadores controlado no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade do IPQ, não se justificando a criação de indicadores adicionais para quantificar as respostas dadas aos clientes.

ANEXOS

Mapa de execução do QUAR 2015

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2015

Versão: 26-01-2015											
Ministério da Economia											
Serviço: Instituto Português da Qualidade, I.P.											
<p>MISSÃO: Desenvolver políticas, disponibilizar infraestruturas e metodologias, facilitadoras da afirmação da especificidade e da competitividade do tecido sócio económico nacional, num contexto de globalização, através dos subsistemas da Normalização, da Metrologia e da Qualificação e da participação integrada da sociedade no desenvolvimento harmonioso do SPQ.</p> <p>VISÃO: Afimar o SPQ como suporte ao desenvolvimento da Qualidade em todos os setores de atividade, em Portugal, contribuindo para o incremento da produtividade e da competitividade nacionais, para a melhoria da Qualidade de Vida dos cidadãos e para uma cultura da Qualidade.</p>											
Objetivos Estratégicos											
OE1 Consolidar a elevada satisfação dos/as clientes e stakeholders ;											
OE2 Assegurar a visibilidade e acessibilidade no uso das Normas pelos agentes económicos, particularmente nas PME, como fator de incremento da competitividade e da inovação;											
OE3 Garantir o rigor das medições da rede metrológica nacional para apoio à indústria, credibilidade das transações comerciais, defesa do/a consumidor/a, operações fiscais, segurança, saúde, energia, ambiente e das atividades económicas em geral;											
OE4 Assegurar sustentadamente o desenvolvimento do Sistema Português da Qualidade (SPQ) contribuindo para o aumento da competitividade, produtividade dos agentes económicos e qualidade de vida dos/as cidadãos/ãs.											
Objetivos Operacionais											
Eficácia										Ponderação	50%
O1. Aumentar em 1% a produção de documentos normativos editados em português										Peso	35%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 1. Número de documentos normativos.	361	365	369	4	458	100%	4	371	100%	Atingiu	
O2. Devido às restrições económicas atuais manter em 2015, a meta de faturação de 2014 da metrologia										Peso	35%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 2. Faturação (k€)	3471	3488	3488	33	3540	100%	4	3612	160%	Superou	
O3. Realizar e/ou intervir em eventos que tenham como objetivo a promoção da avaliação da conformidade, nomeadamente certificação, para consolidação e abrangência do SPQ										Peso	30%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 3. Número de eventos seminários, workshops, congressos, encontros, ações de formação, etc.).	32	34	36	2	39	100%	4	39	125%	Superou	
Efiência										Ponderação	30%
O4. Manter o número de Certificados/Relatórios /Boletins de 2014 por FTE										Peso	50%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 4. Número de Operações Metroológicas executadas por FTE.	150,5	151,5	151,5	1,5	154	100%	4	185,7	528%	Superou	
O5. Reduzir o tempo médio de edição dos documentos normativos em português melhorando a acessibilidade por parte dos agentes económicos nacionais, aos documentos normativos.										Peso	50%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 5. Tempo médio de edição desde que entrem pela primeira vez no ano e até 15 de outubro em dias úteis	44,5	44,0	43,0	1	41,5	100%	4	42,5	100%	Atingiu	
Qualidade										Ponderação	20%
O6. Manter o nível global de satisfação dos/as clientes e entidades do SPQ, a medir por inquérito anual no âmbito do SGQ.										Peso	100%
INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 6. Índice de satisfação dos/as clientes e entidades do SPQ (escala de 1 a 10)	7,6	7,6	7,6	0,1	7,8	100%	4	7,7	100%	Atingiu	
Objetivos Relevantes: 01, 02 e 06											

ANEXO A1

JUSTIFICAÇÃO DO VALOR CRÍTICO

IND 1 Valor histórico mais elevado

IND 2 Aumento de 1,5% em relação ao valor a atingir.

IND 3 Valor da meta acrescida da tolerância reforçada em 50%

IND 4 Aumento de 2% acima da meta de 2013, e de 1,3% acima da meta de 2014.

IND 5 Apesar da conjuntura económica melhorou-se o valor crítico em 1,2% relativamente ao do ano anterior.

IND 6 Melhorado o valor crítico do ano anterior em 1,2%.

Recursos Humanos							
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	EFFECTIVOS PLANEADOS	PONTOS PLANEADOS	EFFECTIVOS REAIS MPT aprovado	PONTOS PLANEADOS novo Mapa PT	PONTOS EXECUTADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção Superior	20	3	60	3	60	48	-12
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	9	144	9	144	99	-45
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	61	732	61	732	577	-155
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	2	18	3	27	20	-7
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	29	232	36	288	240	-48
Assistente operacional	5	1	5	1	5	5	0
Total		105	1191	113	1256	989	

Recursos Financeiros					
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	AJUSTADOS	EXECUTADOS	DESVIO	
Orçamento de funcionamento	6.024.145	5.745.827	5.356.299	389.528	
Despesas c/ Pessoal	3.265.904	3.249.890	2.860.389	389.501	
Aquisições de Bens e Serviços	1.723.542	1.376.772	1.376.752	20	
Transferências correntes	439.304	642.869	642.867	2	
Outras despesas correntes	364.545	197.183	197.182	1	
Despesas de capital	230.850	279.113	279.109	4	
PIDDAC				0	
				0	
				0	
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	6.024.145	5.745.827	5.356.299	389.528	

Parâmetros			AVALIAÇÃO FINAL
Eficácia	Eficiência	Qualidade	
128%	314%	100%	178%

Indicadores	Fonte de Verificação
IND 1	Ordens de Distribuição (de documentos normativos)
IND 2	ERP de gestão
IND 3	Base de dados de eventos (My IPQ)
IND 4	Base de dados de RH e CRM
IND 5	Balanced ScoreCard do IPQ
IND 6	Estudo de satisfação por entidade externa

Legislação de referência no domínio da Qualidade publicada em 2015

- *Newsletter Espaço Q n.º 106, janeiro 2015*
<https://c04831557dc59a6e635868a797c61a4bb90b15adwww.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGfkFMUXRkWHRfVk9aNI81OEFWWXlwM2ZtUmJNWmt4bFpuWWFNak9RZWI2S3M/>
- *Newsletter Espaço Q n.º 107, fevereiro 2015*
<https://29658f76a22fa27fd7cd2278b16ec2da6d2b41d3www.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGfmINQlYtU96QzI3S0pXeTZrZnNYbnLX0tjUUDlMnViZDZ6NE0zRFRpaGs/>
- *Newsletter Espaço Q n.º 108, março 2015*
<https://9124e46af48dd3a693e6bbde6aa0e91297b850b7www.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGflo0WU9DNld4VXdBLWUzNEXiMUN2UHo0eUdfellxbXNfc3NSRi1MNWJ3bXM/>
- *Newsletter Espaço Q n.º 109, abril 2015*
<https://928958e30dddb6d28a7086aa78d1d08c8fb61511www.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGfkRaODNWbjAyb1ZFUEIMTXdyaW82MidJTDFwczHZ5TTJUcnZOdzFFZ0txaHM/>
- *Newsletter Espaço Q n.º 110, maio 2015*
<https://547a16dfee72917e0bca9d79ed5b28e930918ab5www.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGfjg2N204eVhBdEpEY09FbGF1RmYwUUV6aWpycmN5eIVnZGk4QThOc0RHZHM/>
- *Newsletter Espaço Q n.º 111, junho 2015*
<https://b80e11978a0f4772fb3e06efe444a7e94f524db2www.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGfjXOUVWMkt0VG1WUm9ZcmVITHJQWEZNYmNCRXZ2Ty1fdy0zWDBwSVFzU0E/>
- *Newsletter Espaço Q n.º 112, julho 2015*
<https://5fb0b736aa3a1769c22d3f5d5e4b1c4a4f8b382dwww.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGfmhxR09RQmt1QmdvbzJCMkh2d2pDRmhOTUhpMnJ3M0JnZzhyNjg1NGVoZW8/>
- *Newsletter Espaço Q n.º 113, setembro 2015*
<https://b745c5aa5d3b209241d011fb76c2cbd2c91c47f2www.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGajFaTE0xR0ZWMM8/>
- *Newsletter Espaço Q n.º 114, outubro 2015*
<https://aea0de67203784c49d60ba81ab2e8378a5089599www.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGUWs5amJ3QWNIZTQ/>
- *Newsletter Espaço Q n.º 115, novembro 2015*
<https://74fa92dd00dc7cf7c4697293f13d93e4774823bbwww.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGRG9OQmRyWE9HalE/>
- *Newsletter Espaço Q n.º 116, dezembro 2015*
<https://b87ed96825916169c140660db174f0d395d86b3bwww.googledrive.com/host/0B8xWRBDB32eGZmhZODJlc0Nqelk/>

Organismos europeus e internacionais com participação institucional do IPQ

METROLOGIA

- BIPM – *Bureau International des Poids et des Mesures*;
- EURAMET – *European Association of National Metrology Institutes*;
- OIML – *Organization International de Métrologie Légale*;
- WELMEC – *European Legal Metrology Cooperation*;
- Comissão Europeia – *Comité Instrumentos de Medição*.

INFORMAÇÃO

- CNRT – *Comité de Normas e Regras Técnicas*;
- EFSD – *European Forum for Standards Diffusion*;
- INFCO – *ISO Council Committee on Information*.

NORMALIZAÇÃO

- CEN – *European Committee for Standardization*;
- CENELEC – *European Committee for Electrotechnical Standardization*;
- ECISS – *European Committee for Iron and Steel Standardization*;
- ETSI – *European Telecommunications Standards Institute*;
- IEC – *International Electrotechnical Commission*;
- ISO – *International Organization for Standardization*.

OUTRAS ATIVIDADES

- EFQM – *European Foundation for Quality Management*;
- ECPSA – *European Consumer Product Safety Organization*;
- COPANT – *Comisión Panamericana de Normas Técnicas*;
- COPOLCO ISO – *Committee on Consumer Policy (observador)*;
- DEVCO – *ISO Development Committee*

Lista de atividades de divulgação técnico-científica da Metrologia

Eventos organizados

- *Workshop* do projeto EMRP-SIB10- NOTED (LTE) – IPQ: 25 de fevereiro;
- *Workshop* “EMPIR 2015 project formulation workshop (LTE) – IPQ: 25 de fevereiro;
- Reunião EURAMET do CT da Termometria e do Subdomínio da Humidade (LTE) – IPQ: de 25 a 27 de fevereiro de 2015;
- Expo SPQ: Sessão Temática “A Metrologia na Saúde”, Matosinhos, 13 de novembro de 2015;
- FCT-UNL: 8 de abril de 2015;
- Dia Mundial da Metrologia – IPQ, 20 de maio de 2015;
- Metrologia para administração de fármacos -MEDD, IPQ: 2 outubro de 2015;
- *Workshop* “Normalização: Uma Ponte para a Inovação” – IPQ: 3 de novembro de 2015;
- Fórum Metrologia – “Promoção da Estratégia do Sistema Nacional de Metrologia” – IPQ: 18 de dezembro de 2015.

Publicações/Artigos

Revistas Nacionais

1. F. Saraiva, D. Guedes, R. Martins, E. Filipe “Rastreabilidade Metrológica em Medições de Rugosidade”, Revista SPMet “Medições e Ensaios n.º10; 2015, ISSN 2182-5424
2. F. Saraiva, “Rastreabilidade Metrológica do ângulo Plano e a Cristalografia”, em 19.^a Conferência Nacional de Física | 24.º Encontro Ibérico para o Ensino da Física, Actas / Proceedings, versão digital PDF, IST PRESS - Instituto Superior Técnico, 2015, ISBN: 978-989-8481-45-0
3. O. Pellegrino, A. Alves, A. Furtado “Espectrofotometria – Refratometria no IPQ”, Livro de Resumos do XXIV.º Encontro Nacional da Sociedade Portuguesa de Química, 1-3 de julho 2015 Coimbra, Portugal
4. E. Batista, N. Almeida, E. Filipe, “Estudo de desempenho de micropipetas”, Revista Medições e Ensaios n.º 10, Janeiro 2015
5. Guia Nacional para as Boas práticas em Metrologia na Saúde. Comissão Setorial para a Saúde. ISBN 978-972-763-158-2. Edição IPQ, 2015.

Revistas Internacionais

6. Ferreira, M.; Matos, A.; Leal, P. (2015). Evaluation of the role of metrological traceability in health care: a comparison study by statistical approach. Accreditation and Quality Assurance. Volume 20, Issue 6 (2015), Page 457-464.
7. Ferreira, M.; Sofia, A. (2015). Metrology survey applied in health care facilities: evaluation and outcome analysis. NCSLI Measure J. Meas. Sci. 10(1): 24-27.
8. Ferreira, M.; Sofia, A. (2015). Metrology in health: a pilot study. Journal of Physics: Conference Series. 588: 12-18. DOI:10.1088/1742-6596/588/1/012018.
9. R Thalmann, G B Picotto, M Matus, L Carcedo, B Hemming, O Ganioglu, L De Chiffre, F Saraiva et al, “Calibration of surface roughness standards”, Metrologia, Volume 53, 2016, Technical Supplement 04001

10. Elsa Batista et al., “Primary standards for measuring flow rates from 100 nL/min - gravimetric principle”, *Biomed Eng. Tech* 2015 60(4) 301-316
11. O. Pellegrino, I. Godinho, C. Oliveira, E. Filipe, “SI Physiological Units”, *International Journal of Metrology and Quality Engineering*, Vol.6, Aug. 2015, pp 203-205.
12. E. Batista, N. Almeida, E. Filipe, “A Study of Factors that Influence Micropipette Calibrations”, *Measure* Vol. 10 N.º 1, março de 2015
13. Furtado, A., Pellegrino, O., Pereira, J., Filipe, E., “Oscillation-type density meter calibration in viscosity by ICUMSA sucrose solutions”, XXI IMEKO World Congress, Prague, Czech Republic, Book of Proceedings, Issue: 1, ISBN: 978-80-01-05793-3, TCo9 Flow Measurement, August 30 to September 4 2015.
14. Elsa Batista, Nelson Almeida, Andreia Furtado, Eduarda Filipe; Luís Sousa, Rui Martins; Peter Lucas, Harm Tido Petter; Roland Snijder, Annemoon Timmerman, “Assesment of drug delivery devices”, *Biomed.Eng.- Biomed.Tech.*, maio 2015
15. Hugo Bissig, Harm Tido Petter, Peter Lucas, Elsa Batista, Eduarda Filipe, Nelson Almeida, Luís Ribeiro, João Gala, Rui Martins, Benoit Savanier, Florestan Ogheard, Anders Koustrup Niemann, Joost Lötters, Wouter Sparreboom, “Primary Standards for Flow Rates from 100 nL/min to 1 mL/min - Gravimetric Principle”, *Biomed.Eng.-Biomed.Tech.*, maio 2015
16. Furtado, A., Moura, S., Pereira, Moutinho, J., Oliveira, F., Godinho, I., ”The importance of the use of adequate reference materials in density measurements performed in hemodialysis treatments.”, *Measurement*, 79: 349-353. doi:10.1016/j.measurement.2015.07.032
17. Batista, E., Almeida, N., Furtado, A., et al., “Assessment of drug delivery devices. *Biomedical Engineering*”, *Biomedizinische Technik*, doi:10.1515/bmt-2014-0138
18. Furtado, A., Moutinho, J., Moura, S., Oliveira, F., Filipe, E., “The role of adequate reference materials in density measurements in hemodialysis”, *Journal of Physics: Conference Series* 588 (2015) 012053 doi:10.1088/1742-6596/588/1/012053
19. Batista, E., Furtado, A., Almeida, N., Moura, S., Martins, R., Sousa, L., Filipe, E., “Calibration of infusion pumps using liquids whose physical properties differ from those of water”, *Journal of Physics: Conference Series* 588 (2015) 012053 doi:10.1088/1742-6596/588/1/012053

Palestras e Seminários

Comunicações orais em conferências científicas

20. O. Pellegrino, C. Pires, A. Alves, “Fotometria – Radiometria no IPQ”, 6.º Encontro Nacional da SPMet, CTCV, Coimbra, 2015
21. C. Pires, O. Pellegrino, “Cinemometria, Luz e Imagens”, 6.º Encontro Nacional da SPMet, CTCV, Coimbra, 2015
22. Elsa Batista, Eduarda Filipe, Hugo Bissig, Harm Tido Petter, Peter Lucas; Florestan Ogheard; Anders Koustrup; Niemann “EMRP-MeDD”, ISFFM 2015”, Washington, USA, Abril 2015
23. Elsa Batista, Nelson Almeida, Andreia Furtado, Eduarda Filipe, Luis Sousa, Rui Martins, Peter Lucas, Harm Tido Petter, Roland Snijder, Annemoon Timmerman, “Assessment of drug delivery devices MeDD final wokshop”, Delft, Holanda, maio 2015

24. O. Pellegrino, A. Alves, A. Furtado, “Espectrofotometria – Refratometria no IPQ”, XXIV Encontro Nacional da Sociedade Portuguesa de Química, Universidade de Coimbra, 1 e 3 de julho de 2015
25. A. Lacerda, A. Tavares, A. Furtado, E. Batista, I. Loio, S. Gentil, M. Oliveira, I. Godinho, E. Filipe, “A influência da leitura do menisco na calibração de instrumentos de medição nas áreas da temperatura, massa volúmica e volume”, 6.º Encontro Nacional – SPMet, CTCV, Coimbra, 31 de março de 2015
26. David Pinto, Elsa Batista, Eduarda Filipe, Helena Navas, “Desenvolvimento e Instalação de padrão para medição de caudal de gás para calibração de caudalímetros”, Encontro de jovens investigadores - VI Encontro Troia Lisboa, junho 2015
27. João Martins, Elsa Batista, Vitor Silvino, Eduarda Filipe, Rui Martins, “Caraterização de Contadores de Microcaudal”, Encontro de jovens investigadores - VI Encontro Troia, Lisboa/junho 2015
28. Hugo Bissig, Harm Tido Petter, Peter Lucas, Elsa Batista, Eduarda Filipe, Nelson Almeida, Luis Filipe Ribeiro, João Gala, Rui Martins, Benoit Savanier, Florestan Ogheard, Anders Koustrup Niemann, Joost Lötters, Wouter Sparreboom, “ Metrological assessment of micro-flow meters and drug delivery devices in the scope of the EMRP project "MeDD", CIM 2015 Paris, setembro 2015
29. Elsa Batista, “ Apresentação de resultados do projeto EMRP-MeDD”, Metrologia para administração de fármacos Caparica, outubro 2015
30. Elsa Batista, “ Apresentação de resultados do projeto EMRP-MeDD”, Novos desafios e projetos no âmbito da metrologia na saúde, Caparica, outubro 2015
31. João Pedro P. O. de Castro Martins, Elsa M. I. Batista, Vitor N. Silvino, Eduarda Filipe, Rui F. Martins “Desenvolvimento e instalação de padrão para medição de caudal de gás para calibração de caudalímetros”, VI Encontro de Investigadores da Qualidade, Instituto Superior de Educação e Ciências, 5 de junho de 2015
32. O. Pellegrino, “Metrologia da Luz e respetivos padrões”, Simpósio de metrologia 2015, ISEP, Porto, 2015
33. M. Ferreira, “Metrologia aplicada à Saúde”, Metrologia para administração de fármacos-MEED, Caparica, 2 outubro 2015.
34. M. Ferreira, “Guia de Boas Práticas para a Metrologia na Saúde”, VI Encontro de Investigadores da Qualidade, Lisboa, 6 junho 2015
35. M. Ferreira, “Abordagem Metrológica da Inovação Sistemática aplicada aos Serviços de Saúde”, VI Encontro de Investigadores da Qualidade, Lisboa, 6 junho 2015
36. M. Ferreira, “A Importância da Metrologia na Engenharia Industrial Aplicada aos Serviços de Saúde”, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Caparica, 1 abril 2015.

Comunicações por painel em conferências científicas

37. C. Pires, O. Pellegrino, E. Filipe “News about the metrological verifications of speedmeters at IPQ”, CIM 2015 17e Congrès International de Métrologie“, Paris, 21 a 24 de setembro 2015
38. A. Alves, O. Pellegrino, E. Filipe “Spectrophotometry in transmission at IPQ”, CIM 2015 17e Congrès International de Métrologie“, Paris, 21 a 24 de setembro 2015
39. S. L. Santos; F. Martins; F. Saraiva; e outros “Alteração Dimensional de Dois Silicones de Adição”, Póster, XXIV Congresso da Ordem dos Médicos Dentistas, Lisboa, 12 - 14 novembro 2015
40. P. Branco; F. Martins; F. Saraiva; e outros, “Alteração dimensional de materiais de impressão após 6 meses de armazenamento”, Póster, XXIV Congresso da Ordem dos Médicos Dentistas, Lisboa, 12 - 14 novembro 2015

Workshops, Conferências e Seminários

- *Workshop* do projeto EMRP-SIB10- NOTED, IPQ 25 de fevereiro de 2015
- 6.º Encontro Nacional da SPMet, “LUZ, VISÃO e IMAGEM - Medição e Inovação”, CTCV, Coimbra, 31 de março de 2015
- GAWG *Particulate Workshop*; BIPM, 15 de abril de 2015
- *Workshop*: “Desenvolvimento Responsável da Nanotecnologia”, ISQ Oeiras, 18 de maio de 2015
- Simpósio de Metrologia – SimpMet 2015, ISEP, Porto, 27 de maio de 2015
- “CIM 2015 17eme Congrès International de Métrologie“, Paris, 21 a 24 de setembro de 2015
- Seminário: “Metrologia para administração de fármacos”, IPQ, 2 de outubro de 2015
- *Workshop* “On results of project ‘Angles’ (JRP SIB 58)”, CEM – Tres Cantos, 28 de outubro de 2015
- *Workshop*: “Normalização: Uma Ponte para a Inovação”, IPQ, 3 de novembro de 2015
- Encontro de avaliadores de laboratórios 2015, IPAC, 4 de dezembro de 2015.

Relatórios

Relatórios de Projetos

- EURAMET TC-Quality QMS Annual Report for the year 2014 by IPQ

Relatórios de Ensaios de Comparação Interlaboratorial (ECI)

- Resultados “EAp – Emissões Gasosas”, IPQ
- EAp CL-MUL/1-2013 – Multímetro
- CL-CA/1-14 - Calibração de um contador de água
- EAp CL-TV/1-2013 Calibração de Termómetros de Vidro de Dilatação de Mercúrio

Info IPQ

- 01/2015: 16.ª Reunião do EURAMET/METCHEM *Gas Working Group*
- 03/2015: 9.ª Reunião do Comité Técnico dos TC-*Chairs* e da Direção da EURAMET
- 04/2015: Reunião do Grupo de Trabalho da Massa Volúmica e Viscosidade (CCM-WGDV) e 15.ª Reunião do Comité Consultivo da Massa e Grandezas Derivadas (CCM)
- 05/2015: Reunião do Comité Técnico do domínio da Acústica, Ultrassons e Vibrações (TCAUV), e dos Subcomités dos domínios da Aceleração e Vibrações (SC-V) e da Acústica (SC-A) no âmbito da EURAMET
- 06/2015: 10.ª Reunião do Comité Técnico da EURAMET para a área da Qualidade, TC-Q
- 08/2015: Reunião do Comité Técnico do Tempo e Frequência da EURAMET TC-TF
- 10/2015: CCQM 33.ª Reunião do Grupo de Trabalho *Gas Analysis* e CCQM *Particulate Workshop* (GAWG)
- 11/2015: Reunião do Comité Técnico da EURAMET para o domínio da massa e grandezas derivadas
- 12/2015: 15.ª Reunião do grupo de trabalho de caudal do CCM – WGFF
- 13/2015: Reunião EURAMET do Comité Técnico do Caudal (TC-F) de 2015
- 14/2015: Reunião do Subcomité Técnico do domínio de Baixa Frequência (SC-LF) do TC da Eletricidade e Magnetismo (TC-EM) no âmbito da EURAMET.

ANEXO A4

- 15/2015: Reunião do Subcomité Técnico do domínio da Tensão Contínua e metrologia Quântica (SC-DC&Q) do TC da Eletricidade e Magnetismo (TC-EM) no âmbito da EURAMET.
- 16/2015: 10.^a Reunião do Comité Técnico dos TC-Chairs
- 17/2015: Reunião do projeto EMRP JRP SIB6o *Metrology for long distance surveying*.
- 21/2015: Reunião inicial do Projeto EMPIR 14IND06 pres2vac – *Industrial Standards in the Intermediate Pressure-to-Vacuum Range*
- 22/2015: Reunião dos *contact persons* do Comité Técnico do domínio da Eletricidade e Magnetismo (TC-EM) no âmbito da EURAMET
- 23/2015: 17.^a Reunião BIPM dos Diretores de Laboratórios Nacionais de Metrologia e *Workshop CIPM-MRA*
- 24/2015: 9.^a Reunião do Comité Técnico da EURAMET para a área de Comprimento, TC-L
- 26/2015: Colóquio *Scientific and Fundamental Aspects of the Galileo Programme*
- 28/2015: 10.^a Reunião do Comité Consultivo para a Acústica, Ultrassons e Vibração (CCAUV) do CIPM.

Newsletter “Espaço Q”

- 2015 - Ano Internacional da Luz
- Dia Mundial da Metrologia 2015 - As Medições e a luz
- Protocolo IPQ – LNEC
- Novo serviço de calibração no laboratório de volume do IPQ
- *Peer review* ao INRIM no âmbito do Projeto EURAMET 1123 - *On site peer review*
- EMPIR - *Call* em 2015
- IPQ presente na Reunião EURAMET/METCHEM
- Reunião EURAMET do Comité Técnico da Termometria e do Subdomínio da Humidade
- Metrologia na Engenharia - Ordem dos Engenheiros
- Projeto NANoREG e a CT194 - Nanotecnologias
- IPQ colabora com o programa PIPP da FCT/UNL
- 20.^a Reunião EURAMET do Comité Técnico da Metrologia Interdisciplinar
- Avaliação do SGQ do IPQ-LNM no TC-Quality
- Reunião da TC 48 da ISO e do TC 332 do CEN
- 6.º Encontro Nacional da Sociedade Portuguesa de Metrologia
- IPQ participou na EXPO-FCT 2015 “uma mostra de Ciência, Tecnologia e Inovação”
- Aposentação no IPQ
- Nova Presidência da EUROLAB
- Controlo Metrológico Legal de Medidas Materializadas de Comprimento e Sondas
- IPQ na Reunião do Comité Consultivo de Quantidade de Matéria 2015
- Participação do IPQ no 9.º Congresso ISFFM
- Reunião intercalar do Projeto EMRP-SIB58 *Angle*
- Desenvolvimento Responsável da Nanotecnologia
- Metrologia na Ordem dos Engenheiros
- Comemoração do Dia Mundial da Metrologia

ANEXO A4

- SimpMet 2015
- VI Encontro de Investigadores da Qualidade
- IPQ na Assembleia Geral da EURAMET
- EMRP MeDD
- Calibração de densímetros de tubo vibrante e Hidrómetros e Certificação da Massa volúmica de líquidos
- SPQ EXPO – Metrologia
- Seminário do BIPM sobre Incertezas de medição
- Projeto EMPIR ACQ-PRO
- Palestra do Prof. J. M. Rebordão
- Projeto EMRP-SIB60 *Metrology for long distance surveying*
- Ensaio de Comparação no âmbito de SMDC
- Formação de Experimentadores Metrologistas
- Publicação de novas CMC
- Sessão temática Metrologia na Saúde
- Agenda Estratégica da Investigação para a Metrologia na Europa – SRA
- Participação do LNM / IPQ no XXI Congresso IMEKO
- Seminário MeDD – Metrologia para Administração de Fármacos
- Projeto Press2Vac
- Colaboração IPQ – ENMC
- Formação *Trainmic* em Lisboa
- CIM 2015 – 17.º Congresso Internacional de Metrologia
- *Workshop* – Uma Ponte para a inovação
- Guia de Boas Práticas para a Metrologia na Saúde
- Ensaio de Aptidão - Calibração de uma Seringa Perfusora 2015
- Formação em calibração, utilização e Manutenção de Equipamento Volumétrico
- EMRP SIB58 – *Workshop* Estado da arte em metrologia angular
- *Peer Review* ao LNM
- SPQ EXPO 2015 – Fórum da Qualidade
- Ação de formação na área do Tempo e frequência no PTB
- Teses de Mestrado no IPQ
- Formação em calibração de recipientes graduados – NSAI
- EMPIR *Call* 2015
- Especialista em Metrologia
- Curso de Experimentadores Metrologistas

Balanço Social

Balanço Social

2015

março 2016



REPÚBLICA
PORTUGUESA

ECONOMIA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
RECURSOS HUMANOS	
Comparação da Distribuição do nº de Efetivos por Grupo Profissional entre 31-12-2014 e 31-12-2015...	4
Comparação do nº de Efetivos por Serviço e Situação Profissional nos anos de 2014 e 2015	4
Distribuição do nº de Efetivos por Serviço e Situação profissional a 31-12-2015	5
Distribuição do nº de Efetivos por Serviço e por Sexo	5
Distribuição do nº de Efetivos por Situação Profissional	6
Taxa de Vínculo	6
Taxa de Feminização	6
Evolução do nº de Efetivos	6
Taxa de Evolução dos Efetivos	7
Distribuição dos Efetivos por Grupo Profissional	8
Taxa de Tecnicidade	9
Taxas de Enquadramento (Global e Feminização)	9
Distribuição dos Efetivos por Estrutura Habilitacional	10
Distribuição dos Efetivos por Habilitação Literária e Sexo	10
Taxas de Formação Superior (Global, Feminização e Maculinização).....	11
Relação entre a Habilitações Literária e o Sexo (percentagem)	11
Estrutura Etária dos Efetivos	12
Nível Etário Médio	12
Distribuição dos Efetivos por Níveis Etários	12
Caracterização Etária dos Efetivos	13
Relação entre as "Habilitações Literárias" e "Idade"	13
Caracterização Etária dos Grupos Profissionais e sua distribuição por Sexo	14
Distribuição dos Efetivos por Estrutura de Antiguidade na Carreira ou Cargo	15
Estrutura de Antiguidade na Carreira ou Cargo	15
Distribuição dos Efetivos por Níveis de Antiguidade	16
Movimento de Saídas	17
Movimento de Entradas	17
Taxas de Entradas e Saídas	17
Absentismo	18
Taxa de Absentismo	18
Absentismo por Serviço e por Sexo (horas)	18
Absentismo por Serviço (horas)	19
Absentismo por Carreira (horas)	20
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Número de Trabalhadores por Serviço, Abrangidos por Ações de Formação	21
Taxa de Participação	21
Distribuição por Situação Profissional	21
Distribuição dos Participantes por Grupo Profissional	22
Distribuição da Formação Interna/Externa por Grupo Profissional	22
Distribuição das Horas de Formação por Grupo Profissional	22
Custos Totais de Formação	23
Custos de Formação por Serviço	23
Formação Profissional - Dados Comparativos	24
Evolução do nº de Participantes	24
Evolução do nº de Horas	24
Evolução dos Custos de Formação	24
CONCLUSÕES	25
ANEXO (Formulário anexo ao Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro - DGAEP)	26

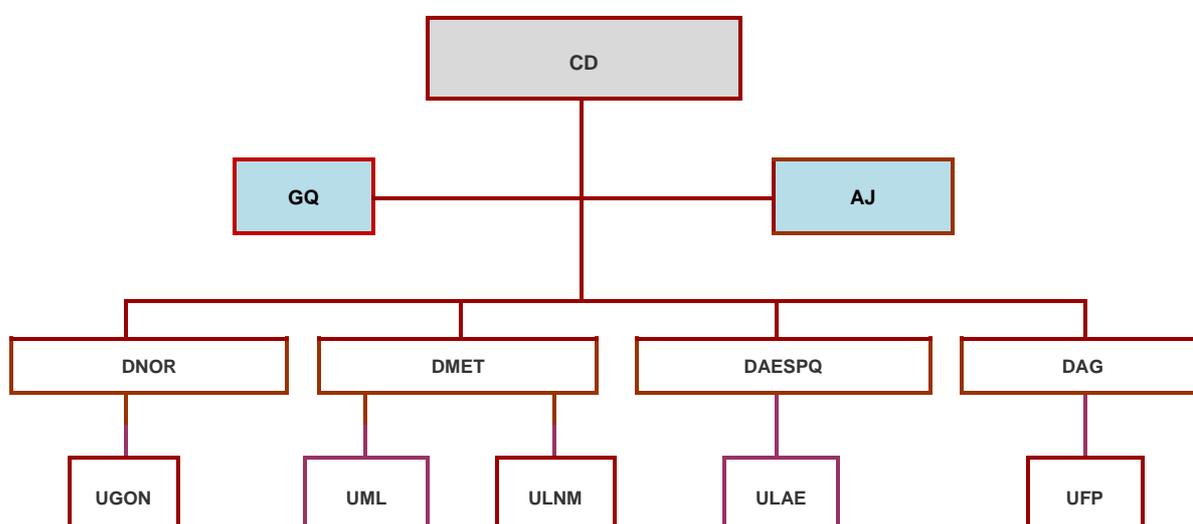
INTRODUÇÃO

O Balanço Social é o documento onde, de forma sistemática e tanto quanto possível quantificada, se recolhem e tratam os dados relevantes para a caracterização da realidade social da organização.

Agrupando um conjunto exaustivo de elementos estatísticos sobre os recursos humanos e sua evolução, pretende-se que o presente Balanço Social constitua um valioso meio de informação e um importante instrumento de gestão, na medida em que só o conhecimento rigoroso de “quem somos”, “o que somos” e “qu岸tos somos” nos permitirá definir as metas a atingir e a política de gestão adequada à sua concretização.

Neste Balanço Social considerou-se a estrutura orgânica em vigor no Instituto, comparando-se os dados por serviço basicamente com o ano de 2014. As comparações evolutivas com mais de 2 anos apenas serão feitas relativamente ao número de efetivos e suas características e formação profissional.

A estrutura orgânica em vigor no IPQ a 31 de dezembro de 2015 era a seguinte:



Sendo que:

CD - Conselho Diretivo e respetivo Secretariado

AJ - Assessoria Jurídica

GQ - Gestão da Qualidade

DAG - Departamento de Administração Geral, que inclui as áreas de Recursos Humanos, Informática, Logística Expediente e uma unidade:

UFP - Unidade Financeira e Patrimonial

DAESPQ - Departamento de Assuntos Europeus e Sistema Português da Qualidade.

ULAE - Unidade de Licenciamento e Assuntos Europeus

DMET - Departamento de Metrologia, que inclui duas Unidades:

ULNM - Unidade Laboratório Nacional de Metrologia

UML - Unidade de Metrologia Legal

Este Balanço Social foi elaborado na ótica dos Postos de Trabalho existentes em 31 de dezembro de 2015.

Dados Técnicos

1. A elaboração do presente documento teve por base o “esquema-tipo” de Balanço Social, utilizado nos anos anteriores, para que seja possível proceder a uma análise comparativa.
2. O presente documento divide-se em dois capítulos: Recursos Humanos e Formação Profissional, dos quais fazem parte diversas rúbricas, que abarcam os aspetos mais relevantes de cada matéria.
3. A maioria dos dados têm como data de referência 31 de dezembro de 2015, com exceção de “Entradas”, “Saídas”, “Absentismo” e “Formação Profissional”, que abrangem a realidade do ano inteiro.
4. Em anexo consta o Formulário anexo ao DL nº 190/96, de 9 de outubro (disponibilizado pela DGAEP).

RECURSOS HUMANOS

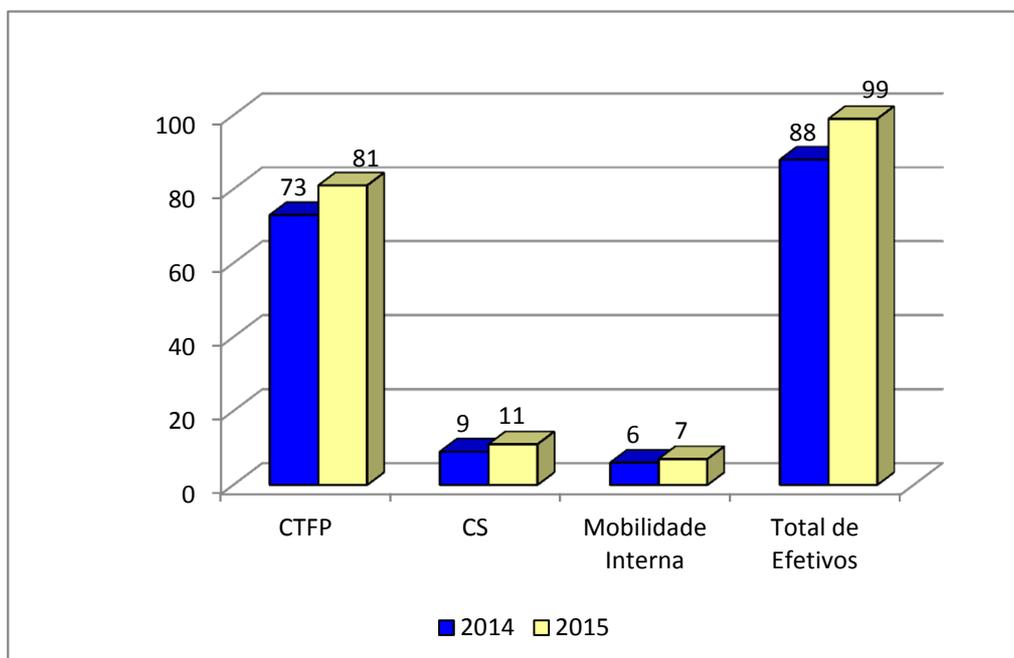
Em 31 de dezembro de 2015 o efetivo global do Instituto era de **99** trabalhadores/as, registando um acréscimo de cerca de 8,8% relativamente à mesma data de 2014, o que veio inverter a tendência decrescente registada no último ano, facto resultante principalmente do processo de extinção/fusão das as Direções Regionais da Economia, que se traduziu na autorização de um novo Mapa de PT para o IPQ com o aumento do número de postos de trabalho para a integração de trabalhadores/as e atividades nas áreas da Qualidade e Metrologia daqueles Organismos.

Conforme poderá ser observado nos mapas e gráficos que seguidamente se apresentam, houve um acréscimo de 11 no número de efetivos, relativamente ao ano anterior.

Comparação da Distribuição do nº de Efetivos por Situação Profissional entre 31-12-2014 e 31-12-2015

Sit. Profissional	Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP)		Comissão de Serviço (CS)		Mobilidade Interna (MI)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Nº de Efetivos						
TOTAL	73	81	9	11	6	7
TOTAL DE EFETIVOS EM 2014				88		
TOTAL DE EFETIVOS EM 2015				99		

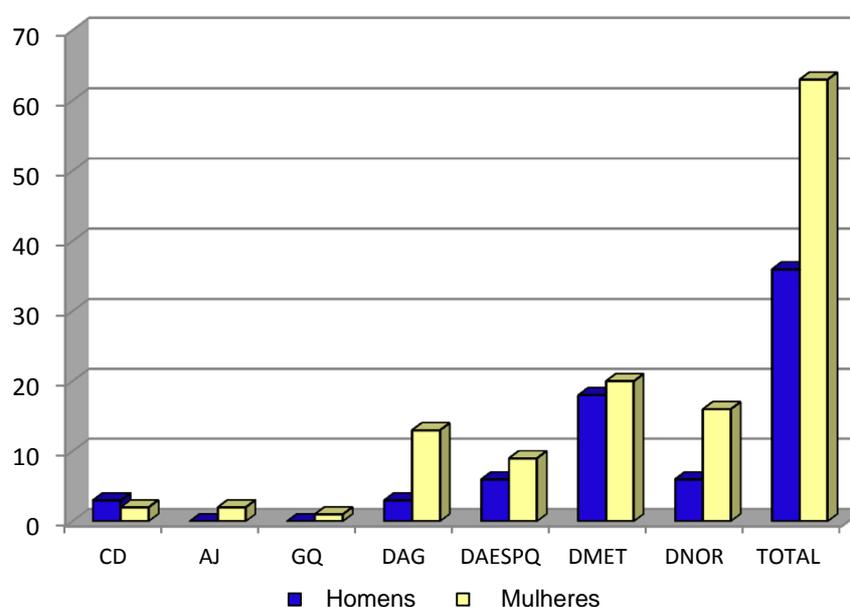
Comparação do nº de Efetivos por Serviço e Situação Profissional nos Anos de 2014 e 2015



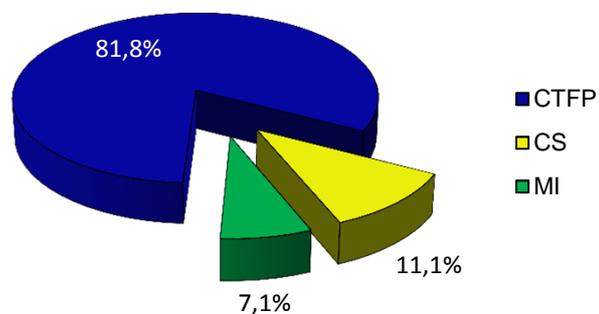
Distribuição do nº de Efetivos por Serviço e Situação Profissional a 31-12-2015

SITUAÇÃO PROFISSIONAL SERVIÇO	CTFP		CS		MI		SUB-TOTAL			TOTAL		
	H	M	H	M	H	M	H	%	M	%	%	
CD		2	3				3	60	2	40	5	5,1
Sub Total	0	2	3				3	60	2	40	5	5,1
AJ		1				1		0	2	100	2	2,0
Sub Total	0	1	0	0	0	1	0	0	2	100	2	2,0
GQ		1					0		1		1	1,0
Sub Total	0	1	0	0	0	0	0	0	1	100	1	1,0
DAG	3	6		1			3	30	7	70	10	10,1
UFP		5		1			0	0	6	100	6	6,1
Sub Total	3	11	0	2	0	0	3	19	13	81	16	16,2
DAESPQ	1	6	1				2	25	6	75	8	8,1
ULAE	3	1		1	1	1	4	57	3	43	7	7,1
Sub Total	4	7	1	1	1	1	6	40	9	60	15	15,2
DMET	1	3		1			1	20	4	80	5	5,1
ULNM	7	11			1	2	8	38	13	62	21	21,2
UML	9	2		1			9	75	3	25	12	12,1
Sub Total	17	16	0	2	1	2	18	47	20	53	38	38,4
DNOR	3	5		1	1		4	40	6	60	10	10,1
UGON	2	9		1			2	17	10	83	12	12,1
Sub Total	5	14	0	2	1	0	6	27	16	73	22	22,2
TOTAL	29	52	4	7	3	4	36		63		99	
%	29,29	52,53	4,04	7,07	3,03	4,04		36,36		63,64		100,0
TOTAL DE EFETIVOS	81		11		7							
%	81,8		11,1		7,1							

Distribuição do nº de Efetivos por Serviço e por Sexo



Distribuição do nº de Efetivos por Situação Profissional



Taxa de Vínculo

CTFP/ Efetivos Globais = **81,8%**
 (Pessoal em C.S. + M.I.) / Efetivos Globais = **18,2%**

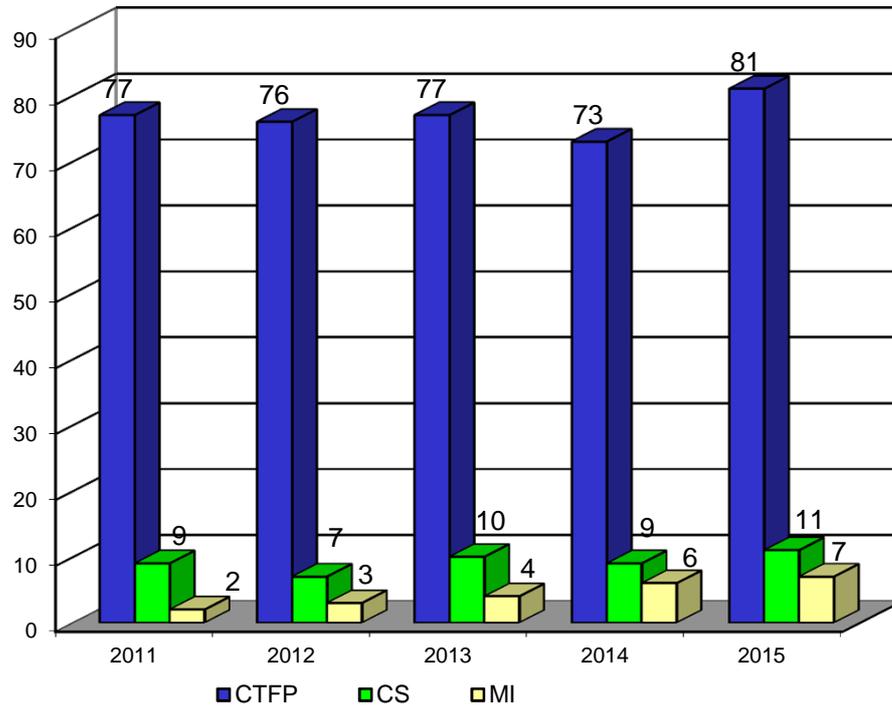
Taxa de Feminização

Total Mulheres / Efetivos Globais = **63,6%**

Evolução do nº de Efetivos

	2011	2012	2013	2014	2015	Diferença Percentual (11-12)	Diferença Percentual (12-13)	Diferença Percentual (13-14)	Diferença Percentual (14-15)
CTFP	77	76	77	73	81	-1,3%	1,3%	-5,2%	11,0%
CS	9	7	10	9	11	-22,2%	42,9%	-10,0%	22,2%
Outras Situações	2	3	4	6	7	50,0%	33,3%	50,0%	16,7%
Total	88	86	91	88	99	-2,3%	5,8%	-3,3%	12,5%

Evolução do nº de Efetivos nos últimos 5 anos



Taxa de Evolução de Efetivos

Registou-se uma taxa de Evolução de Efetivos entre 2014 e 2015 de 8,8%.

Distribuição dos Efetivos por Grupo Profissional

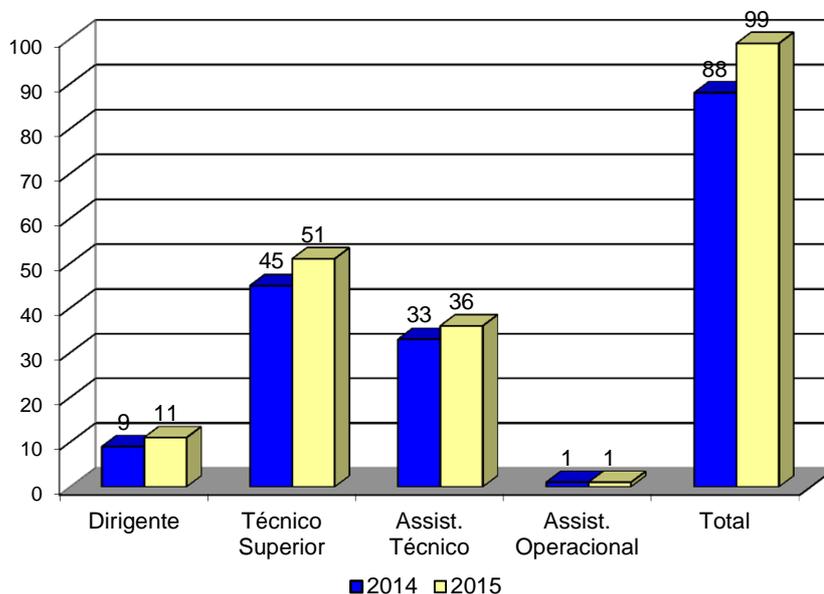
GRUPO PROFISSIONAL		DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	TOTAL	%	
CD	CTFP			2		2	40	
	CS	3				3	60	
	SUB TOTAL	3	0	2	0	5		
AJ	CTFP		1			1	50	
	CS					0	0	
	MI		1			1	3	
	SUB TOTAL	0	2	0	0	2		
GQ	CTFP		1			1	50	
	CS					0	0	
	SUB TOTAL	0	3	0	0	3		
DAG	CTFP		4	5		9	56	
	CS	1				1	6	
	MI					0	0	
	SUB TOTAL	1	4	5	0	10		
	UFP	CTFP			5		5	31
	CS	1				1	6	
	SUB TOTAL	1	0	5	0	6		
	SUB TOTAL	2	4	10	0	16		
	DAESPQ	CTFP		5	2		7	47
		CS	1				1	7
SUB TOTAL		1	5	2	0	8		
ULAE		CTFP		2	2		4	25
CS		1				1	6	
MI		2			2	5		
SUB TOTAL	1	4	2	0	7			
SUB TOTAL	2	9	4	0	15			
DMET	CTFP		1	3		4	10	
	CS	1				1	3	
	SUB TOTAL	1	1	3	0	5		
	ULNM	CTFP		15	3		18	46
	CS					0	0	
	MI		3	1		4	10	
	SUB TOTAL	0	18	4	0	22		
	UML	CTFP		8	3		11	28
	CS	1				1	3	
	SUB TOTAL	1	8	3	0	12		
SUB TOTAL	2	27	10	0	39			
DNOR	CTFP		3	4	1	8	10	
	CS	1				1	1	
	MI		1			1	1	
	SUB TOTAL	1	4	4	1	10		
	UGON	CTFP		5	6		11	14
	CS	1				1	1	
	SUB TOTAL	1	5	6	0	12		
	SUB TOTAL	2	9	10	1	22		
TOTAL	CTFP	0	45	35	1	81	82	
	CS	11	0	0	0	11	11	
	MI	0	6	1	0	7	7	
	Nº	11	51	36	1	99		
	%	11	52	36	1			

Taxa de Tecnicidade

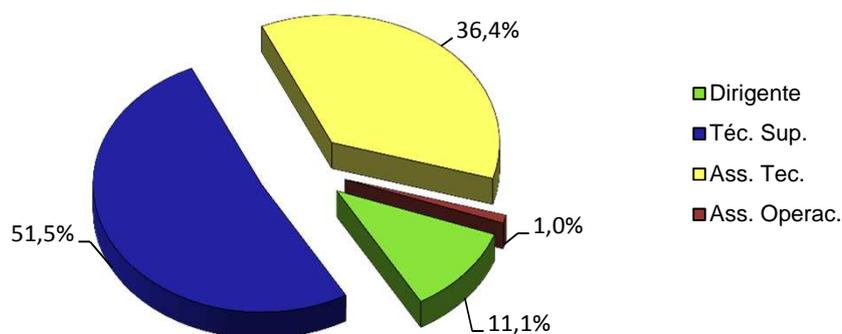
(Pessoal Dirigente + Téc. Sup. + Assistente Técnico) / Efetivos Globais = **98,9%**

A Taxa de Tecnicidade manteve o mesmo valor do ano anterior.

Distribuição dos Efetivos por Grupo Profissional



Peso Relativo dos Grupos Profissionais



Taxa de Enquadramento = Pessoal Dirigente / Efetivos Globais = **11,1%**

Taxa de Enquadramento (Feminização) = Pessoal Dirigente Feminino / Efetivos Globais = **4,4%**

A Taxa de Enquadramento Global apresenta um acréscimo de cerca de 1% relativamente ao ano 2014, o que se deve à nomeação de 3 novos dirigentes.

A Taxa de Enquadramento (Feminização) apresenta um acréscimo de 2,7% relativamente a 2014, porque os 3 novos dirigentes nomeados são mulheres.

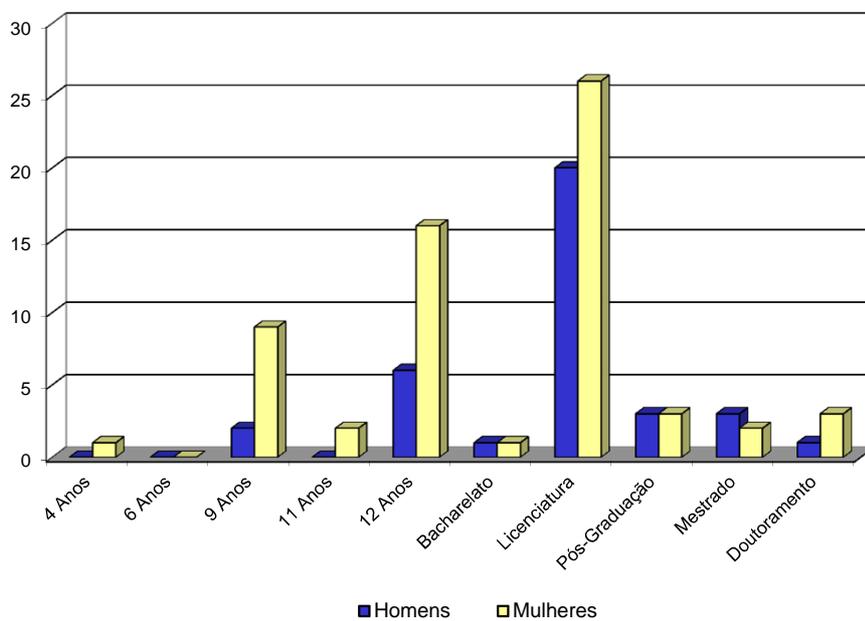
A média desceu um pouco relativamente ao ano anterior, sendo agora de 1 dirigente por cada 9 pessoas.

Continua a registar-se a existência dum número inferior de mulheres (7) ocupando cargos de dirigentes num total de 63, em comparação com o efetivo Masculino, onde existem 4 dirigentes num total de 36 homens.

Distribuição dos Efetivos por Estrutura Habilitacional

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	ESTRUTURA HABILITACIONAL	4 ANOS	6 ANOS	9 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	BACHARELATO	LICENCIATURA	PÓS-GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORAMENTO
CTFP	H			2		6	1	15	2	2	1
	M	1		9	2	16	1	18	2	1	2
	SUB TOTAL	1	0	11	2	22	2	33	4	3	3
CS	H							3		1	
	M							4	1	1	1
	SUB TOTAL	0	0	0	0	0	0	7	1	2	1
MI	H							2	1		
	M							4			
	SUB TOTAL	0	0	0	0	0	0	6	1	0	0
TOTAL	H	0	0	2	0	6	1	20	3	3	1
	%	0,00	0,00	5,56	0,00	16,67	2,78	55,56	8,33	8,33	2,78
	M	1	0	9	2	16	1	26	3	2	3
	%	1,59	0,00	14,29	3,17	25,40	1,59	41,27	4,76	3,17	4,76
Nº		1	0	11	2	22	2	46	6	5	4
	%	1,01	0,00	11,11	2,02	22,22	2,02	46,46	6,06	5,05	4,04

Distribuição dos Efetivos por Habilitação Literária e Sexo



Taxa de Formação Superior

[(Bacharelato + Licenc.+Pós-Graduação+Mestrado+Doutoramento)] / Efetivos Globais = **63,6%**

Taxa de Formação Superior (Mulheres)

[(Bacharelato+Licenciatura+Pós-Graduação+Mestrado) (Mulheres)] / Efetivos Globais = **35,4%**

Taxa de Formação Superior (Homens)

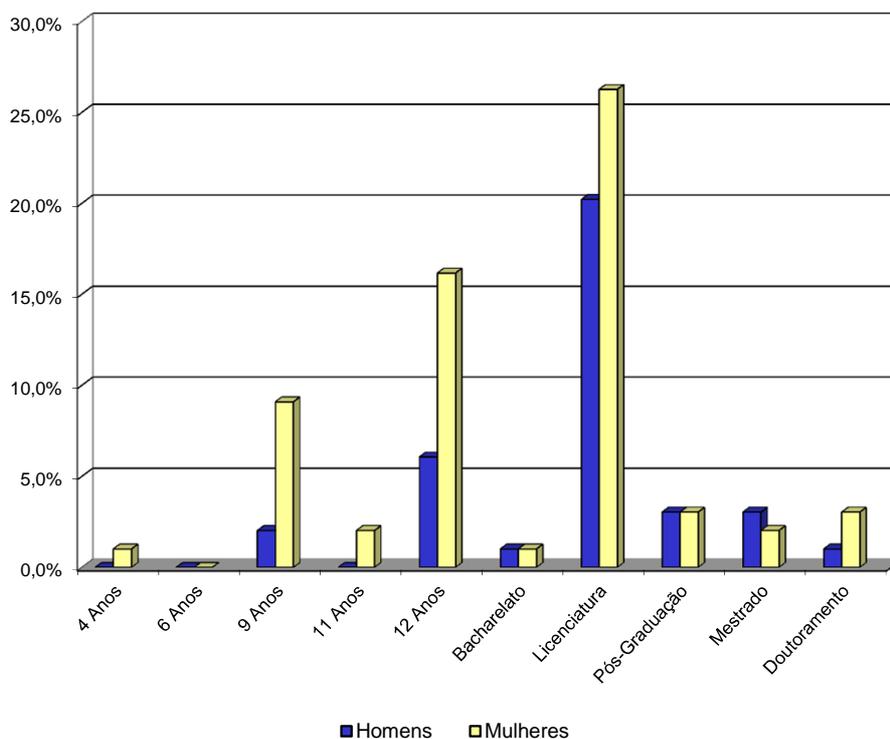
[(Bacharelato+Licenciatura+Pós-Graduação+Mestrado) (Homens)] / Efetivos Globais = **28,3%**

De acordo com a informação fornecida na página anterior, podemos constatar que continua a existir um valor bastante elevado de trabalhadores/as com formação de bacharelato ou superior, que se traduz numa Taxa de Formação Superior de cerca de 63,5% ou seja, mais de metade dos/as trabalhadores/as têm formação superior.

Ao efetuar o cruzamento das variáveis "Habilitações Literárias" e "Sexo", podemos verificar que se mantém a existência de níveis habilitacionais menos elevados na população feminina. Com efeito, até 12 anos de escolaridade a população feminina acumula 44,4% dos seus efetivos, contra apenas 22,2% no caso dos homens.

No gráfico seguinte é possível observar a relação existente entre as habilitações literárias e o sexo, atendendo ao efetivo masculino (36 Homens) e feminino (63 Mulheres).

Relação Entre Habilitação Literária e Sexo (percentagem)

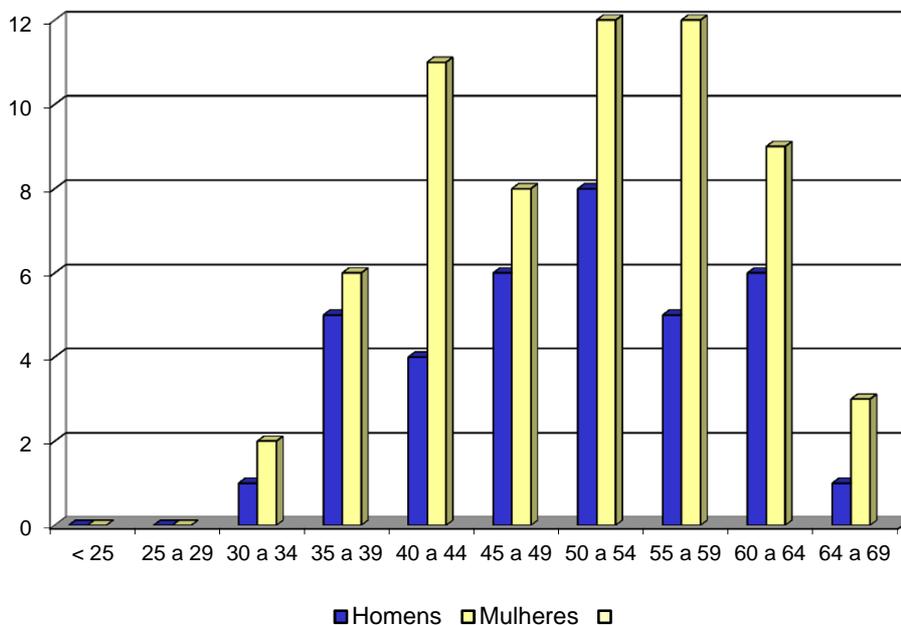


Estrutura Etária dos Efetivos

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	ESCALÕES ETÁRIOS	< 25	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	TOTAL
		CTFP	H				4	4	6	7	4	4
	M			2	6	5	6	10	11	9	3	
	SUB TOTAL		0	2	10	9	12	17	15	13	3	81
CS	H								1	2	1	
	M					4		2	1			
	SUB TOTAL	0	0	0	0	4	0	2	2	2	1	11
MI	H			1	1			1				
	M					2	2					
	SUB TOTAL	0	0	1	1	2	2	1	0	0	0	7
TOTAL	H	0	0	1	5	4	6	8	5	6	1	36
	M	0	0	2	6	11	8	12	12	9	3	63
	Nº	0	0	3	11	15	14	20	17	15	4	99
%	Simplex	0	0	3	11	15	14	20	17	15	4	
	Acumulada	0	0	3	14	29	43	64	81	96	100	

Nível Etário Médio = Soma das Idades / Efetivos Globais = 51

Distribuição dos Efetivos por Níveis Etários



Caracterização Etária dos Efetivos

Ao efectuar uma breve análise da Estrutura Etária dos Efetivos, podemos salientar os seguintes aspetos:

- O nível estário médio é de **51** anos, sendo que 64% dos efetivos globais é composto por trabalhadores/as com menos de 55 anos e apenas 19% tem idade igual ou superior a 60 anos.

- A média de idades dos trabalhadores de ambos os sexos é idêntica (cerca de 50 anos).

Relação entre as Habilitações Literárias e a Idade

Grupo Etário Nível Habilitacional	< 25	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	TOTAL
4 Anos de Escolaridade										1	1
6 Anos de Escolaridade											0
9 Anos de Escolaridade							1	4	5	1	11
11 Anos de Escolaridade							2				2
12 Anos de Escolaridade				2	4	2	5	6	2	1	22
Bacharelato								2			2
Licenciatura			3	7	7	9	10	4	6	1	47
Pós-Graduação				1	3		1		1		6
Mestrado				1	1			1	1		4
Doutoramento						3	1				4
Total	0	0	3	11	15	14	20	17	15	4	99
Percentagem	0,0	0,0	3,0	11,1	15,2	14,1	20,2	17,2	15,2	4,0	
Percentagem Acumulada	0,0	0,0	3,0	14,1	29,3	43,4	63,6	80,8	96,0	100,0	

O cruzamento entre as variáveis "Idade" e "Nível Habilitacional" permite-nos não só acrescentar alguns dados relativamente à caracterização atual dos efetivos, como também efetuar algumas considerações sobre a tendência global da sua evolução.

O grupo etário com maior número de Licenciaturas é o dos "50 a 54", seguido de perto pelo grupo dos "45 a 49" anos.

Existem 4 doutorados/as relativamente jovens, tendo 3 deles uma idade inferior a 50 anos.

A escolaridade ao nível do 4º ano encontra-se no nível etário "65 a 69" anos.

Caracterização Etária dos Grupos Profissionais e sua Distribuição por sexo

GRUPO PROFISSIONAL	ESCALÕES ETÁRIOS	< de 25	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	TOTAL
		1 e 2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	%
DIRIGENTE	H								1	2	1	4
	M					4		2	1			7
	SUB TOTAL	0	0	0	0	4	0	2	2	2	1	11
TÉC.SUPERIOR	H			1	4	3	6	6	2	2		24
	M			2	5	4	6	4	3	4		28
	SUB TOTAL	0	0	3	9	7	12	10	5	6	0	52
ASSISTENTE TÉCNICO	H				1	1		2	2	2		8
	M				1	3	2	6	8	4	3	27
	SUB TOTAL	0	0	0	2	4	2	8	10	6	3	35
ASSISTENTE OPERACIONAL	H											0
	M									1		1
	SUB TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL		0	0	3	11	15	14	20	17	15	4	99

Face aos dados apresentados no quadro acima, podemos verificar que existem algumas diferenças relativamente à estrutura etária dos diversos grupos profissionais.

O grupo profissional que apresenta uma média etária mais elevada (64 anos) é o grupo "**Assistente Operacional**", seguido pelo grupo dos "**Assistentes Técnicos**" com uma média de **54,5** e do grupo dos "**Dirigentes**" com uma média etária de **52** anos. O grupo profissional que apresenta a média etária mais baixa é o dos "**Técnicos Superiores**" apresenta uma média de **47,8** anos.

Cruzando os dados relativos ao "Grupo Profissional" com a distribuição dos efetivos por "Sexo", verifica-se que em todos os casos as mulheres se encontram em maioria. A diferença mais acentuada entre os dois sexos, regista-se no grupo dos "**Assistentes Técnicos**" (27 mulheres e 8 homens), logo seguido pelo grupo dos "**Técnicos Superiores**" com 28 mulheres e 24 homens.

Distribuição dos Efetivos por Estrutura de Antiguidade na Carreira ou Cargo

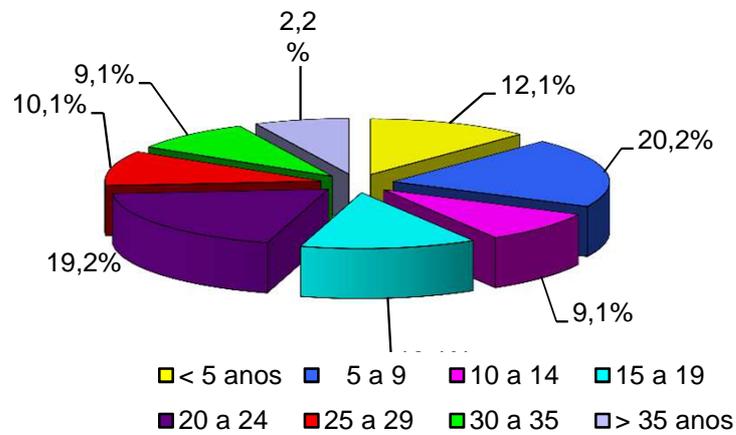
GRUPO PROFISSIONAL	ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE	< 5 anos	De 5 a 9	De 10 a 14	De 15 a 19	De 20 a 24	De 25 a 29	De 30 a 35	>35 anos	TOTAL
		1	2	3	4	5	6	7	8	
DIRIGENTE	H	3		1						4
	M	7								7
	SUB TOTAL	10	0	1	0	0	0	0	0	11
	%	91	0	9	0	0	0	0	0	
TEC.SUPERIOR	H	1	8	3	2	6	2	1	1	24
	M	1	12	3	3	5	1	2	1	28
	SUB TOTAL	2	20	6	5	11	3	3	2	52
	%	4	38	12	10	21	6	6	4	
ASSISTENTE TÉCNICO	H			1	1	1	1	2	2	8
	M			1	7	6	6	4	3	27
	SUB TOTAL	0	0	2	8	7	7	6	5	35
	%	0	0	6	23	20	20	17	14	
ASSISTENTE OPERACIONAL	H									0
	M					1				1
	SUB TOTAL	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	%	0	0	0	0	100	0	0	0	
TOTAL	H	4	8	5	3	7	3	3	3	36
	M	8	12	4	10	12	7	6	4	63
		12	20	9	13	19	10	9	7	99
	%	12,1	20,2	9,1	13,1	19,2	10,1	9,1	7,1	

Na distribuição que figura no quadro acima, bem como nos gráficos seguintes, damos conta da realidade do IPQ quanto à antiguidade na carreira ou cargo de todos/as os/as trabalhadores/as, independentemente do tipo de vínculo. Ressalva-se o facto do grupo dos "Dirigentes" que regista maioritariamente valores inferiores a 5 anos, facto que corresponde às nomeações, na sua maioria, em 2013/2014, na sequência da saída da nova Lei Orgânica do IPQ.

Estrutura das Antiguidades na Carreira ou Cargo

	H	M	Total	%
< 5 anos	4	8	12	12,1%
5 a 9	8	12	20	20,2%
10 a 14	5	4	9	9,1%
15 a 19	3	10	13	13,1%
20 a 24	7	12	19	19,2%
25 a 29	3	7	10	10,1%
30 a 35	3	6	9	9,1%
> 35 anos	3	4	7	7,1%

Distribuição dos Efetivos por Níveis de Antiguidade



O escalão com maior nº de trabalhadores/as é o **"5 a 9 anos"**, que totaliza 20,2% dos efetivos totais, situação que se verifica porque neste intervalo estão incluídos os Técnicos Superiores que entraram em 2010. Seguem-se os escalões dos **"20 a 24 anos"** (19,2%), dos **"15 a 19 anos"** (13,1%).

MOVIMENTO DE SAÍDAS

		Dirigente	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS						
Aposentação	H			1		1
	M	1	1	1		3
	T	1	1	2	0	4
Concurso	H					0
	M		1			1
	T	0	1	0	0	1
Mobilidade Interna na Categoria noutro Organismo	H			1		1
	M		1	1		2
	T	0	1	2	0	3
Fim da Mobilidade Interna na Categoria	H			1		1
	M					0
	T	0	0	1	0	1
Licença sem Vencimento de Longa Duração	H			1		1
	M		1			1
	T	0	1	1	0	2
Início de Comissão de Serviço - Dirigente Intermédio	H					0
	M	1	3			4
	T	1	3	0	0	4
TOTAL DE SAÍDAS		2	7	5	0	15

Taxa de Saídas de 2015 = Total Saídas / Efetivos Globais = 15,2%

Taxa de Saídas de 2014 = Total Saídas / Efetivos Globais = 12,5%

MOVIMENTO DE ENTRADAS

		Dirigente	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS						
Mobilidade Interna na Categoria	H		4	2		6
	M		5			5
	T	0	9	2	0	11
Processo de Extinção/Fusão das DRE's	H		5	5		10
	M			2		2
	T	0	5	7	0	12
DIRIGENTES						
Início de Comissão de Serviço - Direção Intermédia	H					0
	M	4				4
	T	4	0	0	0	4
TOTAL DE ENTRADAS		4	9	2	0	27

Taxa de Entradas de 2015 = Total de Entradas/Efetivos Globais = 27,3%

Taxa de Entradas de 2014 = Total de Entradas/Efetivos Globais = 9,1%

ABSENTISMO

Considerando o total de trabalhadores/as com Contrato de Trabalho em Funções Públicas, Comissão de Serviço e Mobilidade Interna, que se encontravam a desempenhar funções no Instituto durante todo o ano de 2015 podemos afirmar que:

À semelhança do que tem ocorrido em anos anteriores, verifica-se uma predominância do sexo feminino em matéria de dias não trabalhados. Do total de faltas, 25,9% foram dadas por homens e 74,1% pelas mulheres. É de salientar contudo, a disparidade entre o número de homens (40) e o número de mulheres (71) no total dos efetivos ao longo de todo o ano.

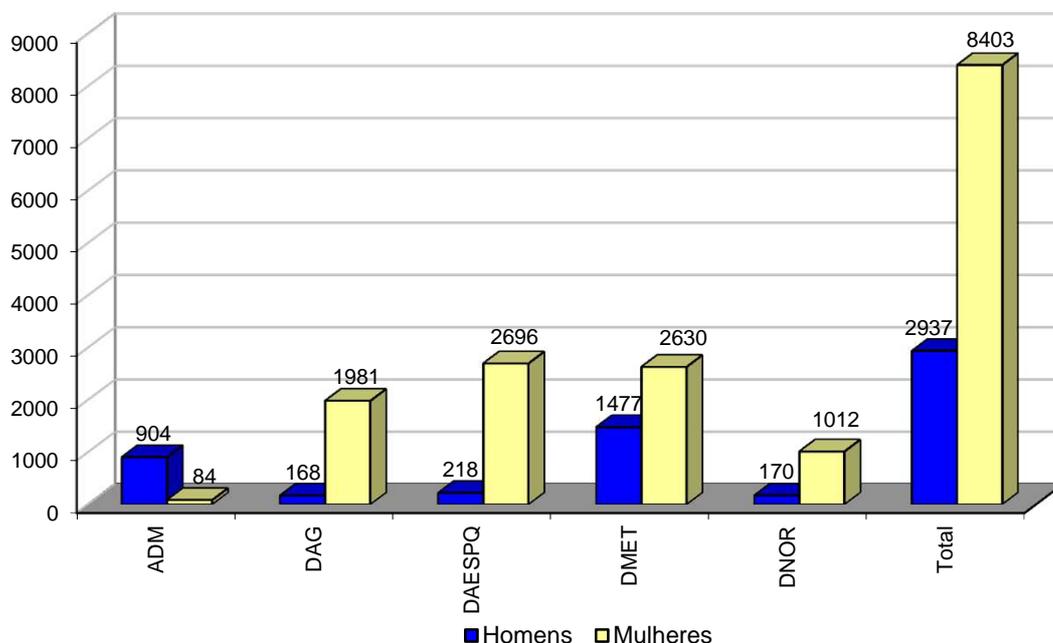
A **Taxa de Absentismo** registou um aumento de 2,2% em relação ao ano anterior, passando para **6,9%**.

Esta taxa deveu-se essencialmente à elevada percentagem de absentismo por "Junta Médica" (32,3%), "Doença" (24,9%), "Parentalidade" (11,5%) e "Acidente em Serviço" (8,7%).

Tendo em conta o número de efetivos de cada Serviço, podemos afirmar que o maior número de faltas regista-se no DMET (36,2%), seguido pelo DAESPQ (25,7%), pelo DAG (18,9%), pelo DNOR (10,4%) e pela ADM (8,7%).

Quanto ao grupo profissional que apresenta o maior número de ausências é o de "Assistente Técnico Superior" (51,0%), seguido pelo grupo de "Técnicos Superiores" (40,8%), incidindo ambos maioritariamente na "Junta Médica" e "Doença".

Absentismo por Serviço e por Sexo (horas)



Absentismo Por Serviço (Horas)

SERVIÇO	CAUSAS DE ABSENTISMO	TRABALH. ESTUDANTE	CASA-MENTO	NOJO	GRAVIDEZ DE RISCO	MATER/PATER	ESCOLA FILHOS	DOENÇA	JUNTA MÉDICA	ACIDENTE EM SERVIÇO	ASSISTÊNCIA A FAMILIARES	POR CONTA DO PERÍODO DE FÉRIAS	CONSULTA MÉDICA FAMILIARES	CONSULTA MÉDICA	ASSISTÊNCIA A FILHOS MENORES	LICENÇA S/ VENC.	OBRIG. LEGAIS	MOTIVOS NÃO IMPUTÁVEIS	TOTAL
ADM (CD+AJ+GQ)	H			32:00:00				376:00:00	496:00:00										904:00:00
	M							24:00:00				16:00:00	13:44:00	15:12:00	16:00:00				84:56:00
	SUB TOTAL	0:00:00	0:00:00	32:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	400:00:00	496:00:00	0:00:00	0:00:00	16:00:00	13:44:00	15:12:00	16:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	988:56:00
																			8,7%
DAG	H		88:00:00			80:00:00													168:00:00
	M			32:00:00	192:00:00	936:00:00		328:00:00	272:00:00			24:00:00	89:20:00	52:02:00	56:00:00				1981:22:00
	SUB TOTAL	0:00:00	88:00:00	32:00:00	192:00:00	1016:00:00	0:00:00	328:00:00	272:00:00	0:00:00	0:00:00	24:00:00	89:20:00	52:02:00	56:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	2149:22:00
																			18,9%
DAESPQ	H			16:00:00			2:30:00	168:00:00				20:00:00	7:58:00	3:44:00					218:12:00
	M					288:00:00		856:00:00	1160:00:00			16:00:00	28:43:00	72:27:00	136:00:00	128:00:00	9:21:00	1:47:00	2696:18:00
	SUB TOTAL	0:00:00	0:00:00	16:00:00	0:00:00	288:00:00	2:30:00	1024:00:00	1160:00:00	0:00:00	0:00:00	36:00:00	36:41:00	76:11:00	136:00:00	128:00:00	9:21:00	1:47:00	2914:30:00
																			25,7%
DMET	H							292:00:00		992:00:00		80:00:00	32:54:00	68:14:00			6:57:00	5:26:00	1477:31:00
	M						26:22:00	456:00:00	1736:00:00		64:00:00	124:00:00	69:23:00	152:23:00			2:30:00		2630:38:00
	SUB TOTAL	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	26:22:00	748:00:00	1736:00:00	992:00:00	64:00:00	204:00:00	102:17:00	220:37:00	0:00:00	0:00:00	9:27:00	5:26:00	4108:09:00
																			36,2%
DNOR	H	120:00:00										32:00:00	6:41:00	12:18:00					170:59:00
	M			16:00:00			8:10:00	320:00:00				336:00:00	96:25:00	170:00:00	48:00:00		9:44:00	7:51:00	1012:10:00
	SUB TOTAL	120:00:00	0:00:00	16:00:00	0:00:00	0:00:00	8:10:00	320:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	368:00:00	103:06:00	182:18:00	48:00:00	0:00:00	9:44:00	7:51:00	1183:09:00
																			10,4%
TOTAL	H	120:00:00	88:00:00	48:00:00	0:00:00	80:00:00	2:30:00	836:00:00	496:00:00	992:00:00	0:00:00	132:00:00	47:33:00	84:16:00	0:00:00	0:00:00	6:57:00	5:26:00	2938:42:00
	M	0:00:00	0:00:00	48:00:00	192:00:00	1224:00:00	34:32:00	1984:00:00	3168:00:00	0:00:00	64:00:00	516:00:00	297:35:00	462:04:00	256:00:00	128:00:00	21:35:00	9:38:00	8405:24:00
	SUB TOTAL	120:00:00	88:00:00	96:00:00	192:00:00	1304:00:00	37:02:00	2820:00:00	3664:00:00	992:00:00	64:00:00	648:00:00	345:08:00	546:20:00	256:00:00	128:00:00	28:32:00	15:04:00	11344:06:00
		1,1%	0,8%	0,8%	1,7%	11,5%	0,3%	24,9%	32,3%	8,7%	0,6%	5,7%	3,0%	4,8%	2,3%	1,1%	0,3%	0,1%	

Nota: Não existem faltas injustificadas nem por motivo de greve

Absentismo Por Carreira (horas)

CARREIRA	CAUSAS DE ABSENTISMO	TRAB. ESTUDANTE	CASA-MENTO	NOJO	GRAVIDEZ DE RISCO	MATER/PATER	ESCOLA FILHOS	DOENÇA	JUNTA MÉDICA	ACIDENTE EM SERVIÇO	ASSISTÊNCIA A FAMILIARES	POR CONTA DO PERÍODO DE FÉRIAS	CONSULTA MÉDICA FAMILIARES	CONSULTA MÉDICA	ASSISTÊNCIA A FILHOS MENORES	LICENÇA S/ VENC.	OBRIG. LEGAIS	MOTIVOS NÃO IMPUTÁVEIS	TOTAL		
																				%	
DIRIGENTE	H			32:00:00				376:00:00	496:00:00											904:00:00	
	M						2:19:00					8:00:00								10:19:00	
	SUB TOTAL	0:00:00	0:00:00	32:00:00	0:00:00	0:00:00	2:19:00	376:00:00	496:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	906:19:00	8,0%
TÉCNICO SUPERIOR	H		88:00:00	16:00:00		80:00:00	2:30:00	120:00:00				36:00:00	47:33:00	76:46:00			2:30:00	5:26:00		474:45:00	
	M			16:00:00		288:00:00	3:21:00	1112:00:00	2008:00:00		64:00:00	200:00:00	124:16:00	218:58:00	112:00:00		3:20:00	5:19:00		4155:14:00	
	SUB TOTAL	0:00:00	88:00:00	32:00:00	0:00:00	368:00:00	5:51:00	1232:00:00	2008:00:00	0:00:00	64:00:00	236:00:00	171:49:00	295:44:00	112:00:00	0:00:00	5:50:00	10:45:00		4629:59:00	40,8%
ASSISTENTE TÉCNICO	H	120:00:00						340:00:00		992:00:00		96:00:00		7:30:00			4:27:00			1559:57:00	
	M			32:00:00	192:00:00	936:00:00	28:52:00	872:00:00	1160:00:00			304:00:00	173:19:00	238:06:00	144:00:00	128:00:00	11:24:00	4:19:00		4224:00:00	
	SUB TOTAL	120:00:00	0:00:00	32:00:00	192:00:00	936:00:00	28:52:00	1212:00:00	1160:00:00	992:00:00	0:00:00	400:00:00	173:19:00	245:36:00	144:00:00	128:00:00	15:51:00	4:19:00		5783:57:00	51,0%
ASSISTENTE OPERACIONAL	H																			0:00:00	
	M											4:00:00		5:00:00						15:51:00	
	SUB TOTAL	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	0:00:00	4:00:00	0:00:00	5:00:00	0:00:00	0:00:00	6:51:00	0:00:00		15:51:00	0,1%
TOTAL	H	120:00:00	88:00:00	48:00:00	0:00:00	80:00:00	2:30:00	836:00:00	496:00:00	992:00:00	0:00:00	132:00:00	47:33:00	84:16:00	0:00:00	0:00:00	6:57:00	5:26:00		2938:42:00	
	M	0:00:00	0:00:00	48:00:00	192:00:00	1224:00:00	34:32:00	1984:00:00	3168:00:00	0:00:00	64:00:00	516:00:00	297:35:00	462:04:00	256:00:00	128:00:00	21:35:00	9:38:00		8405:24:00	
		120:00:00 1,1%	88:00:00 0,8%	96:00:00 0,8%	192:00:00 1,7%	1304:00:00 11,5%	37:02:00 0,3%	2820:00:00 24,9%	3664:00:00 32,3%	992:00:00 8,7%	64:00:00 0,6%	648:00:00 5,7%	345:08:00 3,0%	546:20:00 4,8%	256:00:00 2,3%	128:00:00 1,1%	28:32:00 0,3%	15:04:00 0,1%		11344:06:00	100,0%

FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Dados Globais)

Durante todo o ano de 2015, foram abrangidos/as com ações de formação cerca de 58% dos/as 107 trabalhadores/as contados/as ao longo de todo o ano, sendo que apenas 46,5% tiveram um nº de horas de formação igual ou superior a 20, o que se traduz, em relação a este valor, num decréscimo de cerca de 50% em relação a 2014.

As ações de formação realizadas abrangeram um total de **2.345** horas, tendo um custo total de **14.848€**.

O número médio de horas de formação por trabalhador/a abrangido/a, que em 2014 tinha sido cerca de 78 horas, registou uma descida para cerca de **38** horas em 2015, acusando um decréscimo de 40 horas de formação por pessoa, relativamente ao ano anterior.

A formação em 2015 só não abrangeu o grupo profissional dos "Assistentes Operacionais".

A área temática com maior incidência foi a de **Gestão** com **799** horas (34,2%), seguida da área de **Higiene e Segurança no Trabalho** com **714** horas (30,6%) e da área de **Metrologia** com **671** horas (28,8%).

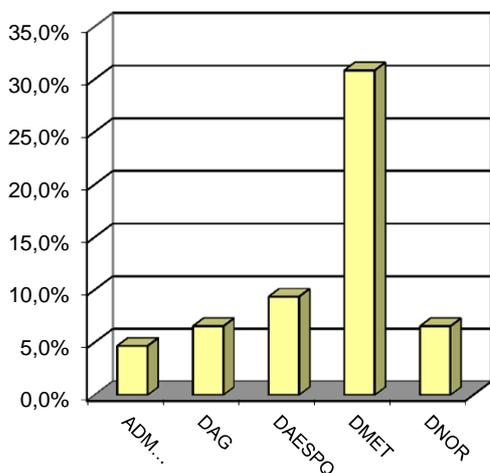
Nº de Trabalhadores, por Serviço, Abrangidos por Ações de Formação

	CTFP	C.S.	MI	Total	Trabalhadores/as c/ Formação em cada Serviço	Trabalhadores/as c/ Formação por Serviço em relação ao nº de efetivos globais
ADM (CD+AJ+GQ)	2	2	1	5	63%	4,7%
DAG	5	2	0	7	41%	6,5%
DAESPQ	7	1	2	10	63%	9,3%
DMET	29	1	3	33	75%	30,8%
DNOR	5	1	1	7	32%	6,5%
Total	48	7	7	62		57,9%

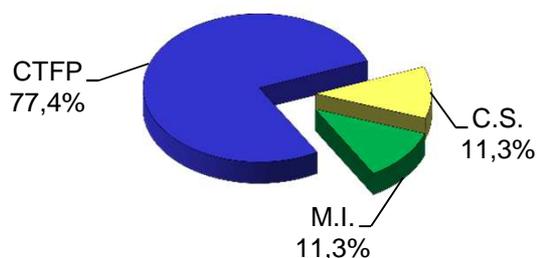
Taxa de Participação

(Total de pessoas abrangidas no ano / Efetivos Globais anuais) = **57,9%**

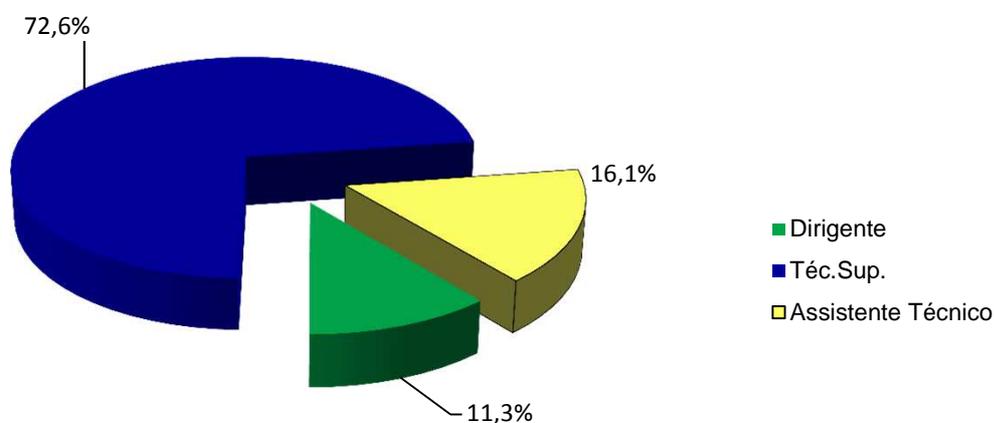
Taxa de Formação por Serviço



Distribuição por Situação Profissional



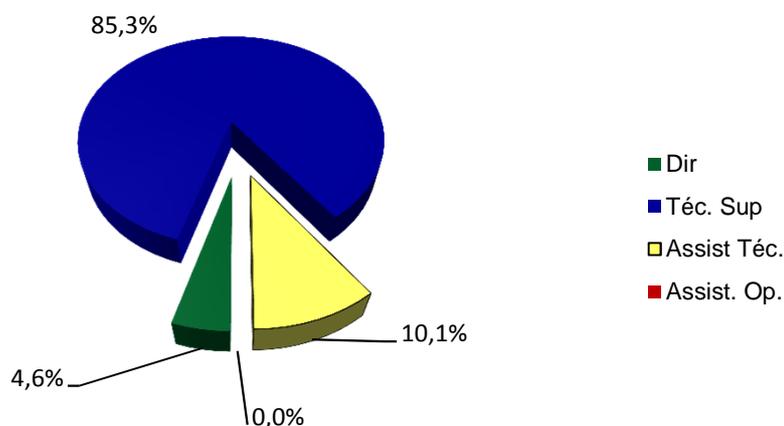
Distribuição dos Participantes por Grupo Profissional



Distribuição da Formação Interna/Externa por Grupo Profissional

Grupo Profissional	Nº Participantes Formação Interna	Nº Participantes Formação Externa
Dirigente	0	7
Técnico Superior	0	45
Assist Técnico	0	10
Assistente Operacional	0	0
Total	0	62

Distribuição das Horas de Formação por Grupo Profissional



Tendo em conta os efetivos de cada grupo, o número de horas de formação mais elevado é registado no grupo dos **Técnicos Superiores** com **2.000** horas, seguido do grupo dos **Assistentes Técnicos** com **237** horas, dos **Dirigentes** com **108** horas.

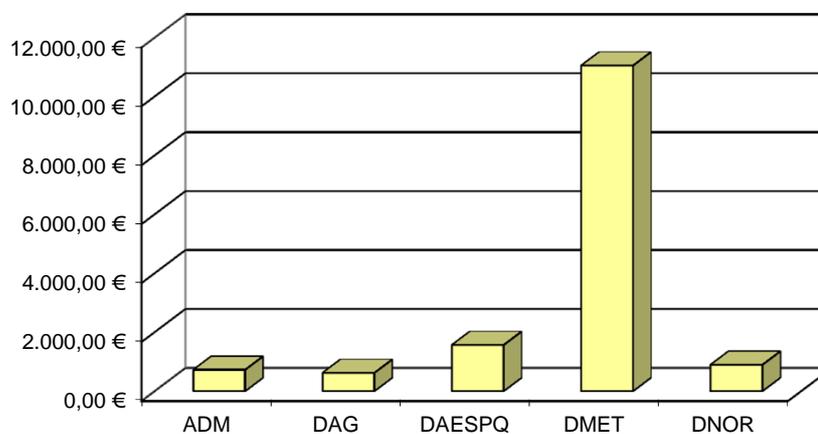
Distribuição das Horas de Formação em relação ao nº de efetivos de cada Grupo Profissional

	Nº de Horas Formação Interna	Nº de Horas em Formação Externa	Total	Nº Médio de Horas em Formação por Grupo Profissional
Dirigente	0	108	108	9,0
Técnico Superior	0	2.000	2.000	34,5
Assistente Técnico	0	237	237	6,2
Assistente Operacional	0	0	0	0,0
Total	0	2.345	2.345	21,5

Custos Totais de Formação

	Nº Horas em Formação	Nº Pessoas Abrangidas	Custos (Euros)
ADM (CD+AJ+GQ)	139,0	5	723,20 €
DAG	113,0	7	618,17 €
DAESPQ	301,0	10	1.564,46 €
DMET	1.618,0	33	11.049,54 €
DNOR	174,0	7	893,08 €
Total	2.345	62	14.848,45 €

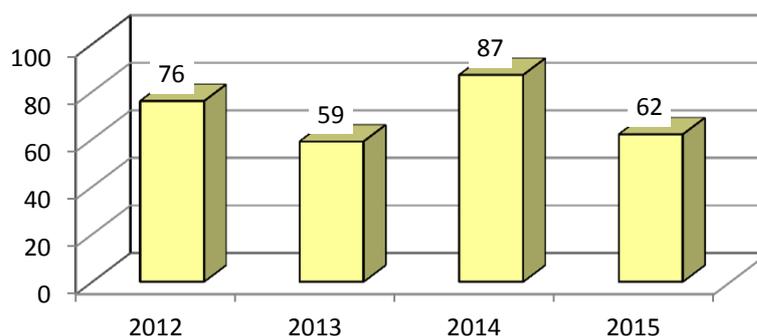
Custos de Formação por Serviço



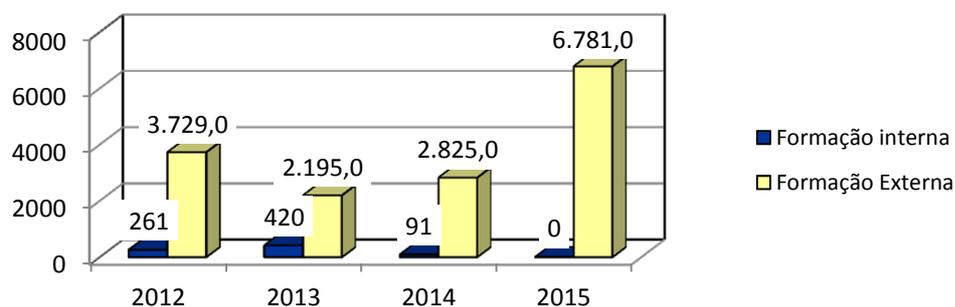
Formação Profissional - Dados Comparativos

	2012	2013	2014	2015	Diferença Percentual (2012-2013)	Diferença Percentual (2013-2014)	Diferença Percentual (2014-2015)
Nº Pessoas Abrangidas	76	59	87	62	-22%	47%	-29%
Nº de Horas em Formação	2.615	2.916	6.781	2.345	12%	133%	-65%
Custos (em euros)	22.558 €	14.039 €	9.809 €	14.848 €	-38%	-30%	51%

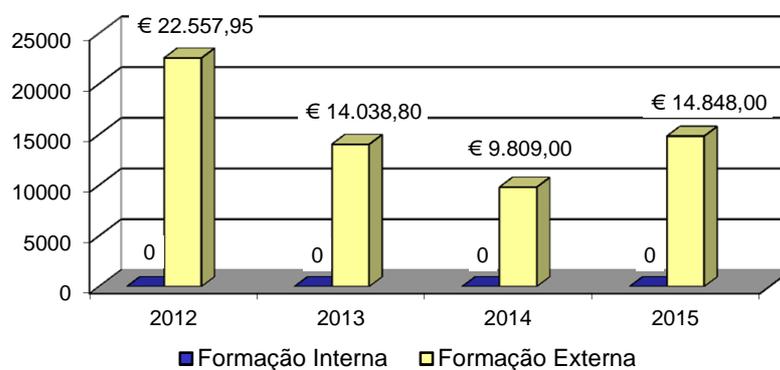
Evolução do Nº de Participantes



Evolução do Nº de Horas



Evolução dos Custos de Formação



CONCLUSÕES

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2015 o número total de efetivos globais do Instituto era de **99** trabalhadores/as, o que representa um acréscimo de 11 trabalhadores/as relativamente ao ano 2014 (88 trabalhadores/as).

Relativamente ao ano anterior, a **Taxa de Vínculo** (81,8%), registou um decréscimo de cerca de 1,2% o que se deveu essencialmente à entrada de 7 trabalhadores/as por mobilidade.

A **Taxa de Tecnicidade** verificada em 2015 (98,9%), manteve o valor igual ao do ano anterior.

A **Taxa de Feminização** (4,4%) manteve um valor semelhante ao registado em 2014.

A **Taxa de Formação Superior** a 31 de dezembro de 2015 foi de 63,6%, registando-se um acréscimo de cerca de 1% em relação ao ano anterior, motivado pela entrada de 5 técnicos superiores na sequência do processo de extinção/fusão das DRE's e mais 7 por mobilidade.

A taxa de ocupação de cargos de dirigente relativamente ao efetivo de ambos os sexos, encontra-se pela primeira vez com igual valor (11,1%).

O IPQ caracteriza-se por possuir uma população de idade mediana, considerando que cerca de 64% dos/as trabalhadores/as tem idade inferior a 55 anos, sendo o nível etário médio de **51,0** anos.

A **Taxa de Absentismo** (6,9%), registou um acréscimo de 2,2% em relação a 2014, mantendo no entanto como principais causas deste valor a grande percentagem de faltas por "Junta Médica" com 32,3%, "Doença" com 24,9%, "Parentalidade" com 11,5% e "Acidente em Serviço" com 8,7%.

Formação Profissional

Durante todo o ano de 2015, foram alvo de formação profissional 62 dos/as trabalhadores/as, contabilizados/as ao longo do ano, o que se traduz num decréscimo de cerca de 29% em relação a 2014, tendo sido abrangidos todos grupos profissionais com exceção do dos Assistentes Operacionais.

De salientar no entanto que, embora nem todos/as os/as trabalhadores/as tenham tido formação em 2015, 46,5% dos/as que se encontravam em exercício de funções no IPQ a 31 de dezembro, tiveram, pelos menos, 20 horas de formação.

O número total de horas de formação em 2015 foi de **2.345**, o que faz uma média de cerca de **38** horas por trabalhador/a, o que se traduz num decréscimo de 40 horas por pessoa, relativamente ao ano anterior.

Os custos totais com a formação em 2015 foram de **14.848€**, o que se traduz num acréscimo de cerca de 51% em relação aos valores de 2014..

As ações de formação realizadas incidiram, na sua maior parte, na área de **Gestão** com **799 horas** (89,8%), seguindo-se a área da **Higiene e Segurança no Trabalho** com **714 horas** (30,6%) e a área da **Metrologia** com **671 horas** (28,8%).

Jorge Marques dos Santos
Presidente do Conselho Diretivo

ANEXO

FORMULÁRIO ANEXO AO DL – 190/96 DE 9 DE OUTUBRO (Formulário da DGAEP)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2015

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 71600000

Ministério: Economia

Serviço / Entidade: Instituto Português da Qualidade, I.P.

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO

(Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2015 88

Em 31 de Dezembro de 2015 99

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2014 indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2014 na folha "Critério"

Contato(s) do(s) responsável(eis) pelo preenchimento

Nome Clara Nunes

Tel: 212948274

E-mail: cnunes@ipq.pt

Data 31-03-2016

BALANÇO SOCIAL 2015

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

- [Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro](#)
- [Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)
- [Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro](#)
- [Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro](#)
- [Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro](#)
- [Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)
- [Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)
- [Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)
- [Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)
- [Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)
- [Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)
- [Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro](#)
- [Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género, em 31 de dezembro](#)
- [Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)
- [Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)
- [Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)
- [Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

- [Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)
- [Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal](#)
- [Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)
- [Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)
- [Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

- [Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género](#)
- [Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)
- [Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano](#)
- [Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)
- [Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)
- [Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano](#)
- [Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)
- [Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- [Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração](#)
- [Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)
- [Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)
- [Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

- [Quadro 31: Relações profissionais](#)
- [Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código de Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código de Trabalho a termo certo ou incerto		Comissão de Serviço no âmbito do Código de Trabalho		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M
Representantes do poder legislativo e do órgãos executivos																								0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1									1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															2									2	0	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)															1	3								1	3	4
Dirigente intermédio de 2º grau a)																4								0	4	4
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																								0	0	0
Técnico Superior										21	28													21	28	49
Assistente técnico, técnica de nível intermédio, pessoal administrativo										8	27													8	27	35
Assistente operacional, operário, auxiliar												1												0	1	1
Aprendizes e praticantes																								0	0	0
Informático										3														3	0	3
Magistrado																								0	0	0
Diplomata																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																								0	0	0
Pessoal de Inspeção																								0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																								0	0	0
Docente Ensino Universitário																								0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																								0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																								0	0	0
Médico																								0	0	0
Enfermeiro																								0	0	0
Téc. Diagnóstica e Terapêutica																								0	0	0
Técnico Superior de Saúde																								0	0	0
Chefia Tributária																								0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																								0	0	0
Pessoal Aduaneiro																								0	0	0
Conservador e Notário																								0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																								0	0	0
Oficial de Justiça																								0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																								0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																								0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																								0	0	0
Polícia Judiciária																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																								0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																								0	0	0
Guarda Prisional																								0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																								0	0	0
Bombeiro																								0	0	0
Polícia Municipal																								0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32	56	0	0	0	0	4	7	0	0	0	0	0	0	36	63	99

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:
 Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
 d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses.

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	TOTAL				
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0	0	0		
Dirigente superior de 1º grau a)																						1						1	0	1	
Dirigente superior de 2º grau a)																												2	0	2	
Dirigente intermédio de 1º grau a)											1				1	1	1											1	3	4	
Dirigente intermédio de 2º grau a)											3				1													0	4	4	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																												0	0	0	
Técnico Superior							1	2	4	5	3	4	4	6	6	4	2	3	1	4								21	28	49	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									1	1	1	3		2	2	6	2	8	2	4		3						8	27	35	
Assistente operacional, operário, auxiliar																						1							0	1	1
Aprendizes e praticantes																													0	0	0
Informático													2								1								3	0	3
Magistrado																													0	0	0
Diplomata																													0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																													0	0	0
Pessoal de Inspeção																													0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																													0	0	0
Docente Ensino Universitário																													0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																													0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																													0	0	0
Médico																													0	0	0
Enfermeiro																													0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																													0	0	0
Técnico Superior de Saúde																													0	0	0
Chefe Tributária																													0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																													0	0	0
Pessoal Aduaneiro																													0	0	0
Conservador e Notário																													0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																													0	0	0
Oficial de Justiça																													0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																													0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																													0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																													0	0	0
Polícia Judiciária																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																													0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																													0	0	0
Guarda Prisional																													0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																													0	0	0
Bombeiro																													0	0	0
Polícia Municipal																													0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	1	2	5	6	4	11	6	8	8	12	5	12	6	8	1	4	0	0	0	0	36	63	99		

Prestações de Serviços	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	TOTAL				
Tarefa																												0	0	0	
Avença																													0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:
 Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
 a) Considerar as cargas abrangidas pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)					1														1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)	2																		2	0	2
Dirigente Intermédio de 1º grau a)	1	3																	1	3	4
Dirigente Intermédio de 2º grau a)		3		1															0	4	4
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)																			0	0	0
Técnico Superior	1	1	8	12	2	3	2	3	5	5	2	1		2	1	1			21	28	49
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					1	1	1	7	1	6	1	6	2	4		2	2	1	8	27	35
Assistente operacional, operário, auxiliar									1										0	1	1
Aprendizes e praticantes																			0	0	0
Informático					1				1					1					3	0	3
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																			0	0	0
Pessoal de Inspeção																			0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Docente Ensino Universitário																			0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																			0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																			0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																			0	0	0
Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	4	7	8	13	5	4	3	10	7	12	3	7	3	6	1	3	2	1	36	63	99

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																1							1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																1		1					2	0	2
Dirigente Intermédio de 1º grau a)																1	1			1		1	1	3	4
Dirigente Intermédio de 2º grau a)																	4						0	4	4
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0
Técnico Superior														1	1	18	24	1	1	1	2		21	28	49
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			1					2	8		2	6	16										8	27	35
Assistente operacional, operário, auxiliar									1														0	1	1
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático																3							3	0	3
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																							0	0	0
Polícia Judiciária																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																							0	0	0
Guarda Prisional																							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0
Bombeiro																							0	0	0
Polícia Municipal																							0	0	0
Total	0	1	0	0	0	0	0	2	9	0	2	6	16	1	1	24	29	2	2	1	3	36	63	99	

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
	Tarefa																								0	0
Avença																								0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente Intermédio de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0
Técnico Superior																											0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível Intermédio, pessoal administrativo																											0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																											0	0	0
Aprendizes e praticantes																											0	0	0
Informático																											0	0	0
Magistrado																											0	0	0
Diplomata																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Docente Ensino Universitário																											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0	0
Médico																											0	0	0
Enfermeiro																											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0	0
Técnico Superior de Saúde																											0	0	0
Chefe Tributária																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0	0
Conservador e Notário																											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0	0
Oficial de Justiça																											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																											0	0	0
Polícia Judiciária																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																											0	0	0
Guarda Prisional																											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																											0	0	0
Bombeiro																											0	0	0
Polícia Municipal																											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviço	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
	Tarefa																												0
Avença																											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:
 Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais S5 (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)															0	0	0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)										1					0	1	1
Dirigente Intermédio de 2º grau a)										3					0	3	3
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior					4	5								5	9	5	14
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					2									5	2	7	9
Assistente operacional, operário, auxiliar															0	0	0
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático															0	0	0
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)															0	0	0
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiro Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	0	0	0	0	6	5	0	0	0	4	0	0	10	2	16	11	27

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:
 Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;
 * Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de englobar subgrupos considere, ainda, os formados do CEAGPA;
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsa		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																									0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																										0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																										0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						1																				0	1	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)																					1					0	1	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																										0	0	0
Técnico Superior																					3					0	3	3
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																										0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																										0	0	0
Aprendizes e praticantes																										0	0	0
Informático																										0	0	0
Magistrado																										0	0	0
Diplomata																										0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																										0	0	0
Pessoal de Inspeção																										0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																										0	0	0
Docente Ensino Universitário																										0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																										0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																										0	0	0
Médico																										0	0	0
Enfermeiro																										0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																										0	0	0
Técnico Superior de Saúde																										0	0	0
Chefia Tributária																										0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																										0	0	0
Pessoal Aduaneiro																										0	0	0
Conservador e Notário																										0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																										0	0	0
Oficial de Justiça																										0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																										0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																										0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																										0	0	0
Polícia Judiciária																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																										0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																										0	0	0
Guarda Prisional																										0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																										0	0	0
Bombeiro																										0	0	0
Polícia Municipal																										0	0	0
Total	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	5	5	

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadequação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																															0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																															0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																															0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																															0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																															0	0	0
Técnico Superior							1																		1					2	0	4	4
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					1	1																		1	1				2	4	2	6	
Assistente operacional, operário, auxiliar																															0	0	0
Aprendizes e praticantes																															0	0	0
Informático																															0	0	0
Magistrado																															0	0	0
Diplomata																															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																															0	0	0
Pessoal de Inspeção																															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																															0	0	0
Docente Ensino Universitário																															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																															0	0	0
Médico																															0	0	0
Enfermeiro																															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																															0	0	0
Técnico Superior de Saúde																															0	0	0
Chefia Tributária																															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																															0	0	0
Pessoal Aduaneiro																															0	0	0
Conservador e Notário																															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																															0	0	0
Oficial de Justiça																															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																															0	0	0
Polícia Judiciária																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																															0	0	0
Guarda Prisional																															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																															0	0	0
Bombeiro																															0	0	0
Polícia Municipal																															0	0	0
Total	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	2	2	4	6	10	

NOTAS:

- Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;
- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)					1	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)					1	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior					12	12
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					3	3
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	0	17	17

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos												0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)												0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)												0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)												0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)												0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)												0	0	0
Técnico Superior										1	1	1	1	2
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo												0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar												0	0	0
Aprendizes e praticantes												0	0	0
Informático												0	0	0
Magistrado												0	0	0
Diplomata												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência												0	0	0
Pessoal de Inspeção												0	0	0
Pessoal de Investigação Científica												0	0	0
Docente Ensino Universitário												0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico												0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário												0	0	0
Médico												0	0	0
Enfermeiro												0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												0	0	0
Técnico Superior de Saúde												0	0	0
Chefia Tributária												0	0	0
Pessoal de Administração Tributária												0	0	0
Pessoal Aduaneiro												0	0	0
Conservador e Notário												0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado												0	0	0
Oficial de Justiça												0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)												0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)												0	0	0
Forças Armadas - Praça b)												0	0	0
Polícia Judiciária												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda												0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras												0	0	0
Guarda Prisional												0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)												0	0	0
Bombeiro												0	0	0
Polícia Municipal												0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158 da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

(3) - Artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada continua		Trabalho por turnos		Específico (*)		Injeção de horário		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)														1	1	0	1	
Dirigente superior de 2º grau a)														2	2	0	2	
Dirigente intermédio de 1º grau a)														1	3	1	4	
Dirigente intermédio de 2º grau a)															4	0	4	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																0	0	
Técnico Superior			21	28												21	28	49
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			8	27												8	27	35
Assistente operacional, operário, auxiliar				1												0	1	1
Aprendizes e praticantes																0	0	0
Informático			3													3	0	3
Magistrado																0	0	0
Diplomata																0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																0	0	0
Pessoal de Inspeção																0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																0	0	0
Docente Ensino Universitário																0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																0	0	0
Médico																0	0	0
Enfermeiro																0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																0	0	0
Técnico Superior de Saúde																0	0	0
Chefe Tributária																0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																0	0	0
Pessoal Aduaneiro																0	0	0
Conservador e Notário																0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																0	0	0
Oficial de Justiça																0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																0	0	0
Polícia Judiciária																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																0	0	0
Guarda Prisional																0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																0	0	0
Bombeiro																0	0	0
Polícia Municipal																0	0	0
Total	0	0	32	56	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	7	36	63	99

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

(*) Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo																PNT inferior ao praticado a tempo completo																TOTAL		Total
	células abertas para indicar nº horas/semana																células abertas para indicar nº horas/semana																M	F	
																	células abertas para indicar nº horas/semana																		
	35 horas		40 horas		42 horas																														
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F										
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																										0	0	0							
Dirigente superior de 1º grau a)	1																									1	0	1							
Dirigente superior de 2º grau a)	2																									2	0	2							
Dirigente intermédio de 1º grau a)	1	3																								1	3	4							
Dirigente intermédio de 2º grau a)		4																								0	4	4							
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																										0	0	0							
Técnico Superior	21	28																								21	28	49							
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	8	27																								8	27	35							
Assistente operacional, operário, auxiliar		1																								0	1	1							
Aprendizes e praticantes																										0	0	0							
Informático	3																									3	0	3							
Magistrado																										0	0	0							
Diplomata																										0	0	0							
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																										0	0	0							
Pessoal de Inspeção																										0	0	0							
Pessoal de Investigação Científica																										0	0	0							
Docente Ensino Universitário																										0	0	0							
Docente Ensino Superior Politécnico																										0	0	0							
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																										0	0	0							
Médico																										0	0	0							
Enfermeiro																										0	0	0							
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																										0	0	0							
Técnico Superior de Saúde																										0	0	0							
Chefe Tributária																										0	0	0							
Pessoal de Administração Tributária																										0	0	0							
Pessoal Aduaneiro																										0	0	0							
Conservador e Notário																										0	0	0							
Oficial dos Registos e do Notariado																										0	0	0							
Oficial de Justiça																										0	0	0							
Forças Armadas - Oficial b)																										0	0	0							
Forças Armadas - Sargento b)																										0	0	0							
Forças Armadas - Praça b)																										0	0	0							
Polícia Judiciária																										0	0	0							
Polícia de Segurança Pública - Oficial																										0	0	0							
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																										0	0	0							
Polícia de Segurança Pública - Agente																										0	0	0							
Guarda Nacional Republicana - Oficial																										0	0	0							
Guarda Nacional Republicana - Sargento																										0	0	0							
Guarda Nacional Republicana - Guarda																										0	0	0							
Serviço Estrangeiros Fronteiras																										0	0	0							
Guarda Prisional																										0	0	0							
Outro Pessoal de Segurança c)																										0	0	0							
Bombeiro																										0	0	0							
Polícia Municipal																										0	0	0							
Total	36	63	0	0	0	0	0	0	0	0	36	63	99																						

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 1, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial, meia jornada ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompleto) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SID (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0:00	
Dirigente superior de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior											0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo											0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar											0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes											0:00	0:00	0:00
Informático											0:00	0:00	0:00
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde											0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal											0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho suplementar diurno e nocturno só contempla o trabalho suplementar efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho nocturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno suplementar" neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																												0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 1º grau a)																												0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 2º grau a)					4,0		109,0																					113,0	0,0	113,0
Dirigente intermédio de 1º grau a)															1,0													0,0	1,0	1,0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																												0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																												0,0	0,0	0,0
Técnico Superior				36,0	2,0	2,0	15,0	390,0				22,0			4,5	25,0									14,0	44,0	35,5	519,0	554,5	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				141,0		4,0	42,0	254,0	124,0			18,0	15,0		12,0	38,0		16,0							1,0	57,0	194,0	528,0	722,0	
Assistente operacional, operário, auxiliar															0,5												1,5	0,0	2,0	2,0
Aprendizes e praticantes																												0,0	0,0	0,0
Informático	11,0		10,0																							3,0		24,0	0,0	24,0
Magistrado																												0,0	0,0	0,0
Diplomata																												0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica																												0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário																												0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico																												0,0	0,0	0,0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0,0	0,0	0,0
Médico																												0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																												0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0,0	0,0	0,0
Técnico Superior de Saúde																												0,0	0,0	0,0
Chefe Tributária																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																												0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																												0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																												0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																												0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Oficial b)																												0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Sargento b)																												0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Praça b)																												0,0	0,0	0,0
Polícia Judiciária																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																												0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																												0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																												0,0	0,0	0,0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																												0,0	0,0	0,0
Guarda Prisional																												0,0	0,0	0,0
Outro Pessoal de Segurança c)																												0,0	0,0	0,0
Bombeiro																												0,0	0,0	0,0
Polícia Municipal																												0,0	0,0	0,0
Total	11,0	0,0	10,0	177,0	6,0	6,0	166,0	644,0	124,0	0,0	0,0	40,0	15,0	0,0	16,5	64,5	0,0	16,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18,0	102,5	366,5	1.050,0	1.416,5

NOTAS:

Considerar o total de dias completos de ausência ou períodos de meio dia;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Letis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N° de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	6	14	20
1001-1250 €	3	12	15
1251-1500 €	3	11	14
1501-1750 €	8	2	10
1751-2000€	5	7	12
2001-2250 €	1	4	5
2251-2500 €	4	6	10
2501-2750 €	1	3	4
2751-3000 €	4	4	8
3001-3250 €	1		1
3251-3500 €			0
3501-3750 €			0
3751-4000 €			0
4001-4250 €			0
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
Total	36	63	99

NOTAS:

- Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
- Não considerar o duodécimo do subsídio de natal

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)		
Máxima (€)		

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ refere

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	2.156.646,98 €
Suplementos remuneratórios	76.673,10 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	99.246,95 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	521.209,17 €
Total	2.853.776,20 €

Nota:

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(**) - registar as indemnizações por férias não gozadas e as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos.

Não incluir prestadores de serviços

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para fálhas	865,54 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	30.432,90 €
Representação	40.187,56 €
Secretariado	1.399,56 €
Outros suplementos remuneratórios	3.787,54 €
Total	76.673,10 €

Nota:

(*) - se não incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno).

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	8.951,67 €
Abono de família	2.950,37 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	164,32 €
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	87.180,59 €
Outras prestações sociais (incluindo Pensões)	
Total	99.246,95 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
Total	0,00 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho					In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	1				1	0					
	F	0					1	1				
Nº de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M	1				1	0					
	F	0					0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	124				124	0					
	F	0					0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0					0					
	F	0					0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais

no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	0

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	0	0,00 €
Exames de admissão		
Exames periódicos		
Exames ocasionais e complementares		
Exames de cessação de funções		
Despesas com a medicina no trabalho (*)		15.166,70 €
Visitas aos postos de trabalho	1	

Nota:

(*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de Dezembro"), as despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	3
Visitas aos locais de trabalho	
Outras	

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	
Mobilidade interna	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	7
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	39

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	
Equipamento de protecção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

Nota:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão.

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas					0
Externas	139	3	2		144
Total	139	3	2	0	144

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)		1	1	1
Dirigente superior de 2º grau a)		1	1	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)		1	1	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)		4	4	4
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior		112	112	42
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		18	18	10
Assistente operacional, operário, auxiliar			0	
Aprendizes e praticantes			0	
Informático		7	7	3
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	

Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	
Forças Armadas - Oficial b)			0	
Forças Armadas - Sargento b)			0	
Forças Armadas - Praça b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	0	144	144	62

Totais devem ser iguais aos do Q. 27

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dEpendidas	Horas	Horas dEpendidas em acções internas	Horas dEpendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)			8:00	8:00

Dirigente superior de 2º grau a)		8:00	8:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)		8:00	8:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)		76:00	76:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0:00
Técnico Superior		1956:00	1956:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		200:00	200:00
Assistente operacional, operário, auxiliar			0:00
Aprendizes e praticantes			0:00
Informático		89:00	89:00
Magistrado			0:00
Diplomata			0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0:00
Pessoal de Inspeção			0:00
Pessoal de Investigação Científica			0:00
Docente Ensino Universitário			0:00
Docente Ensino Superior Politécnico			0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)			0:00
Forças Armadas - Sargento b)			0:00
Forças Armadas - Praça b)			0:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00

Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:

Considerar as horas despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	
Despesa com acções externas	14.848,00 €
Total	14.848,00 €

Notas:

Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	3
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão(1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador(2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas